

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E
SECRETARIADO

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O BALANÇO SOCIAL

KATARINE LIMA DE MEDEIROS

FORTALEZA, DEZEMBRO, 1999

O BALANÇO SOCIAL



KATARINE LIMA DE MEDEIROS

Orientador: Mariano Neto



Monografia apresentada à Faculdade
de Economia, Administração,
Atuária, Contabilidade e Secretariado,
para obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Contábeis

FORTALEZA – CE

1999

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título do Bacharel em Ciências Contábeis, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com a normas de ética científica.

	Média
Katarine Lima de Medeiros	
	Nota
Prof. Mariano Neto Prof. Orientador	
	Nota
Prof. Pedro Paulo Prof. Membro da Banca Examinadora	
	Nota
Prof. José Alberto Soares Prof. Membro da Banca Examinadora	

Monografia aprovada em ____ de ____ de ____

AGRADECIMENTOS

*Aos meus pais, irmãs, meu
noivo Luciano, minha amiga
Karla Jeanny e ao Prof.
Mariano Neto que contribuíram
de forma decisiva para
concretização deste trabalho.*

RESUMO

Este trabalho tem o intuito de levar aos estudantes e a própria universidade, um outro lado da contabilidade que no contexto atual social é extremamente importante. Esse não tem a preocupação de simplesmente evidenciar o lucro e o estado patrimonial das empresas, como todas as demonstrações tradicionais (as contempladas na Lei 6.404/76). É notório que a atual consciência social é fruto de uma evolução natural da economia, onde as mudanças ocorridas na história da humanidade são decorrência das brigas entre as classes sociais para conquistarem a riqueza. Diante desse processo de mutações a economia e as relações sociais se transformaram ao longo dos anos e com a globalização do mundo atual tornou-se importante e essencial que as empresas reconhecessem sua responsabilidade social e divulgassem de uma forma mais transparente e clara suas ações. O instrumento utilizado para isso é o balanço social, que tem a finalidade de evidenciar à sociedade o desempenho da política social existente na empresa, o seu relacionamento com seus empregados, clientes, acionistas e com a comunidade. Neste cenário, a contabilidade como um poderoso sistema de informações, acompanha as mudanças ocorridas no mundo e se adequa para atender a um público mais exigente, a sociedade. No Brasil, a contabilidade social ganhou maiores dimensões com a campanha lançada em 97 pelo sociólogo Herbert de Souza, "O Betinho", para mobilizar o maior número de empresas a divulgarem o balanço social. No mesmo período, a proposição de um modelo visando estabelecer comparações de empresas foi feita pelo Ibase. Desde então, as práticas adotadas pelas empresas vêm se aperfeiçoando e o número de instituições que publicam o balanço social aumentando, seja por empresas mais conscientes de seu papel junto da sociedade, seja por pressão da própria comunidade, porém não se justificaria ter uma Lei que obrigue a divulgação. Para explorar o tema, o trabalho se subdivide em: como surgiu a idéia do balanço social, a proposição de um modelo, a grande divergência entre pensadores (balanço social: voluntário ou obrigatório) e as práticas adotadas pelas empresas.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	III
SUMÁRIO	IV
RESUMO.....	V
INTRODUÇÃO	1
1. COMO SURTIU A IDÉIA DO BALANÇO SOCIAL	3
1.1 História da Riqueza do Homem – Do Feudalismo a globalização	5
1.2 Do primeiro lançamento contábil ao Balanço Social.....	12
1.3 Os primeiros passos do Balanço Social	15
1.4 A Origem do Balanço Social no Brasil.....	18
2. A PROPOSIÇÃO DE UM MODELO	20
2.1 O papel do balanço social	21
2.2 O que é o balanço social	23
2.3 A questão ambiental.....	24
2.4 Os recursos humanos	28
2.5 O modelo do balanço social.....	31
3. A GRANDE DIVERGÊNCIA ENTRE OS PENSADORES	37
3.1 Balanço Social: Voluntário ou Obrigatório	37
3.2 A posição da CVM	41
3.3 A posição do Ibase.....	43
4. PRÁTICAS DO BALANÇO SOCIAL NO BRASIL	44

4.1 O papel do IBASE	44
4.2 As empresas	46
4.3 As práticas.....	48
CONCLUSÃO.....	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61
ANEXOS	VI

INTRODUÇÃO

A descentralização do capital em inúmeros acionistas, a evolução das comunicações, a globalização da economia e uma consciência social maior da comunidade, fez com que as empresas publicassem todos os anos suas demonstrações financeiras de uma forma mais transparente.

As demonstrações financeiras que na atualidade são publicadas a cada término de exercício contábil, são direcionadas ao público de investidores, credores e fornecedores. As informações por determinação da Lei 6.404/76 foram moldadas de forma intraduzível para a maioria das pessoas leigas em contabilidade.

Diante de um mundo globalizado extremamente excludente e competitivo com busca de qualidade e melhorias contínuas, o relacionamento das empresas com os empregados, clientes, acionistas e a comunidade passa a ser cada vez mais evidenciado, e dessa forma força uma abertura e transparência das informações, que não podem se limitar ao campo econômico-financeiro e acabam por se estender ao sócio-econômico.

No processo de adaptação ao novo cenário mundial, o profissional de contabilidade, sem necessidade de imposição legal, através do balanço social, demonstra de forma mais transparente, o que cada empresa tem contribuído para a sociedade.

O balanço social é um conjunto de informações sócio-econômicas, que tem como objetivo a divulgação de informações sobre o desempenho econômico e financeiro das empresas e sua atuação em benefício da sociedade. Ao contrário das atuais demonstrações financeiras que possuem uma preocupação quase que exclusiva com os acionistas, os investidores e os credores, ou seja, o lucro e a situação de liquidez da instituição.

Atualmente algumas empresas, já tem iniciativa de publicar este demonstrativo, pois reconhecem a importância e os benefícios ocasionados pelo mesmo. Algumas com suas formas próprias, outras aderindo ao modelo proposto pelo Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas)

Na busca de mobilizar mais empresas a reconhecerem o seu papel social, o Ibase em um trabalho que ganhou vulto com Herbert de Souza, o Betinho, lançou no início da década de 90, uma campanha de âmbito nacional com a proposição de um modelo simples do Balanço Social. Esta iniciativa foi o marco para a transformação de nossa sociedade que impulsionada pela história da nações desenvolvidas se torna cada vez mais consciente de seu papel e passa a fazer maiores pressões naquelas empresas que não se adequaram as novas exigências do mercado.

Este trabalho vai abranger desde as etapas da origem do balanço social, onde se buscará a história da formação do mundo atual e as origens da contabilidade, depois será visto a necessidade de formular um modelo e a grande polêmica surgida entre os pensadores, dando origem a duas correntes: uma que defende a obrigatoriedade do balanço social e uma outra que se opõe. O trabalho será concluído com um capítulo que se destinará a análise das práticas do balanço social no Brasil, onde vai ser possível verificar que muito embora a publicação deste demonstrativo não seja obrigatória muitas empresas já reconheceram a sua responsabilidade social.

1. COMO SURTIU A IDÉIA DO BALANÇO SOCIAL

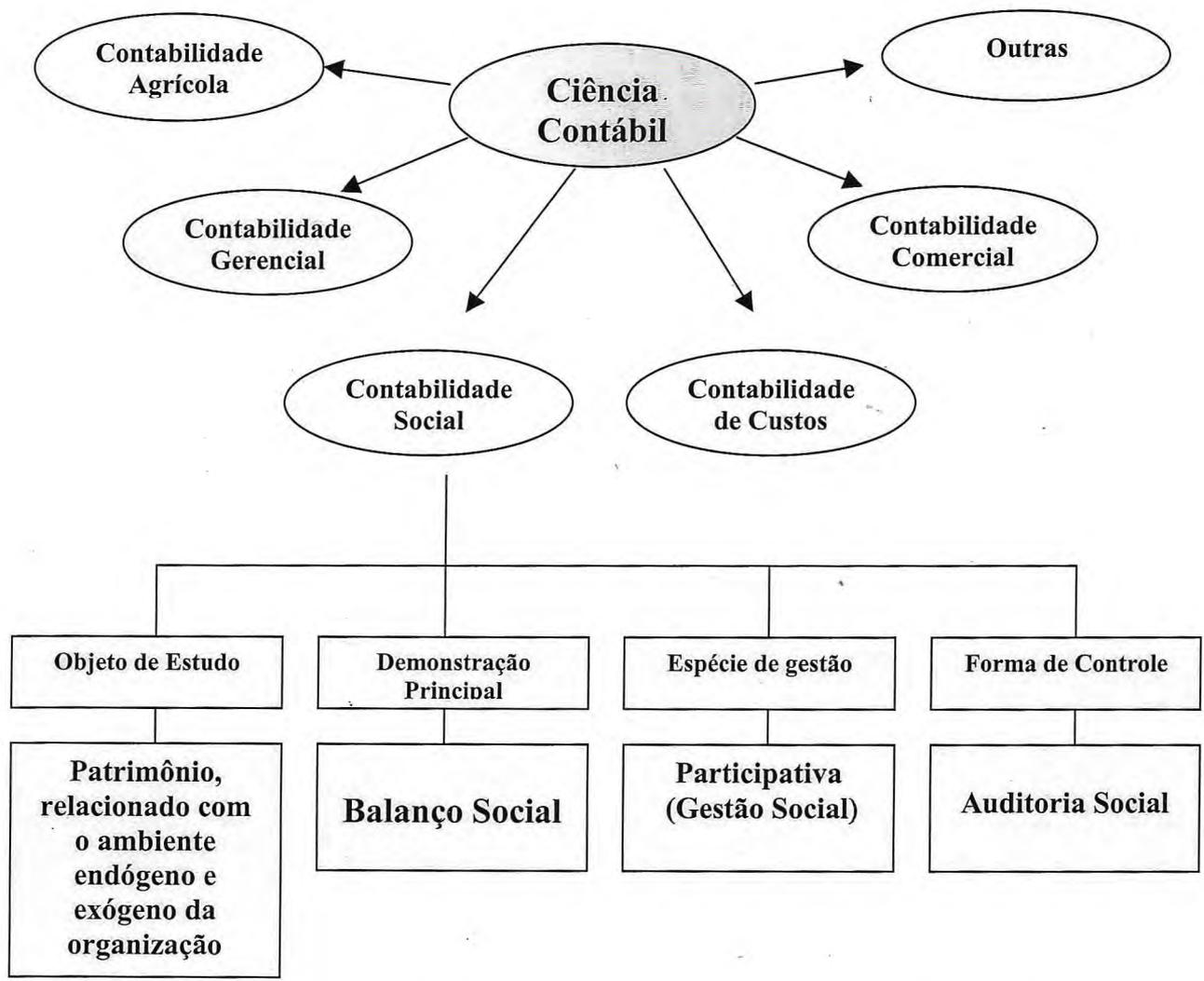
A globalização da economia trouxe grandes transformações não somente político-econômicas, mas também sócio-culturais. A sociedade passou a enxergar de forma diferente o seu papel na relação com as organizações, e estas por estarem em ambiente de competitividade acirrada, estão por força da sociedade, passando por um processo evolutivo buscando atender novas exigências.

Nos países desenvolvidos e agora também no Brasil, cada vez mais ganha vigor e atualidade a discussão sobre o papel das empresas como agentes sociais no processo de desenvolvimento. Há pouco mais de uma década, existiam alguns movimentos isolados de preocupação com o meio ambiente, tais como o “Greenpeace”. Atualmente, são vistas centenas de ONGs espalhadas pelo mundo e uma crescente conscientização mundial. Não são raros os movimentos contra as organizações que prejudicam o meio ambiente, exploram o trabalho infantil, etc. Por causa dessas manifestações, até mesmo grandes conglomerados mundiais já tiveram que voltar atrás em decisões estratégicas. Torna-se fundamental que as empresas que quiserem sobreviver assumam não só o papel de produtora de bens e serviços mas também o de responsável pelo bem estar de seus colaboradores.

Acompanhando ao processo evolutivo das empresas, a contabilidade enquanto ciência de captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente, passa a dar um enfoque social, desenvolvendo instrumentos necessários para contribuir para a identificação da responsabilidade social dos agentes econômicos. O instrumento mais conhecido e comentado é o balanço social.

O objeto de estudo da contabilidade, como já foi mencionado no parágrafo anterior, é o patrimônio. E como este estudo é muito abrangente a contabilidade sentiu necessidade de ramificar-se para explorar e dar enfoques diferentes.

Dentre estas ramificações surgiu a contabilidade social para atender aos anseios dos usuários e manter a ciência atualizada. O objetivo desta é explorar o reflexo das mutações patrimoniais das empresas, na sociedade e no meio ambiente. No entanto, a efetivação e êxito desta especialidade requer que a organização adote, uma forma de gestão participativa, envolvente e comprometida com todas as camadas que formam o sistema social e organizacional, tendo como instrumento de controle e prevenção a auditoria social e demonstrando as mutações quantitativas e qualitativas por meio do balanço social, que tem a função de complementar as demonstrações tradicionais.



O balanço social na sua concepção mais ampla apresenta a interação da empresa com os elementos que a cercam ou que contribuem para sua existência, incluindo o meio ambiente natural, a comunidade, seus recursos humanos e a economia local. Este instrumento teria surgido já algum tempo, porém somente agora é que ganhou as devidas dimensões e será alvo de exploração deste trabalho.

1.1 História da Riqueza do Homem – Do Feudalismo a globalização

Como introdução ao desenvolvimento do tema balanço social, será feita uma volta no tempo para lembrar brevemente a história da riqueza do homem e a evolução da teoria econômica, dos meios sociais e das relações de trabalho. Dessa forma, será visto que a preocupação social faz parte da evolução natural e está intimamente ligada a evolução econômica. Para iniciar, será lembrada a Idade Média, entre os séculos X e XII.

A sociedade feudal no século X, consistia de três classes - sacerdotes, guerreiros e trabalhadores, sendo que o homem que trabalhava produzia para ambas as outras classes, eclesiástica e militar. O sistema feudal possuía três importantes características: primeiro, a terra era dividida em duas partes, uma pertencente ao senhor e cultivada apenas por ele, enquanto a outra era dividida entre vários arrendatários; segundo, a terra era cultivada em faixas espalhadas; e por último, o fato de que os arrendatários trabalhavam não só as terras que arrendavam, mas também a propriedade do senhor.

O camponês vivia numa choça do tipo miserável. Trabalhando longa e arduamente em suas faixas de terras espalhadas, conseguia arrancar do solo apenas o suficiente para uma vida miserável. Teria vivido melhor, não fosse o fato de que dois ou três dias por semana, tinha que trabalhar a terra do senhor, sem pagamento. Tampouco era esse o único trabalho a que estava obrigado. Quando havia pressa, como em época de colheita, tinha que primeiro, sem ganhos adicionais, trabalhar a terra do senhor. Jamais houve dúvida quanto a terra mais importante. A propriedade do senhor tinha que ser a primeira a ser arada, semeada e ceifada e em caso de tempestades ou outros fenômenos tinha que ser socorrida primeiro. De acordo com um observador do século XII, "o camponês nunca bebe o produto de suas vinhas, nem prova uma migalha do bom alimento; muito feliz será se puder ter seu pão preto e um pouco de manteiga e queijo..."

Havia vários graus de servidão, mas o conceito era o mesmo. Acreditavam os senhores que os camponeses existiam para servi-los. Jamais se pensou em igualdade. Na época não existiam cidades, nem o papel do estado e como a terra produzia praticamente todas as mercadorias necessárias, a terra e somente a terra era a medida de riqueza.

Na Idade Média, a Igreja era o principal proprietário de terras. Porém, assim como os nobres, possuía uma riqueza estática, pois como não havia comércio, o capital era improdutivo. Com o início das feiras, o comércio começou a andar no século XI e ganhou impulso com as cruzadas rumo a terra prometida que eram promovidas pela Igreja

interessadas em estender o poderio. Era o início do fim do sistema de troca pelo de transações financeiras.

Como a sociedade feudal era recheada de taxas, impostos, o camponês transformando-se em mercador via a possibilidade de sair da quase miséria promovida pelo servo para a liberdade do comércio. Era o início da troca de um regime cheio de regras por uma possibilidade de liberdade, dinamismo. Da troca da riqueza da terra pela riqueza do capital. Sendo assim, aos poucos as cidades foram crescendo, surgindo com ela a classe média.

Mudavam as relações sociais. Para os camponeses surgia a oportunidade de trocar o arrendamento pela compra da terra. Para os senhores feudais que se adaptaram, era a possibilidade de vender as terras que não quisessem e também de comprar o trabalho através de salário, iniciando a classe dos assalariados. Todo esse ambiente fazia com que as classe mais baixas experimentassem a liberdade, sonhasse com possibilidades melhores e se revoltasse contra o regime.

Paralelamente mudavam as necessidades das cidades e também iniciava a nova fase de organização industrial. As mercadorias, que antes eram feitas não para serem vendidas comercialmente, mas apenas para atenderem às necessidades da casa, passaram a ser vendidas num mercado externo(local). Eram feitas por artesões profissionais, donos tanto das matérias-primas como das ferramentas utilizadas para trabalhá-las e vendiam o produto acabado. Hoje, na grande maioria, os trabalhadores na indústria não são donos nem da matéria-prima nem das ferramentas. Não vendem o produto acabado, mas a força do trabalho.

Esses artesões seguiram o exemplo dado pelos comerciantes, e formaram corporações próprias, associando capital e trabalho. Todos que realizavam algum trabalho - aprendizes, jornaleiros, mestres artesões- pertenciam à mesma corporação. Tanto mestres como ajudantes podiam fazer parte da mesma organização e lutar pelas mesmas coisas. Isso porque a distância entre trabalhador e patrão não era muito grande. Veja se isso não se parece com as dicas das áreas de recursos humanos das empresas de hoje que tentam aproximar os executivos dos chãos de fábricas em busca de melhores resultados.

Outras mudanças ocorriam: o Justo Preço apregoado pela toda poderosa Igreja que condenava o enriquecimento, era trocado pelo preço de mercado. As cidades floresciam e com elas a lei de oferta e da procura. O sistema de corporações respaldo na igualdade entre todos e pela facilidade de ascensão dos trabalhadores, que reinou entre os séculos XIII e XIV tornou-se coisa do passado. Alguns mestres prosperaram, iniciaram-se as corporações especializadas e diminuiu-se a possibilidade de crescimento do trabalhador. Com isso, os jornaleiros,

formaram associações, que tais como os sindicatos de hoje buscavam melhores condições de trabalho.

A distância entre as classes crescia e com ela a revolta social provocada pelo grande número de indigentes. As cidades precisavam deixar de ser livres e de ser locais. Iniciava-se o processo de formação de nações e com ela a necessidade social de se ter líderes. Surgia a figura do Rei como força maior e o Estado monárquico substituiu a cidade como unidade de vida econômica.

O século XV e mais fortemente o século XVI, assistiu a uma grande corrida pelo ouro e pela prata tão necessários a expansão do comércio. Esse período foi conhecido como Revolução Comercial, modificando-se a direção das correntes de comércio. Veneza e as cidades mediterrâneas perdiam força e as cidades com portas abertas para o Atlântico tornavam-se poderosas. Foi a época áurea comércio, onde baseado no modelo de restrições comerciais e de exclusões sociais, e não no de desenvolvimento industrial registravam-se lucros exorbitantes, fazendo fortunas que seriam o alicerce para a grande expansão industrial dos séculos seguintes.

O comércio mudou e com ele a economia. Custava muito dinheiro fazer expedições mundo afora e mais ainda manter as descobertas livres de piratarias e de estranhos. Assim como hoje, o risco possuía um alto custo. A organização tradicional das associações que se haviam criado para negociar com as velhas rotas de comércio não se adaptava às novas condições. A sociedade por ações foi a resposta dada pelos mercadores nos séculos XVI e XVII ao problema de como levantar os enormes capitais necessários a tão vastos empreendimentos como o comércio com a América, África e Ásia. Essas companhias por ações foram as precursoras de nossas grandes empresas de hoje.

Mas, esse período da Revolução Comercial teve um forte preço social. Nos séculos XVI e XVII um quarto da população de Paris, por exemplo, era constituída de mendigos. A miséria tinha como razões as guerras do período e também a expansão dos comércios com as colônias. No modelo adotado fluía rapidamente a extração de ouro e prata que era encaminhada para a Europa. Com o aumento do dinheiro em circulação, subia-se o preço, excluindo parte da sociedade. Os mercadores foram os principais beneficiados. Seus custos aumentaram, mas os lucros eram exorbitantes. Os governos tinham dificuldades de manter-se com os aumento de despesas e os trabalhadores sentiam a perda do poder aquisitivo. Para exemplificar, um artesão do século XVII teria que trabalhar 43 semanas para ganhar o mesmo que um artesão obtinha no século XV com dez semanas de trabalho.

Nesse período ocorreu uma modificação muito importante na análise das questões sociais de hoje. A velha idéia de que a terra era importante em relação ao total do trabalho sobre ela executado desapareceu. O desenvolvimento do comércio e indústria, e a revolução dos preços tornaram o dinheiro mais importante do que os homens, e a terra passou a ser considerada como fonte de renda, como moeda especulativa.

O movimento de fechamento de terras provocou muito sofrimento, sendo base da mão de obra para a expansão da indústria capitalista que encontrou infelizes desprovidos de terras, tendo que vender sua força de trabalho.

Como já se viu, o mercado estava em expansão. Os artesões locais não tinham visão para trocar o comércio local pelo mundial e muito menos capital. Surgiu então o intermediário que comprava a matéria-prima, entregava ao artesão para produzi-la e depois encarregava-se de distribuí-la. Surgiu também o sistema fabril. Os trabalhadores perderam a independência. Não possuíam a matéria-prima nem os instrumentos. Assistiam a habilidade manual ser aos poucos deixada e ao avanço de máquinas. O capital tornou-se mais necessário do que nunca. Outra característica foi que a expansão mercantilista provocou também a especialização da mão de obra visando maior volume de produção.

Mas o mercantilismo fazia desafetos. A sociedade tinha visto crescer o número de indigentes, provocadas pelo aumento de preços, pela troca do sistema de produção e pelo elevado número de guerras em busca de mercados. As colônias estavam sufocadas por um modelo que promovia apenas o desenvolvimento do colonizador. Os comerciantes queriam uma parte do lucro e uma emergente classe denominada burguesia queriam utilizar o dinheiro conquistado e aproveitar as oportunidades. Os também emergentes industriais eram obrigados a produzir apenas o que fosse interessante para o Estado. Essa soma de elementos, motivada pelas idéias de Adam Smith em Riqueza das Nações fez com que ganhasse vulto a idéia de comércio livre, de liberdade ("Laissez-faire")

Na França em 1789, a luta pela liberdade do mercado resultou numa vitória da classe média. O ano de 1789 bem pode ser considerado como o fim da Idade Média, pois foi nele que a Revolução Francesa deu o golpe mortal no feudalismo. Dentro da estrutura da sociedade feudal de sacerdotes, guerreiros e trabalhadores, surgira um grupo de classe média. Através dos anos, ela foi ganhando força. Havia empreendido uma luta longa e dura contra o feudalismo, marcada particularmente pela Revolução Francesa. No fim do século XVIII era pelo menos bastante forte para destruir a velha ordem. Em lugar do feudalismo, um sistema social diferente, baseado na livre troca de mercadorias com o objetivo primordial de obter lucro foi introduzido pela burguesia. A esse sistema denomina-se capitalismo.

Depois que a Revolução Francesa acabou, foi a burguesia quem ficou com o poder político. “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” foi uma frase gritada por todos os revolucionários, mas que coube principalmente à burguesia desfrutar.

O exame do Código Napoleônico deixa isso bem claro. Destinava-se evidentemente a proteger a propriedade – não a feudal, mas a burguesa. O Código tem cerca de 2000 artigos, dos quais apenas 7 tratam do trabalho e cerca de 800 da propriedade privada. Os sindicatos e as greves são proibidos, mas as associações de empregados permitidas. Numa disputa judicial sobre salários, o Código determina que o depoimento do patrão é que deve ser levado em conta. O Código foi feito pela burguesia e para a burguesia: foi feito pelos donos da propriedade para a proteção da propriedade.

No século XX, com o desemprego em toda a parte, fica difícil imaginar que naquele tempo era difícil arranjar trabalhadores para indústria e para que o sistema pudesse gerar lucros. Mas, naquele tempo existiam muitas terras livres, e a história sempre mostrou que enquanto havia terras, havia deslocamentos. Um exemplo a conquista do Oeste dos Estados Unidos. Para resolver o problema, assim como no século XVI, houve um novo movimento de fechamento de terras, e exclusão social. Desta forma, houve novo movimento de migração para as cidades, restando a população a venda da sua força de trabalho.

A acumulação de capital, que veio do comércio primitivo, mais a existência de uma classe de trabalhadores sem propriedades, prenunciavam o início do capitalismo industrial. O sistema fabril em si proporcionou a acumulação de uma riqueza ainda maior.

Paralelo aos investimentos fabris, a implantação de máquinas e a especialização do trabalho, ocorria a expansão do mercado por terras recém descobertas. Além disso, as condições sociais com aumento da população em função de desenvolvimento da medicina e também da Revolução Agrícola fez com que o mercado interno crescesse a demanda. Enfim, o crescimento da população, as revoluções nos transportes, agricultura e indústria estavam interligados, agindo e reagindo mutuamente.

Mas, como era o ambiente para os trabalhadores nessa época? O foco era total em tarefas repetitivas e nas máquinas. Afinal essas eram tão eficientes que tinham de fazer sua mágica durante o maior tempo possível. Para seus donos representavam tamanho capital que não podiam parar – tinham de trabalhar, trabalhar sempre. Por isso os dias de trabalho eram longos, de 16 horas. Além disso, trabalhavam sob rígido regime disciplinar com multas até mesmo por assobiar no trabalho. O sistema também explorava indiscriminadamente as crianças, conforme relata um senhor de escravo das Índias Ocidentais: “Sempre me considerei

infeliz pelo fato de ser dono de escravos, mas nunca pensei ser possível haver ser humano tão cruel que exigisse de uma criança de 9 anos trabalhar 12 horas e meia por dia”.

Se um marciano tivesse caído na Inglaterra teria considerado loucos todos os habitantes da Terra. Pois teria visto de um lado a grande massa trabalhando duramente, voltando à noite para os miseráveis e doentios buracos onde moravam, que não serviam nem para porcos; de outro lado, algumas pessoas que nunca sujaram as mãos e que além de usufruírem dos lucros, faziam também as leis governamentais.

Não é de espantar que aos poucos foram sendo criados movimentos para lutar contra a miséria social. Os trabalhadores primeiro voltaram-se contra as máquinas, provocando movimentos para destruí-las. Perceberam logo depois que era inútil e começaram a lutar pelo direito de opinar na escolha dos legisladores, pelo sufrágio universal para os homens. Naquela época ganhavam força também os movimentos sindicais que eram reprimidos com violência em todos os países.

No campo das teorias econômicas, pensadores teóricos creditavam a miséria da população as leis naturais, à teoria de que a população aumentava mais depressa do que o alimento para mantê-la viva. Malthus como solução sugeria o controle moral para conter a miséria. Era uma boa notícia para os ricos, a de que os pobres eram os únicos culpados de sua pobreza.

Mas na segunda metade do século XIX, a economia clássica começou a perder um pouco de sua força. Naquela época, começaram a surgir os trabalhos de um homem chamado Karl Marx. Tal como a economia clássica pode ser considerada a Economia do homem de negócios, porque nela ele encontrava ajuda e conforto, a economia de Marx pode ser chamada de Economia do trabalhador. O ponto fundamental da doutrina econômica de Marx é que o capitalismo se baseia na exploração do trabalho. Como chave propunha o socialismo, a igualdade e o fim da propriedade privada, que era a base da exploração.

Os capitalistas trocavam a economia medida pelo custo do trabalho pela economia do valor de utilização. Expandiam-se as idéias de imperialismo. Surgiam os trustes, monopólios. Os pequenos negociantes eram expulsos pelos grandes e era forte o movimento de fusões e de incorporações. A idéia era limitar a concorrência e controlar os preços. Paralelo ao monopólio do comércio e da indústria, surgia o monopólio dos bancos. Se for feito um paralelo com o final do século XX, será visto que os movimentos dos grandes conglomerados mundiais se assemelham, porém o tamanho das corporações e dos mercados são muito maiores.

A indústria em grande escala e monopolista trouxe um desenvolvimento das forças produtivas muito maior do que antes. A capacidade industrial de produzir mercadorias cresceu num índice muito mais rápido do que a capacidade de consumo. As colônias eram a solução.

A disputa pelos mercados para escoar o excedente crescia. Conforme relatou um observador da época: “Depois que os grupos internacionais dividiram o mercado mundial, pareceria que a competição devesse cessar e tivesse início uma relação de paz duradoura. Isso não acontece porque as relações de força estão sempre se modificando. O que em dado momento era uma divisão justa, torna-se injusta mais tarde. Há descontentamento da parte do grupo mais forte, seguindo-se uma luta por uma quota maior. Frequentemente isso leva à guerra. O imperialismo leva à guerra.”. Como se sabe, a história assistiu a duas Grandes Guerras.

Entre as guerras, a Rússia fazia história. Lênin e outros bolcheviques russos colocaram em prática as teorias de Marx e Engels. O socialismo chegou ao poder através da revolução. Como idéia básica, tinha como palavra chave o “coletivo” ao invés do “individual”. Baseado em estudos e planos anuais, a Rússia, pressionada pelo bloqueio de outros países e pelo isolamento, optou por promover o desenvolvimento de bens de produção em detrimento aos bens de consumo, o que no primeiro momento causou alguns desajustes sociais, mas que foi bancado pelo Estado e até mesmo pela população. A Revolução Russa, ao menos no primeiro momento, venceu e estabeleceu o regime socialista.

Passada a II Grande Guerra, assistiu-se a um mundo dividido em dois blocos: o capitalista liderado pelos EUA e o socialista pela URSS. Eram dois blocos antagônicos que disputavam diariamente na chamada guerra fria caracterizada pela corrida armamentista desenfreada e pelo separatismo entre os dois blocos.

Esses dois distintos mundos tinham como meta inicial a reconstrução dos países e das sociedades devastadas pela guerra. Mas, como missão principal tinham a imposição do melhor sistema econômico.

Durante quatro décadas assistiu-se aos EUA e URSS; capitalistas e socialistas duelaram. Ao longo desses tempo, a economia em busca de mais e mais consumidores foi se internacionalizando. Assistiu-se também a dois elementos extremamente importante na análise sócio-econômica: os avanços tecnológicos e a massificação da informação com o avanço dos meios de comunicação. No novo mundo, o papel exercido pela comunicação para a transformação da sociedade foi fundamental. Os conceitos, os costumes, as premissas e os

paradigmas são criados e mudados rapidamente através dos meios de comunicação em todos os cantos do mundo quase que simultaneamente.

Com tudo isso e com o forte bloqueio exercido pelo grupo da OTAN, o modelo socialista foi aos poucos perdendo força e ruiu quase que definitivamente – salvo por Cuba – com a abertura soviética e com a queda do muro de Berlim que ficou marcado como o símbolo da nova economia, como marco da globalização. Hoje, vive-se num mundo sem fronteiras, mas liderado por poucos e com forte exclusões sociais internas e externas, com modelos, por mais paradoxal que seja, ainda recheados de protecionismo.

A história evoluiu e com ela os princípios, anseios e desejos do homem. Será o balanço social uma exigência da sociedade aos donos do capital? Será uma evolução natural da história? Será uma necessidade das empresas justificarem seus lucros e assumirem o seu papel social?

1.2. Do primeiro lançamento contábil ao Balanço Social

Retomando ao início da contabilidade, tem-se registro da utilização dessa ciência pela primeira vez na contabilidade ocidental, em fins do século XIV, quando se iniciaram as grandes navegações marítimas, que vieram despontar no século XV. Nesse período surgiam os primeiros usuários da contabilidade; os comerciantes rudimentares; que já usavam formas de registro de informações das suas mercadorias. Posteriormente foram os proprietários das jornadas, os quais algumas vezes se confundiam com os próprios comerciantes. A necessidade dos proprietários ou comerciantes saberem o quanto ganhavam por jornada fez com que se desenvolvessem sistemas simples de registro de informações sobre o que era investido (o que entrava de riqueza na jornada) e o que era obtido de retorno desse investimento (o que saía de dinheiro da jornada). Justamente o que desejavam com o sistema de registro contábil era saber, pela diferença entre a riqueza que entrou e a que saiu, o lucro era obtido em cada jornada.

Esse proprietário era o único usuário da informação da contabilidade, pois somente a ele se destinavam os registros contábeis. Identificava-se como usuário interno ao empreendimento (jornada). Conforme viu-se no capítulo anterior, essas organizações eram extremamente simples e os trabalhadores e proprietários confundiam-se.

Com a evolução do comércio e da acumulação de riqueza, novas formas de composição de investimentos se desenvolveram. Surge a figura do credor que emprestava seu dinheiro ao proprietário de um investimento para que ambos capitais somados e postos em



utilização resultassem em um retorno maior do que conseguiriam isoladamente. Para o credor obter informações interessantes a respeito de seu dinheiro, utilizava-se da contabilidade. Note que o surgimento da figura do credor é consequência da evolução da sociedade da época, da política mercantilista que exigia grande capital para conquista de mercados externos e que visava a expansão dos lucros.

Nesse ponto a figura do credor e da sua necessidade de informações a respeito de seu dinheiro é identificada como o segundo tipo de usuário da informação contábil. Ele é um usuário externo ao empreendimento. A contabilidade também já apresentava evolução nas suas características: o que antes eram informações confidenciais a um único usuário (proprietário) nesse ponto passam a ser de uso mais amplo (informações para o credor); agora há separação entre dinheiro do proprietário, dinheiro do credor e dinheiro aplicado num investimento.

Em seguida ao surgimento da figura do credor, ainda durante o mesmo período, apareceram os investidores, dentre eles a monarquia, que diferentemente do credor investiam seus capitais comprando ações de outros investimentos. A diferença fundamental é que o credor recebia o seu dinheiro emprestado mais um prêmio pela utilização; já o investidor recebia os lucros (ou perdia pelos prejuízos) provenientes do investimento. Em sociedades sob a forma de investimento vários capitais diferentes encontravam-se aplicados, surgindo daí a necessidade dos detentores desses capitais serem informados de seus desempenho. E novamente a contabilidade era a forma pela qual tais informações eram obtidas. E assim o são fundamentalmente até hoje. Note que pela evolução da contabilidade há maior necessidade de informações, e para um número cada vez maior de usuários.

Até agora foram mostrados a evolução da contabilidade e seus principais usuários:

1. Primeiros usuários \Rightarrow proprietários \Rightarrow usuários internos ao negócio \Rightarrow lucro
2. Segundos usuários \Rightarrow credores \Rightarrow usuários externos ao negócio \Rightarrow risco, capacidade de pagamento
3. Terceiros usuários \Rightarrow investidores \Rightarrow usuários internos e externos ao negócio \Rightarrow lucro, capacidade de pagamento.

Observe que o balanço patrimonial, como demonstração contábil estática em uma determinada data, evidencia, sob o ponto de vista do credor, como o empreendimento está sendo financiado e gerido, e principalmente a capacidade do empreendimento pagar de volta ao credor os seus empréstimo. Mostra, entre outras coisas, o quanto o empresário está arriscando seus próprios recursos e o dinheiro de terceiros. Somando-se a demonstração de

resultados ao balanço patrimonial, proporcionam-se subsídios aos credores para poderem avaliar o risco de seus empréstimos.

Já com a revolução industrial, esta com suas características, como por exemplo a intensa participação de maquinário na produção: a necessidade de investimento de maiores volumes de capital, entre outras, fez com que a necessidade de controle gerencial fosse despertada (controle dos custos da produção, controle do ativo fixo etc.). Acentuou-se a separação necessária entre o administrador do investimento e o próprio investidor. Foram conhecidos inúmeros outros fatores que deviam ser controlados. Isto é, da mesma forma que a necessidade de consumo da sociedade foi alternado-se, os meios de produção também assim o foram, e as formas de registro de suas informações. A contabilidade então tornou-se mais do que nunca o melhor meio de prover informações a respeito dos investimentos, e para diversos tipos de usuários com interesses diferentes. Além dos três usuários comentados, surge o governo, na sua forma de instituição tributante.

Este governo viu na contabilidade meios que lhe fornecessem informações a respeito da geração de riqueza; então nada melhor do que utilizar esta contabilidade como forma de tributar a riqueza gerada. Além da figura tributadora, mais recentemente o governo vem utilizando a contabilidade como forma de verificação de parâmetro de segurança para determinados elementos. Isto é, o governo também verifica a geração de riqueza, a proteção a investidores, e, em alguns países, até níveis de capacidade de pagamento aos credores etc.

Da forma resumida com que a história e a evolução da contabilidade e de seus usuários foram apresentadas, verifica-se que a sociedade e a contabilidade evoluem juntas, à medida que a sociedade demanda da contabilidade informações das mais variadas possíveis.

Interessante é notar que todos os usuários até agora comentados estão interessados no capital investido e no retorno obtido: sócios e investidores minoritários preocupados com o seu investimento e com o lucro; credores preocupados com o seu capital e juros; e o governo com o rendimento de todos os anteriores e o da própria empresa. Ou seja, até o momento verifica-se que a contabilidade está dando atenção única e exclusiva ao capital. Entretanto, há outros modos com que a contabilidade pode ser vista e que, junto com os argumentos da evolução concomitante da sociedade e da contabilidade, levam a uma visão de que ela é um componente de cunho social elevado.

Desenvolve-se assim a contabilidade social que é a parte da ciência contábil que tem como objeto de estudo as relações entre a empresa e a sociedade, em termos mais genéricos.

Então, a contabilidade social procura evidenciar e estudar, na medida do possível, a identificação, os efeitos que determinadas variações no patrimônio das empresas causam na sociedade, num sentido amplo.

Para evidenciar tais alterações e outras informações de cunho social, o elemento de reporte da contabilidade social é o balanço social, sua peça fundamental. Da mesma forma que o balanço patrimonial é um dos elementos de reporte da contabilidade financeira, o balanço social é o elemento de reporte e divulgação de informações referentes à contabilidade social.

1.3. Os primeiros passos do Balanço Social

Não se sabe exatamente uma data específica da origem do balanço social, pois o que ocorreu foi a evolução de relatórios que continham informações e dados que diziam respeito aos empregados e também sobre atividades sociais praticadas pelas empresas. Porém, foi nos Estados Unidos, na década de 60, que se questionou pela primeira vez a questão da responsabilidade social das empresas, embora desde os anos 30 já houvesse introduzido a idéia de responsabilidade social no mundo dos negócios. Alguns historiadores, porém, elegem a Alemanha como o local onde teria iniciado, ainda na década de 20, o esforço para apresentação de um tipo especial de informe que passou a ser chamado de balanço social.

Sabe-se que na Europa, o forte movimento trabalhista, decorrente de filosofias específicas, fez com que as massas operárias organizadas passassem a exercer pressão sobre o poder político, exigindo que se aumentasse a responsabilidade social do Estado, ampliando as exigências de controle sobre as empresas. Estas passaram a prestar informações, iniciando o movimento em prol das prestações de contas sobre os recursos humanos à disposição da empresa: quantos são, quanto ganham, que benefícios têm, como evoluem, que educação têm, quais os treinamentos que recebem, etc.

Como as correntes doutrinárias contábeis alemãs eram, no início de século XX, deveras poderosas, suas pesquisas volveram-se no sentido de procurar situar cientificamente o que se deveria entender por lucro, se algo só individual maximizado, ou se algo social equitativamente distribuível (corrente reditualista alemã).

Tratava-se de um movimento que procurava dar à mão-de-obra, o mesmo status que já era dado ao capital. Foi o início do balanço social.

Principalmente na França e na Alemanha, com movimentos estudantis do final da década de 60 e com o aumento dos problemas sociais, multiplicaram-se iniciativas a respeito

do debate sobre a responsabilidade social das organizações. Procurou-se uma forma científica mais embasada para as organizações evidenciarem suas atividades à sociedade. Propôs-se então uma demonstração que foi denominada genericamente de balanço social.

A França, em 1977, foi a pioneira na obrigatoriedade da publicação do balanço social. Foi a primeira vez que um país, teve uma lei elaborada especificamente para consolidar a ampla utilização do balanço social como forma de reporte social – Lei nº 77.769, de julho de 1977, também conhecida como “Rapport Sudreau”, posta em prática em 1979, obrigando as empresas com mais de 750 empregados a elaborar o balanço social. Já em 1982, a obrigatoriedade passou a ser para as empresas com mais de 300 empregados.

A Lei francesa abrange sempre, nas relações empresa ↔ empregados, os seguintes tópicos:

- Dados relativos ao emprego;
- Remuneração e encargos;
- Benefícios adicionais;
- Condições de higiene e segurança no trabalho;
- Outras condições de emprego;
- Condições de vida do empregado pago e de seus dependentes;
- Relações profissionais;
- Outras condições de vida e trabalho relevantes na empresa.

Já com a preocupação de análise e acompanhamento evolutivo dos resultados sociais, cada publicação continha as informações do ano corrente e dos últimos dois anos, para efeito de comparação.

Diversos países da Europa seguiram os passos pioneiros da França e hoje também exigem a elaboração do documento, entre eles, Alemanha, Holanda, Bélgica, Espanha, Inglaterra e Portugal.

O atual balanço social realmente é fruto da evolução de outros tipos de relatórios que envolviam informações de caráter social. Pode-se verificar que dois movimentos impulsionaram o desenvolvimento do balanço social, segundo Rioli: um de inspiração cristã e outro decorrente da motivação pacifista ocorrida nos anos 60.

Primeiramente, do movimento de origem cristã surgiu a promulgação da encíclica papal “Mater et Magister”, em 1961 decorrente de uma reunião da Union Internationale Chrétienne de Dirigeants d’ Enterprise (UNIPAC) ocorrida em Bruxelas. Tal documento enfatizava a divulgação, por parte das empresas, de relatórios contendo informações

referentes a iniciativas em prol dos trabalhadores e do bem estar da comunidade em que a empresa estava inserida.

Nesta fase de concepção do balanço social as informações eram primordialmente voltadas ao aspecto laborial, isto é, ao corpo funcional das empresas. Somente mais tarde é que tais informações evoluíram e passaram a abranger a outras áreas (comunitárias e ambientais).

O segundo movimento, que mais se destacou popularmente, foi o movimento pacifista. Este teria surgido em meados dos anos 60 e neste período ganhou novo impulso a noção da responsabilidade social das empresas. E o que pode parecer um contra-senso é que foi exatamente por força das guerras e do repúdio da população à guerra do Vietnã que se deu início a um movimento de boicote à aquisição de produtos e ações de empresas que de alguma forma estavam ligadas a esse conflito armado. As empresas foram obrigadas a desenvolver a noção de que elas, além de serem fontes de lucro para os empresários, remunerando o capital, têm responsabilidade fundamental no desenvolvimento da sociedade.

Várias instituições da sociedade civil, como as igrejas e fundações, passaram a denunciar o uso de armamentos sofisticados que dizimavam civis inocentes, afetavam negativamente o meio ambiente e colocavam em risco a própria sobrevivência do homem. O público, na avaliação de grupos pacifistas, não poderia ficar indiferente ao esforço letal das companhias.

Visando reagir às pressões da sociedade, que exigia nova postura ética, as empresas passaram a prestar contas de suas ações justificando o seu objetivo social, com o intuito de melhorar a imagem junto a consumidores e acionistas, através de campanhas promocionais de ações comunitárias, beneficentes, de apoio e também da divulgação de relatórios com informações de caráter social.

Esta noção de responsabilidade social que as empresas estão desenvolvendo, surgida nos anos 60, é que norteou o desenvolvimento do balanço social. Nota-se que tal responsabilidade abrange os recursos humanos das empresas, o meio ambiente em que as empresas estão instaladas e a sociedade em que elas estão inseridas. Novamente verifica-se que a contabilidade social é o ramo da contabilidade que trata das relações sociais entre a empresa e os ambientes interno e externo a ela.

A responsabilidade social ganha enfoques diferentes internacionalmente como por exemplo:

País	Enfoque
Estados Unidos	Consumidores/clientes e sociedade em geral; qualidade dos produtos, contribuição da empresa às obras culturais, transporte coletivos e outros benefícios à coletividade; abordagem de caráter ambiental, controle de poluição.
Holanda	Informações sobre condições de trabalho.
Suécia	Informações para os empregados.
Alemanha	Condições de trabalho e aspectos ambientais.
Inglaterra	Forte discussão sobre responsabilidade social e grandes pressões para divulgação mais ampla dos relatórios sociais.
França	Informações para os empregados; nível de emprego, remuneração, condições de trabalho e formação profissional.

1.4. Origem do Balanço Social no Brasil

No Brasil o surgimento do balanço social, ainda nos anos 60, está relacionado com entidades Cristãs. A criação da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE) em São Paulo que era um agente operacional da Union Internationale Chrétienne de Dirigeants d'Enterprise (UNIPAC) e que tinha entre seus objetivos a aceitação por seus membros de que a empresa, além de produzir bens e serviços, possui a função social que se realiza em nome dos trabalhadores e do bem-estar da comunidade.

A partir deste momento, a história empresarial brasileira começou a debater o tema balanço social, surgindo assim, embora muito timidamente, a noção de responsabilidade social por parte das empresas.

O momento sócio-político do Brasil dificultava os avanços da discussão. O regime militar estava instaurado e qualquer movimento social era fortemente reprimido, inclusive com o uso de violência. Todos os movimentos sociais e intelectuais foram arruinados. Os líderes e quaisquer pessoas com potencial de liderança eram identificados pelo governo como ameaça a soberania do país. Desta forma, essas pessoas com preocupações sócio-culturais, quando conseguiam fugir as torturas e ao “julgamento final”, tinham como única opção o exílio. Enquanto no mundo inteiro as idéias eram divulgadas à velocidade da notícia dos meios de comunicação, no Brasil assistia-se a censura como delimitadora na troca de informações.

Já na década de 70, ainda dentro do regime militar, a economia passou por uma fase de expansão conhecida como “milagre brasileiro”, onde o governo executou grandes obras, gerando empregos, inibindo de certa forma a preocupação social.

Outra característica do modelo econômico do regime militar era o protecionismo, o que não tornava o país atrativo para multinacionais, dificultado a troca de experiências com outras culturas mais avançadas na responsabilidade social. Além disso, as empresas estatais, base do modelo, ditavam o ritmo do nosso crescimento, distanciando as organizações dos clientes e da sociedade.

Muito embora a idéia tenha motivado discussões anteriores, apenas em 1977 mereceu destaque a ponto de ser tema central do 2º Encontro Nacional de Dirigentes de Empresas. Porém, somente em 1984 que se teve notícia da primeira publicação de um balanço social no Brasil que foi o da Nitrofértil. Oito anos mais tarde, o Banco do Estado de São Paulo (BANESPA) publica um relatório completo divulgando todas as suas ações sociais, e a partir de 1993, várias empresas de diversificados setores passam a divulgar o balanço social, mesmo sem ter nenhuma obrigação por força de Lei.

Da década de 90 em diante os temas Contabilidade Social e Balanço Social passaram a ser amplamente discutido. Em 1997 o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho (1935-1997), lançou em 16 de junho no Brasil uma campanha pela publicação do balanço social e a idéia desencadeou várias ações, entre elas a elaboração de um projeto de lei das deputadas federais Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling. Outro impulso foi o apoio de lideranças empresariais, como o da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), autarquia do Ministério da Fazenda que fiscaliza as bolsas de valores; da Gazeta Mercantil, o mais importante jornal especializado em economia e negócios do país; de muitas empresas (Xerox, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Glaxo Wellcome, Usiminas, entre outras); e de suas instituições representativas (Firjan, Abrasca, Abamec, Febraban, Associação Comercial do Rio de Janeiro). A campanha surtiu efeitos positivos, tornando-se marco histórico na questão social.

Ainda em 1997, mais precisamente em novembro, em parceria com a Gazeta Mercantil, o Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) lança o Selo do Balanço Social para estimular e atrair mais empresas brasileiras. O selo é oferecido a todas as empresas que divulgam o balanço social no modelo proposto pelo Ibase.

Atualmente, alguns legisladores se movem no sentido de regulamentar o balanço social. Muito embora sem esta regulamentação muitas empresas já reconhecem a sua responsabilidade social diante da comunidade.

2. A PROPOSIÇÃO DE UM MODELO

Conforme o conceito básico de contabilidade, ela é objetivamente, um sistema de informações e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação a entidade objeto da contabilização. E ainda, conceitua usuário como toda pessoa física ou jurídica que tenha interesse na avaliação da situação e do progresso de determinada entidade, seja empresa, ente de finalidades não lucrativas, ou mesmo patrimônio familiar.

Como é observado a contabilidade é um poderoso sistema de informações que tem a finalidade de evidenciar através de demonstrativos, a situação patrimonial, financeira e principalmente social das entidades de acordo com a necessidade de seus usuários.

Os usuários do sistema de informação contábil podem ser acionistas ou proprietários, credores, fornecedores, investidores, governo, empregados, sociedade e outros.

Sendo assim, o balanço social surge para suprir as necessidades de um público diferente, a sociedade. Nessa demonstração são apresentados os gastos das empresas com encargos sociais, alimentação, saúde, educação, previdência privada e outros benefícios trabalhistas, impostos e investimentos na cidadania (cultura, esportes, habitação, saúde pública, saneamento, segurança, urbanização, defesa civil, pesquisa e outros gastos “sem fins lucrativos”, investimento em meio ambiente etc..)

Uma síntese dos benefícios que o balanço social traz são:

- ⌚ O balanço social estimula a valorização da cidadania e ao mesmo tempo poderá funcionar como instrumento de política econômica;
- ⌚ O levantamento de indicadores de desempenho social das empresas, por regiões e setores da economia, por parte de órgão qualificado, permitirá análises de desempenho social em diversos segmentos e regiões, onde poderão ser enfocados aquelas que carecem de desenvolvimento. Sendo assim a

agregação de diversos balanços sociais resultará em uma apreciação global da economia e das condições sociais do país;

- O banco de dados detido pela contabilidade é a base de dados necessários para elaboração do balanço social;
- A auditoria independente das demonstrações contábeis inclui a revisão do balanço social, já que as informações para elaboração do mesmo são extraídas, em grande parte, da contabilidade, oferecendo credibilidade a mais esse conjunto de informações;
- O balanço social representa um elemento a mais na busca de um país com menos desigualdades.

BRFEEAR

2.1. O papel do Balanço Social

Na realidade, as novas exigências do mercado, influenciado pela globalização, por um público mais consciente e por investidores mais exigentes e preparados, têm feito com que as organizações publiquem suas demonstrações com maior transparência e qualidade, evidenciando os aspectos qualitativos do patrimônio e, ao mesmo tempo, a sua preocupação com o bem-estar social e ambiental.

O balanço social, antes de ser uma demonstração endereçada à sociedade, é considerado uma ferramenta gerencial, pois reunirá dados qualitativos e quantitativos sobre as políticas administrativas, sobre as relações empresa e meio ambiente, os quais poderão ser comparados e analisados de acordo com as necessidades dos usuários internos, servindo como instrumento de controle e de auxílio para a tomada de decisões e adoção de estratégias. Auxilia, ainda, a gestão da empresa, contribuindo para a melhora da estrutura organizacional, da informação e comunicação, da produtividade, da eficácia e eficiência, etc.

Sendo assim, o balanço social favorece a todos os grupos que interagem com a empresa. Aos dirigentes fornece informações úteis à tomada de decisões no que se refere aos programas sociais. Também é um instrumento de gestão. É natural que os indicadores do balanço social estimulem a participação voluntária dos empregados na escolha dos programas sociais da empresa, o que acarreta um grau mais elevado de integração nas relações entre dirigentes e funcionários.

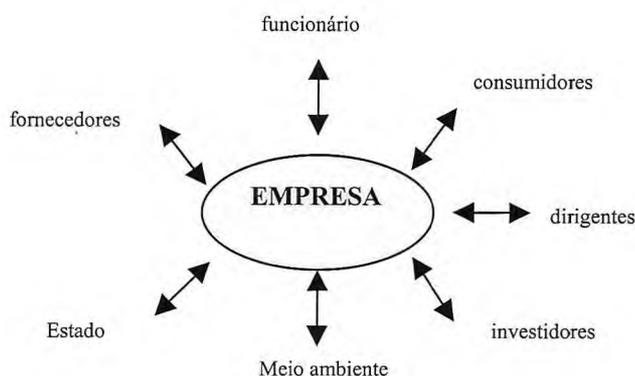
Aos fornecedores e investidores informa como a empresa encara suas responsabilidades quanto aos seus recursos humanos, o que é um bom indicador da forma como a empresa é administrada. Para os consumidores dá uma idéia da mentalidade dos

dirigentes da companhia, o que pode ser associado a qualidade do produto ou serviço que a empresa oferece. Ao estado ajuda na formulação das políticas públicas.

Assim, o balanço social poderá propiciar:

- Aos dirigentes: receber elementos numéricos essenciais a suas tomadas de decisão, no que se refere aos programas e às responsabilidades sociais que cabe à empresa assumir;
- Aos funcionários: garantir a possibilidade de que suas expectativas sejam ouvidas pela empresa de uma maneira sistematizada e quantificada;
- Aos investidores e fornecedores: conhecer a maneira como a empresa encara suas responsabilidades em relação ao seu quadro humano, o que representará, certamente, um indicador da maneira pela qual a empresa é administrada;
- Aos consumidores: a noção da responsabilidade sobre a sociedade e sobre o meio ambiente, além de uma idéia do clima organizacional que reina na empresa, que representa seguramente fator determinante na qualidade do produto que a empresa lhe oferece;
- Ao Estado: subsídios importantes para elaboração de normas legais que regulem da maneira mais adequada a atividade das empresas, visando melhorias ao bem-estar social;
- À sociedade: quantificar os gastos em reflorestamento, despoluição, introdução de métodos não poluentes e outros que visem à conservação ou melhoria do meio ambiente, relacionando os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes.

A representação gráfica das inter-relações que se desenvolvem entre a empresa e os componentes de seu meio pode ser a seguinte:



Um dos elementos-chaves na composição de uma nova imagem corporativa passa necessariamente pela adoção de uma política de transparência nos atos e valores da empresa. Não basta só divulgar produtos e serviços, tornou-se fundamental abrir ao mercado e á toda a sociedade informações até então consideradas como irrelevantes por algumas empresas ou paradoxalmente de caráter estratégico por outras, tais como: grau de profissionalização técnico-administrativo, número de desempenhos econômico-financeiro, participação no mercado de atuação, fatores de diferenciação tecnológica, objetivos de curto, médio e longo prazos, novos produtos, níveis de rentabilidade e, principalmente, a efetiva contribuição da empresa no desenvolvimento social e econômico de seu ambiente de atuação expressa por meio de seu relacionamento com clientes, fornecedores, acionistas, empregados, sindicatos e instituições dos poderes públicos em geral.

Muito embora não seja a finalidade do balanço social promover marketing, muitas empresas fazem a publicação deste demonstrativo com esse objetivo, principalmente hoje, no tão falado, e real, mundo globalizado. A evidenciação de informações que não são estritamente de caráter financeiro, tais como as de caráter ambiental por exemplo, surte um efeito “psicológico” no mercado em geral à medida em que as empresas que assim o fazem são mais “bem vistas”. Isto é, as empresas que se preocupam com o meio ambiente são de fato mais valorizadas pelos investidores e pela comunidade. Na escolha das empresas pelos consumidores, o papel social é fundamental também pela força que a mídia possui.

2.2. O que é o balanço social?

Vários conceitos de diversos autores definem o que é e o que compõe o balanço social. Entre eles:

"O balanço social é um instrumento de gestão e de informação que visa reportar da forma mais transparente possível, vale dizer, com evidenciação plena, informações econômicas, financeiras e sociais do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários da informação, dentre estes usuários os trabalhadores¹."

"Balanço social é um demonstrativo que consiste em um conjunto de indicadores precisos que permitem à empresa especificar o quanto está envolvida, como instituição, com as questões sociais. Não é um balanço contábil, pois não discrimina nem ativos nem passivos,

¹ TINOCO João Eduardo Prudêncio. Balanço Social, uma abordagem socio-econômica da contabilidade. Dissertação (mestrado), Departamento de contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1984.

mas especifica dados como quantidade de admissões, gastos com saúde, educação e treinamento, investimento na preservação do meio ambiente, números de empregados portadores de deficiências e percentual de cargos de chefia ocupados por mulheres².'

Os conceitos acima definem o balanço social como sendo um demonstrativo que evidencia o lado social das empresas, porém sobre a ótica do primeiro autor ele abrange também, questões de natureza econômica que seriam destacadas na demonstração do valor adicionado, parte integrante do balanço social, no entanto o segundo autor classifica o demonstrativo como algo que abranja questões relativas ao meio ambiente e de recursos humanos.

No campo da abrangência deste trabalho está de acordo com o segundo autor, até porque a demonstração do valor adicionado mereceria um trabalho a parte por se tratar de um outro demonstrativo.

2.3. A Questão Ambiental

Uma das questões evidenciadas pelas chamadas empresas cidadãs é o meio ambiente. Durante muito tempo algumas empresas deixaram marcas irreversíveis no meio ambiente. Tornaram os solos totalmente improdutíveis, águas poluídas em função de dejetos deixados pelas empresas ali sediadas. Cidades inteiras carregam o ar com teores de emissões tóxicas que ocasionam mal estar da comunidade causando doenças respiratórias e na pele. Verdadeiros presentes divinos, tais como a Baía de Guanabara do Rio de Janeiro, foram degradadas pelo mau trato da gestão pública e da privada.

Diante da situação de caos alguns movimentos locais e internacionais começaram a boicotar os produtos daquelas empresas e estas passaram a investir em tecnologias para eliminar os danos causados ao ambiente. Muito embora a resistência tenha ocorrido, também por questões de sobrevivência, elas "reconheceram" sua responsabilidade social, pois o governo passou a exercer também forte pressão para que fizessem melhorias no seu processo operacional e reduzissem ou eliminar resíduos poluentes.

O respeito ao meio ambiente deixou de ser uma simples bandeira da alguns movimentos sociais e tornou-se uma exigência legal no mundo dos negócios. No Brasil, a nova Lei de proteção ambiental (Lei 9.605/98) prevê multas de até R\$ 50.000.000,00

² SUCUPIRA, João - Coordenador do Núcleo de Democratização do Estado, Ibase

(cinquenta milhões de reais) para pessoas jurídicas que praticarem crimes e infrações contra o meio ambiente.

O certificado oferecido pela International Organization for Standardization - ISO, indicando que a empresa está operando dentro dos padrões de qualidade determinados pela ISO 14.000 (normas relativas ao meio ambiente), somente será emitido após a rigorosa auditoria do processo operacional, por empresa autorizada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. Algumas firmas de auditoria, antecipando-se a esses movimentos, já oferecem serviços especiais voltados para essa área.

Partindo-se da premissa de que a informação tem o poder de inibir práticas ilícitas e estimular comportamentos e procedimentos corretos, a Contabilidade, objetivando evidenciar a situação econômico-financeira das empresas e o desempenho periódico das mesmas, constitui-se em um adequado sistema de informações quanto à postura ambiental das entidades.

Assim sendo, propostas e recomendações existem no sentido de que as companhias tornem públicos os efeitos de sua interação com o meio ambiente. Os efeitos dessa interação podem ser identificados por meio:

- dos estoques de insumos antipoluentes para inserção no processo operacional;
- dos investimentos realizados em tecnologias antipoluentes (máquinas, equipamentos, instalações etc);
- do montante de obrigações assumidas pela empresa para recuperação de áreas degradadas ou águas contaminadas, para pagamento de penalidades ou multas decorrentes de infrações à legislação ambiental;
- das reservas para contingências constituídas a partir da forte probabilidade de ocorrência de perdas patrimoniais provocadas por eventos de natureza ambiental;
- do montante de custos e despesas incorridos em prol da contenção dos níveis de poluição e/ou por penalidades recebidas por procedimentos inadequados.

Sob esta proposta, o Balanço Patrimonial, que reflete a situação econômica-financeira das empresas, ou mais precisamente seus bens, direitos e obrigações, poderia discriminar entre os bens e direitos (Ativo) as aplicações de recursos cujo objetivo básico esteja relacionado a proteção, recuperação e restauração ambiental, como os investimentos em estoques de insumos preventivos aos efeitos poluentes; e em bens de longa duração, que serão utilizados no processo de contenção/eliminação da poluição. Estas informações traduziriam o empenho prático da organização no sentido de melhorar a qualidade ambiental do planeta e,

por conseguinte, demonstrar sua responsabilidade social, além de servir de parâmetro para a melhoria de suas congêneres.

No ativo poderiam estar representadas ainda, as perdas de ativos, parciais ou totais, por meio de provisão para desvalorização. Tais perdas são aquelas decorrentes da exposição dos ativos aos efeitos da poluição e se traduzem em redução do potencial de uso ou consumo dos bens físicos ou na cessão imediata de utilidade para a empresa. Como exemplo de redução do potencial de uso, há o caso dos equipamentos das companhia de geração e transmissão de energia do Estado de São Paulo, instalados em rios poluídos, os quais tem vida útil 50% menor que os equipamentos semelhantes, da mesma empresa, instalados em rios não poluídos.

O Balanço Patrimonial é formado, também, pelo Passivo, o qual representa as obrigações das empresas para com terceiros. De acordo com as premissas contábeis tais obrigações devem ser reconhecidas a partir do momento em que são conhecidas, mesmo que ainda não haja uma cobrança formal ou legal. Assim sendo, dever-se-ia destacar aquelas que tenham natureza ambiental específica mas, também, reconhecer todas as obrigações cujos fatos geradores já ocorridos configurem responsabilidade da empresa, ainda que através de cálculos estimativos. Assim, teria identificado o Passivo Ambiental das empresas.

A identificação e divulgação do passivo ambiental, além de ser útil na evidenciação da responsabilidade social das empresas, é de grande relevância para avaliação das condições de continuidade destas, bem como dos riscos oferecidos pela sua manutenção e passíveis de afetarem aqueles que lhes confiam recursos.

Uma empresa considerada potencialmente poluidora, que não adote medidas preventivas para reduzir tal potencial, poderá encontrar dificuldades na sua continuidade em virtude das penalidades, hoje bastante rigorosas seja em função dos altos valores das multas por infrações, seja em decorrência da obrigatoriedade legal de recuperação ou restauração de extensas e geograficamente complexas áreas contaminadas, seja por interdição governamental em casos de infrações abusivas ou reincidentes, seja também, pela falta de crédito junto aos seus fornecedores ou instituições financeiras em face do risco a que estes se vêm submetidos de não recebimento dos valores envolvidos ou pela co-responsabilidade que lhes pode ser atribuída em caso de inviabilidade da empresa. Este é especificamente o caso das instituições financeiras dos Estados Unidos, as quais podem ser obrigadas a assumir a responsabilidade de danos ambientais das empresas a quem concedem recursos a título de empréstimos. Esta obrigação é imputada sob a premissa de que a instituição financeira, antes da concessão do

crédito, avalia a situação econômico-financeira e os riscos associados às empresas, às quais emprestam dinheiro.

O Passivo Ambiental das empresas pode ser identificado, entre outras formas, através dos EIA's (Estudo de Impacto Ambiental) e dos RIMA's (Relatório de Impacto ao Meio Ambiente), exigidos pelos órgãos técnicos de controle ambiental e responsáveis pela autorização de instalação e funcionamento das empresas. O EIA é elaborado na época de constituição da empresa, enquanto que o RIMA é elaborado periodicamente para acompanhamento destes órgãos quanto aos impactos dos procedimentos operacionais das empresas.

No Brasil, estes documentos passaram a ser exigidos, também, para concessão de crédito por instituições governamentais ou repasses de créditos concedidos por agências internacionais como o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), pelo BIRD (Banco Mundial), Fundo Nakasone, do Japão e Agência Alemã de cooperação (GTZ), de acordo com as diretrizes estabelecidas no convênio, denominado Protocolo Verde, assinado entre o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Banco Central do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil e Banco da Amazônia.

Nas negociações de empresas – compra e venda – a identificação do Passivo Ambiental tornou-se um quesito elementar, dada a responsabilidade que poderá ser imputada aos novos proprietários pelos efeitos nocivos ao meio ambiente provocados pelo processo operacional da companhia ou pela forma como os resíduos poluentes foram tratados, independentemente da pessoa que figure ou que figurou como proprietário na ocasião em que o fato gerador da penalidade ocorreu, em caso de descoberta posterior ao momento da negociação. E isto pode gerar significativos impactos no fluxo financeiro e econômico da organização.

Nos processos de privatização e de compras a identificação do Passivo Ambiental adquiriu grande relevância na negociação dos valores das transações. Nos processos de incorporação de empresas com características altamente poluentes, em que este item foi ignorado, houve grandes prejuízos para a incorporadora.

A apuração contábil do desempenho das empresas, através da demonstração de resultados – pode evidenciar o montante de recursos consumidos naquele período específico para a proteção, controle, preservação e restauração ambiental, como também, identificar o montante de gastos com penalidades e multas.

A evidenciação dos fatores que refletem a interação da empresa com o meio ambiente é fundamental. Qualquer que seja o usuário dessa informação poderá estar interessado na identificação dos riscos de eventual descontinuidade e das perspectivas de continuidade, tendo em vista as ações e pressões governamentais, da comunidade financeira, de crédito, e da sociedade em geral.

Nas avaliações para permissão da instalação e manutenção de empresas em determinados municípios, estas informações poderão ser utilizadas na análise do custo-benefício que poderá ser proporcionado pela chegada da empresa. Como já foi ressaltado, a ocupação de mão-de-obra local e o pagamento de impostos podem constituir benefício para a localidade, mas o benefício somente se efetivará se não resultar em deterioração do patrimônio natural.

A Contabilidade presta-se a este tipo de informação porque é responsável pela identificação e apuração dos recursos econômico-financeiros consumidos pelas empresas. Basicamente, todos os procedimentos pertinentes a proteção, recuperação e restauração do meio ambiente envolvem o consumo de recursos financeiros e econômicos. Ou seja, o instrumental existe, resta utilizá-lo adequada e oportunamente.

Ressalte-se, todavia, que a evidenciação dos aspectos econômico-financeiros dos eventos e transações de natureza ambiental não precisa ficar condicionada aos padrões das demonstrações contábeis. À exemplo do que algumas empresas fazem (BSO Origem, da Holanda, ThorEmi e Baxter, dos EUA) um relatório à parte pode divulgar os resultados obtidos pelos esforços da companhia na contenção dos danos ao meio ambiente, o qual servirá, entre outros, aos gestores das áreas operacionais envolvidas para orientação quanto às medidas e recursos necessários para aperfeiçoamento ou manutenção dos melhores resultados.

As informações contábeis conjugadas com dados físicos sobre os poluentes produzidos comparativamente à quantidade e tipos produzidos no período imediatamente anterior, bem como, aos níveis permitidos pela legislação ambiental podem ser de grande valia no que tange à avaliação da responsabilidade social de uma empresa. Como exemplo, há o relatório ambiental da empresa sueca MODO, o qual acompanha suas demonstrações contábeis de 1995 e 1996.

2. 4.Os Recursos Humanos

Por muito tempo, ter um emprego, ter quem empregasse era por si só um grande benefício. A escassez de empregos induzia as pessoas a sacrifícios exagerados para a

manutenção dos mesmos. Os cargos disponíveis eram largamente disputados em troca de uma remuneração irrisória, sem qualquer condição de segurança ou de saúde ocupacional, muitas vezes obrigando crianças ao trabalho para a complementação da renda familiar mínima. Sabe-se que esta não é uma situação totalmente extinta, porém, quantitativamente houve grandes avanços.

Este tipo de situação contribuiu fortemente para a degeneração do ser humano no que tangia o seu convívio na sociedade e mesmo na vida familiar, uma vez que eram condenados à marginalidade e à abstinência de fatores elementares para sobrevivência.

Por força das pressões dos movimentos sindicalistas, governamentais, de direitos humanos surgiu a consciência de responsabilidade social, também sob este aspecto. Atualmente, com maior ou menor nível de escassez de cargo, as empresas são obrigadas à implementação e manutenção de condições adequadas quanto a segurança e saúde ocupacional de seus funcionários, bem como, estão proibidas de utilizar mão-de-obra infantil (obviamente há casos de transgressões) e também, tem de limitar a ocupação de seus funcionários a 44 horas semanais ou até menos, conforme as características da atividade desenvolvida.

Aliado a isto, as entidades de classe passaram a exigir remunerações condizentes com os cargos ocupados, na forma direta (salários) ou indireta (planos de assistência médica, auxílio transporte, “vales refeição”, cesta básica alimentar, auxílio natalidade, salário família etc). O conjunto destes fatores que remuneram o trabalho da mão-de-obra empregada resulta na satisfação, realização e valorização pessoal do trabalhador social, econômica e psicologicamente e, por conseguinte da sociedade como um todo.

O empresariado conscientizou-se de que benefícios adicionais aos determinados por lei (e também, por força das pressões externas) eram necessários para estimular seus colaboradores. Sob o ponto de vista empresarial, estes benefícios visam a otimização dos resultados esperados das atividades. Apesar das resistências iniciais quanto à sua instituição, percebe-se que eles contribuem para a produtividade da empresa.

A assistência médica oferecida pelas empresas reduz as ausências dos funcionários, fazendo com que estes recorram em número bem menor aos serviços públicos de saúde, os quais, abarrotados pela imensa procura e carentes de profissionais para atendimento, consumiam grande parte do tempo de seus usuários somente em filas de espera. O fornecimento de refeições, ou de “vale-alimentação” contribuiu para a “melhor” alimentação dos empregados, ainda que em alguns casos esteja distante da necessidade real destes e de seus familiares e, conseqüentemente, resultou em mais forças e energia para a

execução das tarefas. Os programas de treinamento profissional e de formação básica refletem na produtividade à medida que, mais esclarecidos, os funcionários incorrem em menor quantidade de erros. A limitação da carga horária de trabalho diário em geral e, por profissões específicas, de acordo com as características das atividades, também é um fator fundamental na redução de falhas, diante das melhores condições físicas de que dispõe um trabalhador que tem as horas adequadas para o necessário descanso. A ajuda de custo para transportes também é um fator decisivo nas condições físicas do empregado que muitas vezes se via obrigado, em função de baixa remuneração, a percorrer longas distâncias a pé. A cesta alimentar também constitui fator estimulante para os funcionários, pois como os demais benefícios representa um complemento salarial, o qual muitas vezes serve para aliviar as preocupações do trabalhador com os recursos para sua alimentação mínima e de seus familiares, revertendo portanto em maior atenção para o processo operacional da empresa.

Voltando-se aos aspectos sociais, a concessão destes benefícios reflete a responsabilidade social da empresa no que tange à contribuição para a melhoria das condições de vida da sociedade, essencialmente dos habitantes da comunidade onde está instalada.

Muitas vezes se ouve dizer que esta é uma responsabilidade do governo. Todavia, faz parte do modelo e também há lógica em se esperar que a empresa proporcione benefícios em troca dos que obtém para permissão de instalação e de continuidade dos serviços prestados pelos funcionários e de sua aceitação pela sociedade. Trata-se da velha premissa de que “é dando que se recebe”.

Obviamente, fazer não basta, é preciso fazer certo e mostrar que fez. Assim, na configuração do Balanço Social, propõe-se que a empresa demonstre a quantidade de funcionários que emprega, sua distribuição por sexo, idade, formação escolar, cargos ocupados; total da remuneração, benefícios oferecidos como: treinamento, assistência médica e social, auxílio alimentar (vale refeição e cesta básica alimentar), transporte, bolsas de estudos. Estas informações, além de evidenciarem a responsabilidade social da empresa, pode auxiliar no processo de melhorias dos serviços públicos, na medida que são identificados os setores não atendidos, ou menos beneficiados. Por exemplo, se a empresa mantém escola de nível básico para seus funcionários, familiares destes e para a comunidade local, a Prefeitura do município poderá realocar os recursos que seriam utilizadas nestes serviços para outras áreas carentes, como a saúde, o saneamento básico, transportes coletivos etc. ou aplicar na própria área educacional de forma a atender satisfatoriamente a parcela da população não atendida. Em outro caso, se a empresa sediada em área afastada propicia o transporte de seus funcionários, o governo municipal poderá aplicar os recursos destinados a implementação e

manutenção dos transportes públicos em outras áreas (como a pavimentação, por exemplo) ou pelo menos reduzir o seu gasto de recursos nesta finalidade.

Sob os aspectos educacionais, via de regra, nota-se um descompasso entre as necessidades de formação na vida profissional e o currículo escolar. A informação quanto a formação escolar e cargos ocupados pode servir de direcionadores para a correção dos programas escolares, de forma a atender as necessidades evidenciadas.

Os dados relativos à composição da mão-de-obra, por idade e sexo pode deixar evidenciadas as carências existentes quanto às faixas etárias e sexo não absorvidos. Com isso, as providências governamentais podem ser agilizadas para a busca de uma solução. Ou mesmo, pode estimular a criação de novas atividades econômicas que possam ser desenvolvidas com a referida mão-de-obra não utilizada.

O Balanço dos Recursos Humanos empregados e beneficiados pelas empresas poderá ser elaborado pela Contabilidade em conjunto com o departamento responsável pela administração dos recursos humanos da empresa. O perfil da força de trabalho e os benefícios que lhe são proporcionados poderão ser definidos em conjunto e correlacionados com os eventos e transações econômico-financeiros que afetam a situação patrimonial e resultados, de forma a demonstrar o retorno auferido pela empresa, como aumento de produtividade, redução de gastos com departamento médico e até valorização do patrimônio da entidade. É de se lembrar que para muitas empresas os recursos humanos que elas empregam constituem o seu mais valioso ativo.

2.5.O Modelo do Balanço Social

Propor um modelo ou padronizar o balanço social no Brasil para alguns autores é considerado uma limitação ou restrição as informações divulgadas pelas empresas, mas no entanto, como poderia existir comparação entre dados de setores da economia ou regiões se não existir o mínimo de uniformidade entre eles? Um outro argumento forte é que se a forma de apresentação for livre, como tem sido a prática, torna-se difícil uma avaliação adequada da função social da empresa, já que ela tende a informar apenas o que lhe parece conveniente e, geralmente, sem dimensionar valores de gastos. Dessa forma o balanço social se confunde com uma mera peça de marketing.

Uma contribuição decisiva foi dada por Herbert de Souza (Betinho) que associou o Balanço Social à demonstração da responsabilidade pública e cidadã das empresas, em artigos da grande imprensa. Em 18 de junho de 1997, naquele que veio a ser o seu último ato

público, no Centro Cultural Banco do Brasil, no Rio de Janeiro, Betinho conclamou as empresas a se engajarem na divulgação de seu Balanço Social, oferecendo para isto um modelo concreto. No último dia 3 de novembro, ocasião em que Betinho completaria 62 anos se vivo estivesse, a questão do Balanço Social foi tema de seminário organizado pela Abamec-Nacional e teve destaque no Fórum de Líderes Empresariais da Gazeta Mercantil e na festa de posse do Líder Empresarial do Ano e dos Líderes Setoriais eleitos. Na ocasião, o Ibase apresentou a idéia do selo Balanço Social a ser atribuído às empresas que o divulgarem.

Um primeiro dado altamente positivo a registrar é a adesão de amplos setores empresariais, privados e estatais, bem como de um número significativo das mais importantes organizações, à idéia mesmo de produzir e divulgar os Balanços Sociais das empresas instaladas no Brasil. O fato do apelo de Betinho encontrar eco tão grande revela as alvissareiras mudanças que começam a ocorrer nas práticas empresariais em nosso país. Ao mesmo tempo, as resistências e a falta de consensos mostram que se esta apenas começando. Que o exemplo dos que estão na frente sirva de estímulo e ajude a quebrar a indiferença e pouco caso daqueles que ainda tentam dar as costas à crise social e ambiental que mina nosso desenvolvimento e põe em risco a nossa própria sustentabilidade como sociedade, como nação e como democracia.

O Betinho e o Ibase ofereceram um modelo para a divulgação do Balanço Social. Ele é tão simples que parece óbvio. Toca, porém, as dimensões fundamentais que se quer dar destaque e transparência. Em primeiro lugar, a empresa é um organismo social vivo, composto de gente. O que acontece com gente na empresa é socialmente relevante. Não se pode aceitar, como dizia Betinho, que os trabalhadores entrem na empresa como fator de produção e saiam como problema social. Os indicadores laboriais, juntamente com os indicadores da composição do quadro funcional, são centrais num Balanço Social e os melhores indicadores de sua responsabilidade social. Sem dúvida, eles valem também para dizer da saúde da empresa enquanto tal. Ou alguém duvida que hoje em dia uma empresa pode ser saudável, merecedora da confiança de acionistas e consumidores, se no seu interior ainda não se atenta à qualidade das relações e condições de trabalho?

Um outro conjunto de indicadores proposto pelo Ibase tem relação com a contribuição da empresa para a sociedade. Talvez o mais importante sejam os tributos que a empresa paga a governos. Trata-se de uma contribuição social compulsória, uma ressocialização impositiva do valor agregado, que é significativa em relação ao negócio. Mas é variável de um ramo a outro, pesando diferentemente conforme o setor, e, sem dúvida, área

contenciosa nas relações entre empresas e governo. A sociedade precisa ter dados mais afinados para julgar, pois é ela a interessada última nesta questão.

Juntamente com os tributos, estão os investimentos no meio ambiente. Alguns hoje impositivos, mas na sua maior parte dependentes da decisão estratégica das próprias empresas. Acontece que a crise ambiental é a outra faceta da crise social. São caras de uma mesma moeda. Produzir é sempre adaptar o meio ambiente às necessidades humanas. Mas existem formas e formas. A ruptura com o ciclo vital, pondo em risco a sustentabilidade, é um dos maiores desafios de nosso modelo de desenvolvimento. A consciência ambiental, sem dúvida, avança. Como ela vira prática empresarial?

A era do extrativismo acabou. Precisa-se de modos de produzir que sejam capazes de renovar a natureza e não simplesmente ameaçá-la. Neste sentido, o investimento no meio ambiente, primeiro na transformação e aperfeiçoamento de práticas internas e depois em projetos de interesse da sociedade como um todo, é um indicador fundamental.

Por fim, o modelo de balanço social aborda os investimentos na comunidade em que atua a empresa. Todos, inclusive as empresas, mesmo no mundo globalizado e virtual, ainda tem laços concretos com um local e uma comunidade. Globalizou-se percepção e estratégias, mas se esta aqui, se vive daqui, se comunga de um mesmo espaço e de uma mesma cultura. Integrar isto na estratégia empresarial é investir na comunidade, nas suas necessidades. É reconhecer que a sorte de todos a nossa volta é a sorte também da empresa. Tais investimentos, por pequenos que sejam, revelam o quanto a empresa se abre para a questão social.

Para o Ibase é claro que a divulgação do Balanço Social é uma demonstração inequívoca de responsabilidade social e cidadania. A empresa decide expor-se, se revelar, mostrar como exerce seus deveres em face da nossa imensa tarefa de construção de uma sociedade democrática, justa e sustentável. A obrigação das empresas neste ponto é, acima de tudo, a expressão das bases éticas em que assenta a atividade econômica. A obrigatoriedade legal de fazer Balanço Social - mais uma imposição - não é exatamente o que Betinho buscou e o Ibase procura. Busca-se adesão das empresas a uma causa social porque inadiável; pública porque de todos; cidadã porque participativa e, por fim, democrática porque justa e sustentável. Trata-se de compartilhar responsabilidades para que nossos filhos tenham um país melhor.

Por entender que a simplicidade é a garantia do envolvimento do maior número de companhias, o Ibase desenvolveu um modelo que tem a vantagem de estimular todas as empresas a divulgarem seu balanço social independentemente de seu porte e setor de atuação.

A predominância de dados que possam ser expressos em valores financeiros ou quantitativamente é fundamental para que este instrumento não se torne apenas uma peça de marketing. É claro que nem sempre correlacionar fatores financeiros com fatores sociais permite uma correta avaliação, porém a construção de índices ajudará nas análises comparativas, seja da própria empresa ao longo de períodos, seja entre empresas de um mesmo setor ou de segmentos distintos. Desta forma, o mercado será o grande auditor das empresas.

A adesão ao modelo do Ibase é muito simples. A empresa interessada deve solicitar o formulário que, depois de preenchido, é encaminhado ao Instituto, que fará a publicação reunindo todas as organizações participantes. Posteriormente, dados podem ser divulgados pela empresa da forma que melhor lhe convier, e tudo isso pode ser feito com custo bastante reduzido.

As informações fornecidas não serão checadas pelo Ibase ou por qualquer outro órgão. Ao publicar seus dados, a empresa está se expondo e será naturalmente fiscalizada pelos funcionários, pela comunidade e pela concorrência.

Segue o modelo proposto com as instruções de preenchimento:

Balanco Social Anual - 1998

1) Base de Cálculo	1998 Valor (Mil Reais)	1997 Valor (Mil Reais)
1.1) Receita Líquida		
1.2) Lucro Operacional		
1.3) Folha de Pagamento Bruta		

2) Indicadores Laboriais	Valor (R\$)	%Sobre 1.2	%Sobre 1.1	Valor (R\$)	%Sobre 1.2	%Sobre 1.1
2.1) Alimentação						
2.2) Encargos Sociais Compulsórios						
2.3) Previdência Privada						
2.4) Saúde						
2.5) Educação						
2.6) Creches / Auxílio Creche						

2.7) Participação nos Lucros ou Resultados						
2.8) Outros Benefícios						
Total – Indicadores Laboriais (2.1 a 2.8)						

3) Indicadores Sociais	Valor (R\$)	%Sobre 1.2	%Sobre 1.1	Valor (R\$)	%Sobre 1.2	%Sobre 1.1
3.1) Tributos (excluídos encargos sociais)						
3.2) Contribuições para a Sociedade/Investimentos na Cidadania:						
3.2.1) Educação e Cultura						
3.2.2) Saúde e Saneamento						
3.2.3) Habitação						
3.2.4) Esporte e Lazer						
3.2.5) Creches						
3.2.6) Alimentação						
3.2.7) Outros						
3.3) Investimentos em Meio Ambiente						
3.3.1) Relacionados com a operação da empresa						
3.3.2) Em Programas / Projetos Externos						
Total – Indicadores Sociais (3.1 a 3.3)						

4) Indicadores do Corpo Funcional	Total	Total
4.1) N° de empregados ao final do período		
4.2) N° de admissões durante o período		
4.3) N° de mulheres que trabalham na empresa		
4.4) % de cargos de chefia ocupados por mulheres		
4.5) N° de empregados portadores de deficiência		
5. Outras informações relevantes quanto ao exercício da responsabilidade social		

Instruções para o preenchimento	
Indicadores	Itens incluídos

1.1) Receita Líquida	<ul style="list-style-type: none"> • Receita bruta excluída dos impostos e contribuições, devoluções, abatimentos e descontos comerciais
1.3) Folha de Pagamento Bruta	<ul style="list-style-type: none"> • Valor total da folha de pagamento
2.1) Alimentação	<ul style="list-style-type: none"> • Restaurante, ticket-refeição, lanches, cestas básicas e outros gastos com a alimentação dos empregados
2.3) Previdência Privada	<ul style="list-style-type: none"> • Planos especiais de aposentadoria, fundações previdenciárias, complementações de benefícios aos aposentados e seus dependentes
2.4) Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde, inclusive dos aposentados
2.5) Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Treinamentos, programas de estágios (excluídos salários), reembolso de educação, bolsas, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca (excluído pessoal), e outros gastos com educação e treinamento de funcionários
2.6) Creches / Auxílio Creche	<ul style="list-style-type: none"> • Creche no local ou auxílio creche aos funcionários
2.7) Participação nos lucros ou resultados	<ul style="list-style-type: none"> • Participações que não caracterizem complemento de salários
2.8) Outros benefícios	<ul style="list-style-type: none"> • Seguros (parcela paga pela empresa), empréstimo (só o custo), gastos com atividades recreativas, transportes, moradia e outros benefícios oferecidos os empregados
3.1) Tributos (excluídos enc. sociais)	<ul style="list-style-type: none"> • Impostos, contribuições e taxas federais, estaduais e municipais
3.2) Contribuições para a Sociedade / Investimentos na Cidadania	<ul style="list-style-type: none"> • Investimentos na comunidade (não incluir gastos com empregados)
3.3.1) Relacionados com a operação da empresa	<ul style="list-style-type: none"> • Despoluição, gastos com a introdução de métodos não-poluentes e outros gastos que visem maior qualidade ambiental na operação da empresa
3.3.2) Em programas / Projetos Externos	<ul style="list-style-type: none"> • Despoluição, conservação de recursos ambientais, campanhas ambientais e outros
5) Outras informações	<ul style="list-style-type: none"> • Espaço disponível para que a empresa agregue outras informações que considere reveladoras de sua ação social

3. A GRANDE DIVERGÊNCIA ENTRE OS PENSADORES

3.1 Balanço Social: Voluntário ou Obrigatório?

Tornar o balanço social obrigatório, através de uma lei, para alguns autores é considerado uma afronta ao princípio fundamental que regula as relações sociais, que é o espírito liberal, tão importante para o sucesso desse relacionamento. Eles não se consideram otimistas exagerados, todavia defendem que moldar o balanço social é uma forma de inibir iniciativas. Para estes, a adesão voluntária das empresas é imprescindível, pois é o reconhecimento de sua responsabilidade social diante da comunidade. A elaboração de uma lei que obrigue essas empresas a prestarem informações de caráter social irá restringi-las.

Atualmente algumas empresas reconhecem a sua responsabilidade social junto a comunidade, sem a imposição de uma lei. O que os pensadores acima mencionados defendem é que bastará algum tempo e a sociedade irá obrigar aquelas que ainda não prestam informações no campo social a fazer suas divulgações.

Ricardo Young em entrevista publicada pela Folha, mostrou-se contra a existência de uma lei que torne o balanço social obrigatório e universal, como na França. Ele defende uma adesão voluntária por parte das empresas. “Creio é a solução ideal”, afirma e reflete uma disposição extremamente positiva por parte das empresas, uma das condições para que essa dê certo. No entanto, a vantagem de uma lei representa legitimidade institucional. Tudo depende da aceitação do empresariado. Com essa tese, é cada vez maior a consciência social nas empresas. Tanto para fora, nas relações com a sociedade e o meio ambiente, como para dentro, nas relações de trabalho.

Marco Antonio Perottoni em entrevista concedida a Revista Brasileira de Contabilidade também, mostrou-se contra a obrigatoriedade da publicação do balanço social. Na sua opinião não deveria ter uma legislação que tornasse compulsória a divulgação das

atividades sociais realizadas pelas empresas. Ele reforça sua tese tomando como exemplo o acontecido nos países como, Estados Unidos, Alemanha, Holanda, Inglaterra e Bélgica, onde a divulgação do balanço social está bastante desenvolvida e que não têm legislação exigindo compulsoriamente.

Ainda segundo Prottoni a receptividade e os resultados obtidos junto do público externo pelas empresas que tomaram a iniciativa de informarem as suas políticas sociais é que foram motivando outras entidades a seguirem o mesmo caminho. Hoje, essa divulgação tornou-se compulsória naqueles países, sem a necessidade de o legislador fixar normas para que tal acontecesse. A comunidade está exigindo.

Alguns esforços foram movidos no intuito de regulamentar o balanço social um exemplo deste é o projeto de lei nº 3.116/97 das deputadas federais Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling, que traz a tona discussões no meio empresarial sobre a responsabilidade social, esse projeto define Balanço Social da seguinte forma:

“Balanço Social é o documento pelo qual a empresa apresenta dados que permitam identificar o perfil da atuação social da empresa durante o ano, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos da empresa e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de sua interação com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.”

O projeto acima citado, moldado conforme a lei francesa (Rapport Sudreau), obriga que as empresas privadas com 100 empregados ou mais e as empresas públicas, as sociedades de economia mista e algumas outras, independente do número de empregados, elaborem e publiquem o balanço social. Garante ainda, o acesso e divulgação do balanço social aos empregados e às autoridades e órgãos governamentais, sindicatos, universidades e demais instituições públicas ou privadas que se relacionem com estudo ou pesquisa das relações de trabalho ou da promoção da cidadania.

As empresas que deixarem de atender ao disposto no projeto, serão sujeitas à multa pecuniária que ficará a cargo do Executivo estipular, além disso, será a empresa impedida de participar de licitações e contratos da administração pública, assim como impossibilita a essas de se beneficiar de incentivos fiscais e de programas de créditos oficiais.

Conforme o projeto de lei (PL) o balanço social deve conter, entre outros, as seguintes informações:

"I - a empresa: faturamento bruto; lucro operacional; folha de pagamentos, detalhando o total das remunerações e valor pago a empresas prestadoras de serviço;

II - os empregados: número de empregados existentes no início e no final do ano, discriminando a antigüidade na empresa; admissões e demissões durante o ano; escolaridade, sexo, cor e qualificação dos empregados; número de empregados por faixa etária; número de dependentes menores, número mensal de empregados temporários; valor da participação dos empregados nos lucros da empresa; total da remuneração paga a qualquer título às mulheres na empresa; percentagem de mulheres em cargos de chefia em relação ao total de cargos de chefia da empresa; número total de horas extras trabalhadas; valor do total das horas extras pagas;

III - valor dos encargos sociais pagos, especificando cada item;

IV - valor dos tributos pagos, especificando cada item;

V - alimentação do trabalhador: gastos restaurantes, tíquete-refeição, lanches, cestas básicas e outros gastos com a alimentação dos empregados, relacionando em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existente;

VI - educação: valor dos gastos com treinamento profissional, programas de estágios (excluídos salários); reembolsos de educação; bolsas escolares; assinaturas de revistas; gastos com biblioteca (excluído pessoal); outros gastos com educação e treinamento dos empregados, destacando os gastos com os empregados adolescentes; relacionando em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

VII - saúde dos empregados: valor com gastos com planos de saúde; assistência médica; programas de medicina preventiva; programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde; relacionando em cada item os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

VIII - segurança no trabalho: valor dos gastos com segurança no trabalho, especificando os equipamentos de proteção individual e coletiva na empresa;

IX - outros benefícios: seguros (valor da parcela paga pela empresa); valor dos empréstimos aos empregados (só custo); gastos com atividades recreativas; transportes, creches e outros benefícios oferecidos aos empregados; relacionando em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

X - previdência privada; planos especiais de aposentadoria; fundações previdenciárias; complementações; benefícios aos aposentados; relacionando em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

XI - investimento na comunidade (não incluir gasto com empregados) nas áreas de cultura, esportes, habitação, saúde pública, saneamento, assistência social, segurança, urbanização, defesa civil, educação, obras públicas e outros, relacionando em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

XII - investimentos em meio ambiente: reflorestamentos; despoluição; gastos com introdução do métodos não-poluentes e outros gastos que visem à conservação ou melhoria do meio ambiente, relacionando em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes.

Parágrafo único - Os valores mencionados no balanço social deverão ser apresentados relacionando-se o percentual de cada item em relação à folha de pagamento e ao lucro operacional da empresa."

Este PL foi arquivado de acordo com o artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que determina que os projetos que não tenham sido aprovados por todas as comissões temáticas (além da Comissão do Trabalho, o projeto do balanço social teria que passar ainda pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio e pela Comissão de Constituição e Justiça) até o fim da legislatura, sejam automaticamente arquivados quando inicia-se a próxima.

Tramita atualmente na Câmara dos Deputados o PL 032/99, de autoria do deputado Paulo Rocha - PT/PA. Foi apresentado no dia 03/02/99. Este PL é a reapresentação do PL da deputada Marta Suplicy. Atualmente o projeto está na Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público (onde foi apresentado no dia 21/06/99), e um novo relator está sendo articulado. O relator anterior era o Deputado Roberto Argenta.

Assim como este, outros trabalhos foram desenvolvidos na esfera municipal para apoiar a divulgação do balanço social. Entre elas:

1. Município de São Paulo/SP: A Resolução nº 005/98 "Cria o Dia e o Selo da Empresa Cidadã às empresas que apresentarem qualidade em seu balanço social e dá outras providências". A autoria é da Vereadora Aldaiza Sposati. Esta Resolução está em vigor e já premiou diversas empresas na Cidade de São Paulo.
2. Município de Santo André/SP: O projeto de Lei 004/97, tornou-se a Lei nº 7.672, de 18 de junho de 1998, de autoria do Vereador Carlinhos Augusto,

"Cria o Selo Empresa-Cidadã às empresas que instituïrem e apresentarem qualidade em seu Balanço Social e dá outras providências".

3. Município de Porto Alegre/RS: A Lei 8118/98 de autoria do Vereador Hélio Corbelini do PSB "Cria o Balanço Social das Empresas estabelecidas no âmbito do Município de Porto Alegre e dá outras providências". Esta lei foi sancionada em 05/01/98 e publicada em 09/01/98 no Diário Oficial.
4. Município de João Pessoa/PB: O Projeto de Resolução nº 004/98 do Vereador Júlio Rafael, "Institui o Selo Herbert de Souza às empresas que apresentarem qualidade em seu Balanço Social e dá outras providências"

Uma das maiores discussões a respeito deste projeto de lei é a obrigatoriedade da publicação do balanço social. Este é um assunto que ainda está sendo muito debatido. Com relação à obrigatoriedade da publicação, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) apoia e incentiva a sua publicação, mas não a torna compulsória. Além disso, a CVM propõe que a demonstração do valor adicionado seja inclusa no anteprojeto de alteração da lei nr 6.404/76, estabelecendo que as empresas abertas assim como quaisquer outras de grande porte a publiquem.

3.2. A posição da CVM

A publicação de um edital de audiência pública pela CVM em 13.06.97, dispondo sobre a obrigatoriedade de elaboração e divulgação do Balanço Social para as companhias de capital aberto fez manifestar-se desfavoravelmente a Abrasca, o que resultou numa carta encaminhada para a presidência da CVM, em agosto de 1997.

Diante das discussões a CVM atualmente se posiciona apoiando e incentivando a divulgação voluntária das ações empresariais que reflitam as suas preocupações e responsabilidades no campo social.

A CVM define o Balanço Social como o instrumento que possibilita à sociedade ter conhecimento dessas ações empresariais. Esse conhecimento se processa mediante a divulgação de um conjunto de informações relevantes, normalmente agrupadas em indicadores (como por exemplo, indicadores laboriais, sociais e do corpo funcional) que evidenciam, dentre outros, os gastos e investimentos feitos em benefício dos empregados e em benefício da comunidade. O Balanço Social, na sua definição mais ampla, inclui, ainda, informações sobre o meio-ambiente e sobre a formação e distribuição da riqueza gerada pelas empresas (valor adicionado) e, quando apresentado em conjunto com as demonstrações

financeiras tradicionais, é efetivamente o instrumento mais eficaz e completo de divulgação e avaliação das atividades empresariais.

A CVM vem participando desse processo já faz algum tempo, tendo emitido dois Pareceres de Orientação incentivando a divulgação de informações de natureza social (o Parecer de Orientação CVM nº 15/87 na parte que trata do Relatório da Administração e o Parecer de Orientação CVM nº 24/92 sobre divulgação da Demonstração de Valor Adicionado).

Mais recentemente, a partir da iniciativa do IBASE, a CVM se integrou a esse movimento que busca incentivar a divulgação do Balanço Social e que tem alcançado expressão cada vez maior em nosso País. Nesse contexto, a CVM elaborou e colocou em audiência pública uma minuta de instrução em que estabelecia a obrigatoriedade da divulgação de um conjunto de informações de natureza social. Essa minuta apresentava um modelo de demonstrativo que se assemelhava ao modelo elaborado e distribuído pelo IBASE.

No processo de audiência pública, diversos órgãos e pessoas, com reais preocupações sobre a matéria, tiveram a oportunidade de se manifestar. Muitas sugestões foram oferecidas, mas o aspecto mais importante é que não foi obtido consenso quanto à divulgação obrigatória do Balanço Social. Parcela expressiva das entidades e empresas entendeu que a sua elaboração e divulgação deve refletir o grau de engajamento e comprometimento da empresa e de seus dirigentes, além de estimular outras empresas a seguirem o mesmo caminho.

Em decorrência, a CVM, sensível a todos os argumentos apresentados, resolveu não emitir qualquer ato normativo obrigando a elaboração e a divulgação do Balanço Social. Resolveu, no entanto, devido à importância do assunto e ao crescente interesse dos investidores, principalmente os externos, mudar o foco da discussão, transferindo-a para o Congresso Nacional, onde o assunto terá, evidentemente, uma abordagem mais ampla. Neste sentido, a CVM propôs a inclusão no anteprojeto de reformulação da Lei nº 6.404/76, que trata das sociedades por ações, disposição estabelecendo que essas sociedades, bem como quaisquer outras empresas consideradas de grande porte, devem divulgar informações de natureza social, além da divulgação da Demonstração do Valor Adicionado.

A CVM encerra, por ora, a sua participação como órgão regulador, embora esteja disposta a participar de todas as ações que incentivem a divulgação voluntária do Balanço Social, acreditando firmemente que a sua participação no processo ampliou o leque da discussão e contribuiu decisivamente para a conscientização das companhias abertas de um modo geral.

3.3. A posição do IBASE

O Ibase apóia toda e qualquer iniciativa ou lei que sirva para divulgar e incentivar o Balanço Social, a Responsabilidade Social das Empresas e o princípio da Empresa Cidadã. Porém, acredita não ser possível, neste momento, criar uma verdadeira Cidadania Empresarial através de decreto. Assim, entende que a cidadania e a responsabilidade social devem ser construídas e concretizadas, antes de tornarem-se obrigatórias.

A idéia defendida por este trabalho é equivalente a posição do Ibase. Da mesma forma que não é possível obrigar alguém a fazer caridade ou algo parecido, as empresas devem reconhecer espontaneamente o seu papel junto a sociedade, e essa sim deve cobrar daquelas que não fizeram a publicação do balanço social sua parcela de responsabilidade social.

4. PRÁTICAS DO BALANÇO SOCIAL NO BRASIL

4.1. O papel do IBASE

Desde meados de 1997 o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, e o Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas (Ibase) vêm chamando a atenção de empresários para que assumam a responsabilidade social e o seu papel no desenvolvimento da sociedade. Desta forma, mostram a necessidade da realização do balanço social das empresas em um modelo único e simples. Este modelo foi desenvolvido no Ibase em parceria com diversos representantes de empresas públicas e privadas, a partir de inúmeras reuniões e debates com setores da própria sociedade. A ampliação do número de empresas que publiquem seu balanço social também neste modelo único é o grande objetivo deste momento, e por isso é preciso somar esforços. E cabe aqui ressaltar que se o custo de publicar um balanço social neste modelo simples é bem próximo a zero, esta decisão passa para esfera da vontade política e do nível de compromisso que cada empresa tem com a sociedade. Por todos estes motivos e por acreditar que a parceria entre empresários, governo e sociedade pode transformar a realidade, é que o Ibase promoveu, em conjunto com a Gazeta Mercantil, a Petrobrás e o Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e Pela Vida (COEP); um amplo seminário chamado “Balanço Social: responsabilidade pública e cidadã das empresas” que contou com a presença de diversas empresas e organizações comprometidas com a construção de uma sociedade mais digna e justa. Chegou o momento de cada empresa e empresário cumprir com a sua responsabilidade social!

O Ibase, uma pequena organização da sociedade civil criada pelo Betinho, engaja-se nesta idéia exercendo aquilo que é sua missão: identificar questões, propor alternativas, interpelar, debater e mobilizar diferentes atores da sociedade brasileira para fazer a sua parte e enfrentarem juntos as situações e processos que condenam à miséria e à pobreza milhões de

brasileiros. A exclusão dos direitos econômicos, sociais e culturais é incompatível com a democracia e limita nossa própria cidadania. A idéia do Balanço Social é, sem dúvida, uma interpelação às empresas, mas sobretudo um convite para que demonstrem, de forma transparente, como assumem a sua responsabilidade social e cidadã.

O conceito de responsabilidade social por parte das empresas é bastante difundido na maioria dos países desenvolvidos. Aqui no Brasil, a preocupação dos empresários em contribuir para o bem-estar da sociedade é relativamente nova. Pela conscientização ser provocada na maioria das vezes pela pressão da sociedade, o processo é mais lento no Brasil. No entanto, já se observa um movimento cada vez maior das empresas no sentido de arcar com responsabilidades em relação a seus funcionários, clientes, fornecedores, acionistas, à comunidade onde atuam e ao meio ambiente.

Não existe melhor instrumento para divulgar ao público o que a empresa vem fazendo na área social do que o Balanço Social. Através dele, fornecedores, investidores e consumidores têm uma radiografia de como a empresa encara suas responsabilidades públicas, podendo inclusive, pesar muito na hora de decidir-se entre uma ou outra empresa.

Herbert de Souza, o Betinho, presenteou-nos com algumas convicções que se transformaram em conquistas concretas que estão mudando a realidade social brasileira.

A responsabilidade das empresas públicas e privadas com o bem-estar da comunidade é uma delas. Este é o princípio da empresa-cidadã, ou seja, aquela que é comprometida com a qualidade de vida da sociedade e que, através do seu Balanço Social, apresenta os seus investimentos nos mais diversos projetos sócio-culturais.

Através do selo criado pelo IBASE, as empresas que têm esta preocupação social poderão mostrar, através de seus anúncios, embalagens de produtos, balanço social e campanhas de publicitárias, que investem em educação, saúde, cultura, meio ambiente.



Onde você encontrar este selo existe uma empresa que já deu o 1º passo para tornar-se uma empresa-cidadã, comprometida com a qualidade de vida de seus funcionários, da comunidade e da sociedade em geral, publicou seu balanço social.

4.2. As Empresas

Algumas empresas divulgaram o balanço social conforme o modelo proposto pelo

Ibase:

Abril S/A

Acesita - Companhia Aços Especiais Itabira

Azaléia S/A

Banco do Brasil

Banco do Nordeste do Brasil S/A

Banco Itaú S/A

Banco Santos

Banespa S/A

BioBrás - MG

CAIUÁ - Serviços de Eletricidade S/A

CBMM - Cia. Brasileira de Metalurgia e Mineração

CEB - Companhia Energética de Brasília

CEF - Caixa Econômica Federal

Celg - Centrais Elétricas de Goiás S/A

Celpa - Centrais Elétricas do Pará S/A

Celtins - Cia. de Energia Elétrica do Estado do Tocantins

Cemat - Centrais Elétricas Matogrossenses S/A

Cemig - Centrais Elétricas de Minas Gerais S/A

Cesp - Companhia Energética de São Paulo

Companhia Carris Porto-Alegrense

Companhia Força e Luz do Oeste

Companhia Nacional de Energia Elétrica

Copel

Copene

CSN - Companhia Siderúrgica Nacional

Dataprev

DPaschoal

Eletrobrás

Eletronorte - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A

Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A



Empresa Elétrica Bragantina S/A
Empresas Belgo-Mineira
Febraban - Balanço Social dos Bancos
Furnas Centrais Elétricas S/A
Gelre
GlaxoWellcome
Grupo Brasmotor S/A
Grupo Gerdau
Grupo RANDON
Indústrias e Comércio Chapecó
Indústrias Klabin de Papel e Celulose S/A
Inepar S/A
Infraero
Light - Serviços de Eletricidade S/A
Mills do Brasil Estruturas e Serviços LTDA
Odebrecht S/A
Paranapanema S/A
Parks Comunicação Digital
Petrobras S/A - Fronape
Petros
Previ
RGE - Rio Grande Energia S/A
Samitri - S. A. Mineração da Trindade
Serpro
Serasa - Centralização de Serviços dos Bancos S/A
Souza Cruz
Springer/Carrier
Telepar - Telecomunicações do Paraná S/A
Tupy S/A
Usiminas - Usinas Siderúrgicas de MG S/A

4.3. As Práticas

Este tópico tem como objetivo analisar a situação e o nível em que se encontram hoje as demonstrações sociais publicadas pelas empresas. Neste momento da pesquisa foi constatado diversas coisas, porém sem sombra de dúvidas a que veio chamar mais atenção é a quantidade de empresas que publicaram juntamente com as demonstrações financeiras o balanço social.

Ressalta-se que o objetivo deste trabalho não é pesquisar amplamente todo o universo das empresas que publicaram o balanço social, mas efetuar uma amostragem de como evoluíram esse demonstrativos.

Um dos setores escolhidos para análise foi de energia elétrica por ser um serviço público e também porque as companhias energéticas tiveram no término do exercício contábil de 1998, que publicar o balanço social juntamente com o relatório da administração, por determinação da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) - órgão controlador e fiscalizador da concessão.

Mesmo algumas empresas tendo se limitado a fornecer informações no formulário padrão é possível efetuar algumas análises. Note-se que esta divulgação não partiu da iniciativa própria da empresa, mas sim por determinação de um órgão regulador. Isto demonstra que o entendimento do significado social da divulgação de informações desta natureza ainda precisa ser interiorizado por parte dos empresários.

Por outro lado, pela obrigatoriedade da divulgação das informações referentes aos funcionários, por parte dessas empresas de energia elétrica, não puderam ser identificadas as empresas desse setor que eventualmente já estivessem pensando em publicar tais informações.

A responsabilidade social não foi despertada em todos os setores, tornando-se difícil de analisar determinado segmento de mercado. Sendo assim foram feitas comparações com algumas empresas do setor energético, que conforme citado publicaram o balanço social compulsoriamente e de forma uniforme. É claro que o esperado para o futuro do país não é que estas publicações só sejam feitas de forma compulsória.

Em seguida neste trabalho são apresentados anexos do balanço social das companhias energéticas que serão citadas no comparativo que segue.

COMPANHIAS ENERGÉTICAS	FORÇA E LUZ DO OESTE				EBB				VALE PARANAPANEMA				NACIONAL				CAIUÁ			
	98		97		98		97		98		97		98		97		98		97	
	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)
2. Indicadores Laboriais	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)
2.1- Alimentação	2,0	1,3	1,9	1,0	2,9	1,5	2,7	1,3	3,7	4,2	3,3	1,4	2,3	0,7	2,4	0,8	2,6	1,6	2,5	1,8
2.2- Encargos Sociais Compuls.	26,2	17,2	25,3	13,0	24,4	12,3	25,9	12,5	26,0	29,4	26,3	11,1	25,6	7,9	25,6	8,8	25,7	15,8	26,1	19,1
2.3- Previdência Privada	5,9	3,9	4,9	2,5	4,3	2,2	3,5	1,7	3,9	4,4	3,5	1,5	5,3	1,6	4,0	1,4	3,7	2,2	3,4	2,5
2.4- Saúde	3,9	2,6	0,2	0,1	3,0	1,5	0,0	0,0	3,5	4,0	0,0	0,0	3,7	1,1	0,0	0,0	3,4	2,1	0,1	0,0
2.5- Educação	0,1	0,1	0,3	0,1	0,5	0,3	0,9	0,4	0,6	0,6	0,5	0,2	1,8	0,5	0,3	0,1	1,5	0,9	0,8	0,6
2.6- Participação Trabalh. Nos Lucros ou Resultados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2.7- Outros Benefícios	6,1	4,0	6,7	3,5	9,1	4,6	7,4	3,6	7,0	8,0	8,2	3,5	7,8	2,4	8,9	3,1	9,3	5,7	8,8	6,5
Total – Indicadores Laboriais	44,2	29,1	39,3	20,2	44,3	22,3	40,4	19,4	44,7	50,6	41,7	17,7	46,5	14,3	41,3	14,1	46,2	28,3	41,7	30,6
3. Indicadores Sociais	(3)	(2)	(3)	(2)	(3)	(2)	(3)	(2)	(3)	(2)	(3)	(2)	(3)	(2)	(3)	(2)	(3)	(2)	(3)	(2)
3.1- Impostos (excluídos encargos sociais)	35,3	262,2	36,3	200,4	28,7	199,0	28,9	153,1	19,9	242,9	21,9	92,9	29,1	152,1	29,8	139,5	21,3	145,4	22,6	154,9
3.2- Contrib.p/ Sociad./ Invest na Cidadania	0,1	0,9	0,1	0,5	0,1	1,0	0,1	0,4	0,1	0,8	0,1	0,4	0,2	0,8	0,1	0,4	0,1	0,4	0,1	0,4
3.3- Investim. em Meio Ambiente	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total Indicadores Sociais	35,4	263,1	36,4	200,9	28,8	199,9	29,0	153,5	20,0	243,7	22,0	93,3	29,3	153,0	29,9	139,9	21,4	145,8	22,7	155,4
4. Indicadores do Corpo Funcional																				
4.1- N° de empregados ao final do período	70		78		173		211		319		331		133		138		356		331	
4.2- N° de admissões durante o período	0		8		20		22		33		35		12		11		28		35	

(1) - % Sobre Folha de Pagamento

(2) - % Sobre Lucro Operacional

(3) - % Sobre Faturamento Bruto

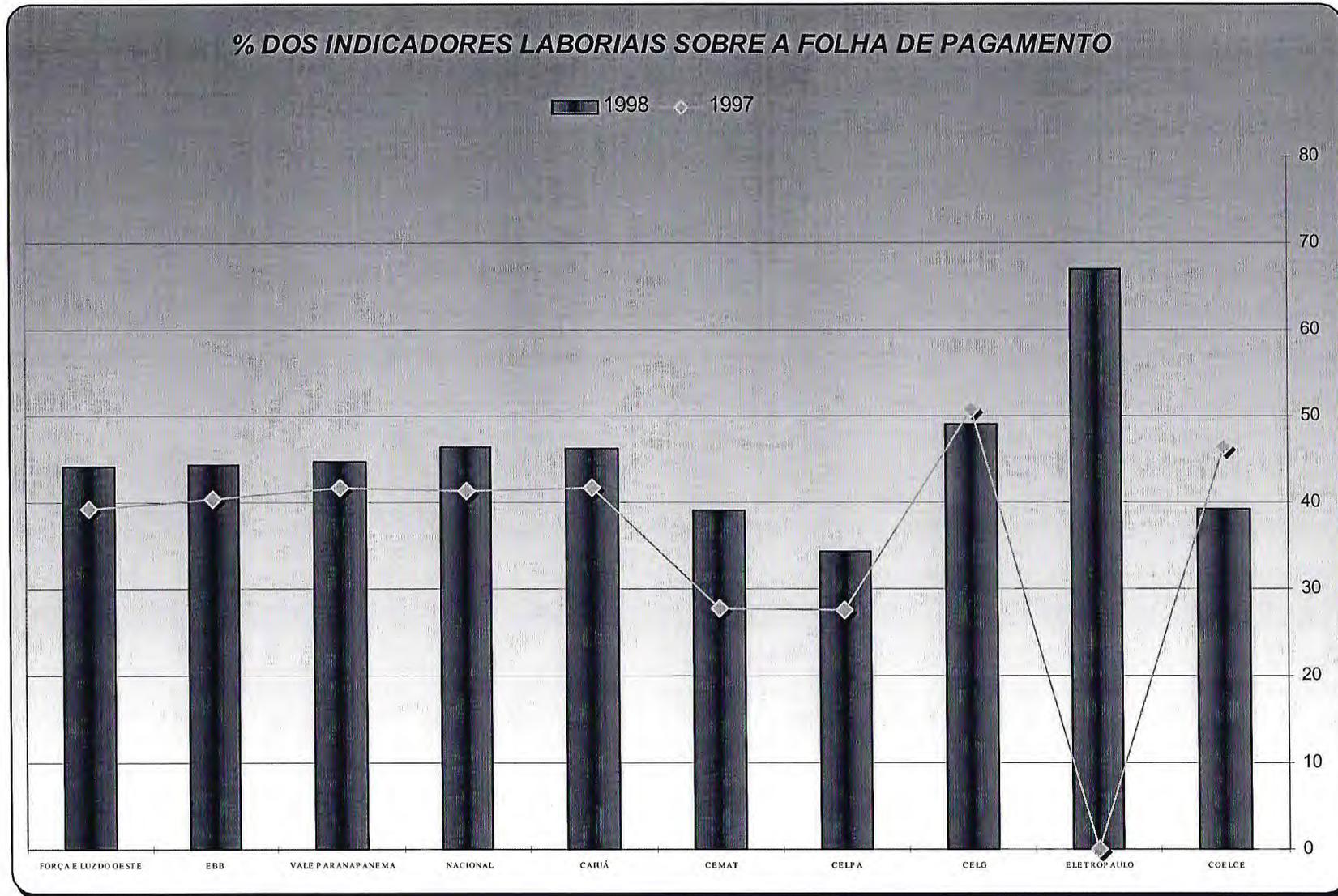
S
P
E
T
A
R
O

COMPANHIAS ENERGÉTICAS	CEMAT				CELPA				CELG				ELETROPAULO				COELCE			
	98		97		98		97		98		97		98		97		98		97	
2. Indicadores Laboriais	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)
2.1- Alimentação	0,2	-0,5	0,4	3,7	2,6	93,1	4,2	-16,8	1,7	-1,1	1,1	4,7	4,2	7,9	0,0	0,0	2,7	15,0	3,8	227,0
2.2- Enc Sociais Compuls.	24,9	-63,9	17,4	149,1	27,0	970,4	18,1	-72,5	37,4	-22,7	36,8	161,6	15,8	29,3	0,0	0,0	20,4	113,2	24,8	1496,2
2.3- Previdência Privada	5,8	-15,0	6,5	55,5	3,0	107,4	3,1	-12,5	6,8	-4,1	6,4	27,9	14,8	27,4	0,0	0,0	6,8	37,9	7,5	449,9
2.4- Saúde	6,5	-16,7	2,6	22,0	1,1	40,6	0,9	-3,8	3,2	-1,9	6,2	27,2	4,8	9,0	0,0	0,0	5,0	28,0	4,1	246,8
2.5- Educação	0,9	-2,3	0,9	7,7	0,4	14,0	0,5	-2,1	0,0	0,0	0,3	1,3	0,5	0,8	0,0	0,0	0,9	4,8	1,8	107,7
2.6- Participação Trabalh. Nos Lucros ou Resultados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,6	0,0	0,0	1,2	6,4	2,0	123,5
2.7- Outros Benefícios	0,8	-1,9	0,1	0,5	0,2	8,2	0,7	-2,8	0,0	0,0	0,0	0,0	26,6	49,3	0,0	0,0	2,1	11,9	2,4	147,2
Total – Indicadores Laboriais	39,1	-100,3	27,8	238,4	34,4	1233,8	27,6	-110,5	49,1	-29,8	50,7	222,7	67,0	124,3	0,0	0,0	39,2	217,2	46,4	2798,3
3. Indicadores Sociais	(3)	(2)	(3)	(2)	(3)	(2)	(3)	(2)	(3)	(2)	(3)	(2)	(3)	(2)	(3)	(2)	(3)	(2)	(3)	(2)
3.1- Impostos (excluídos encargos sociais)	19,8	-226,7	22,2	964,2	17,3	2469,8	21,1	-246,3	29,2	-193,4	33,9	1537,0	27,6	320,2	0,0	0,0	29,2	942,4	17,8	5205,6
3.2- Contrib.p/ Societ./ Invest na Cidadania	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	2,1	0,0	0,0	0,3	10,2	0,2	62,5
3.3- Invest. em Meio Ambiente	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total Indicadores Sociais	19,8	-226,7	22,2	965,2	17,3	2469,8	21,1	-246,3	29,2	-193,4	33,9	1537,0	27,8	322,3	0,0	0,0	29,5	952,6	18,0	5268,1
4. Indicadores do Corpo Funcional																				
4.1- N° de empregados ao final do período	1538		1332		2078		2862		2443		2583		7668		10240		1834		1859	
4.2- N° de admissões durante o período	0		498		392		172		0		0		276		0		101		139	

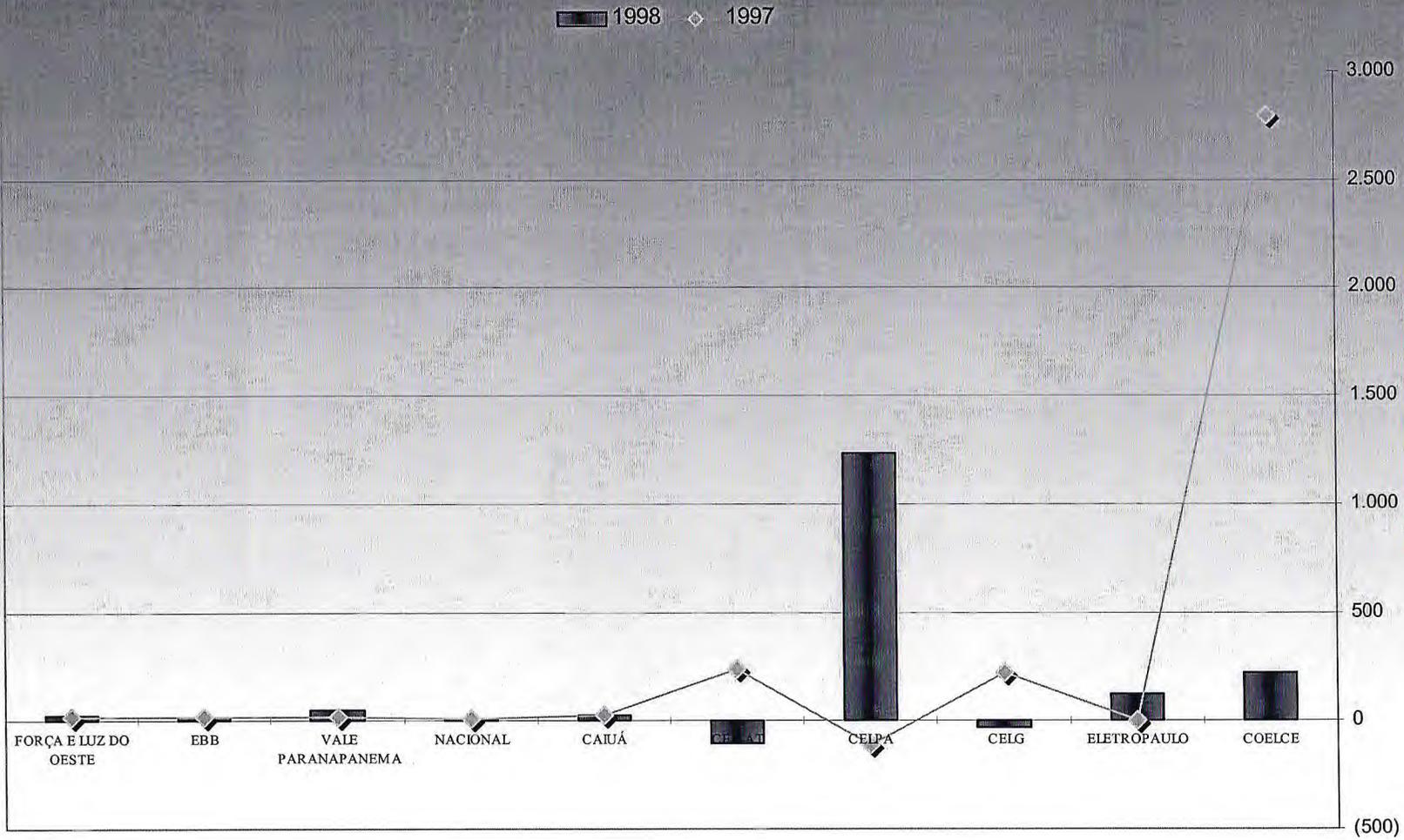
(1) - % Sobre Folha de Pagamento

(2) - % Sobre Lucro Operacional

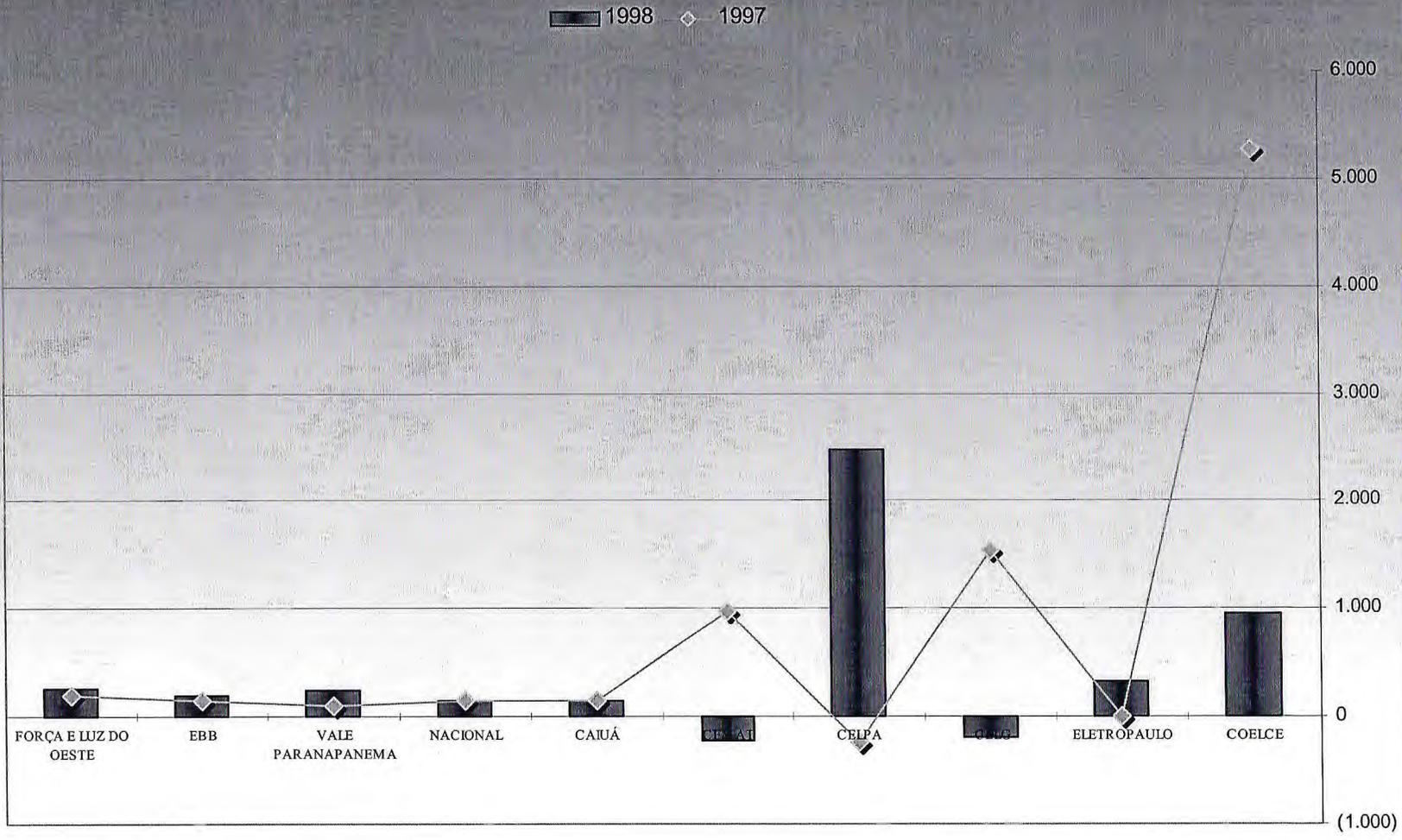
(3) - % Sobre Faturamento Bruto



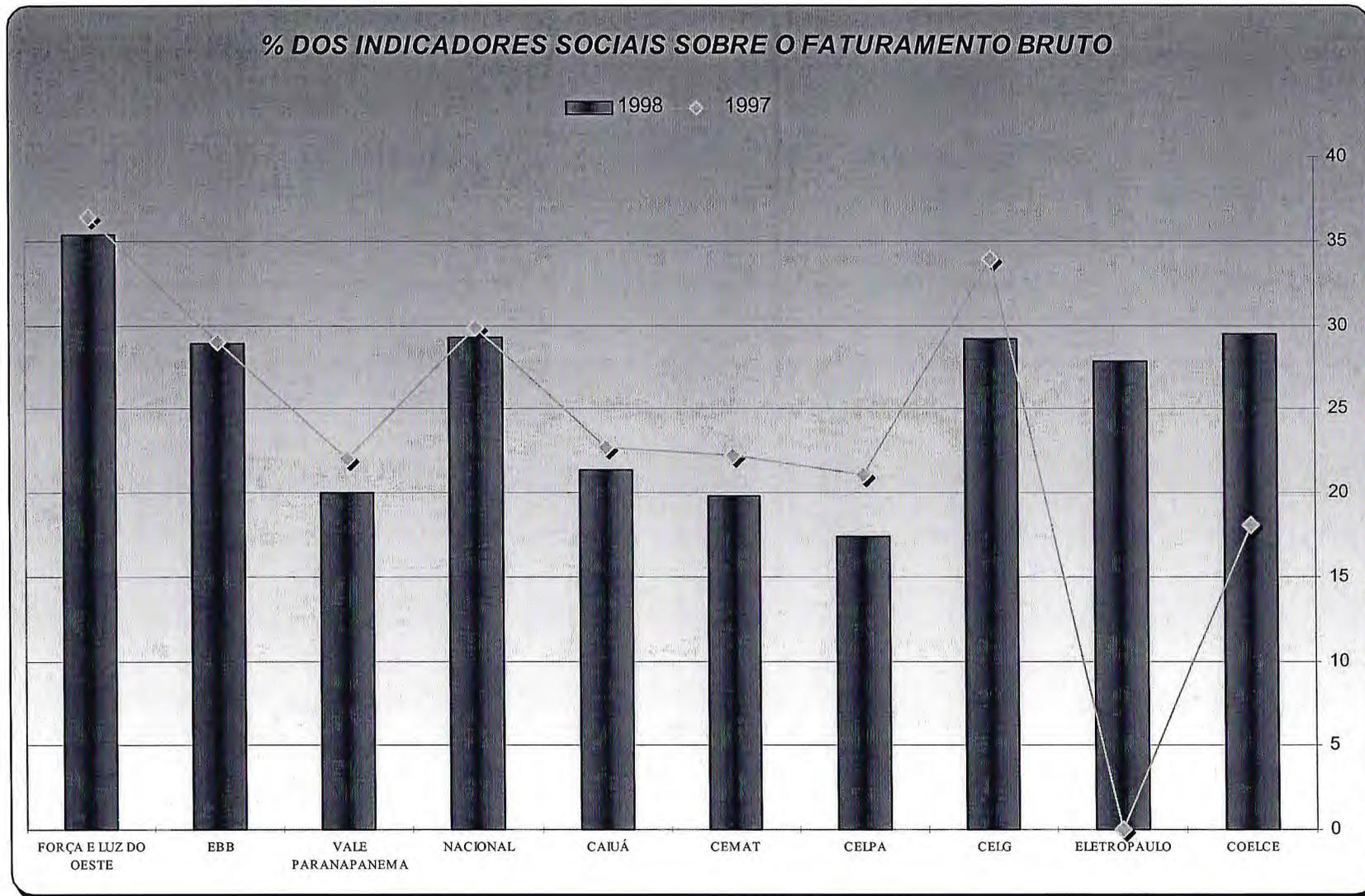
% DOS INDICADORES LABORIAIS SOBRE O LUCRO OPERACIONAL



% DOS INDICADORES SOCIAIS SOBRE O LUCRO OPERACIONAL



RESFET



Como foi observado a comparação somente se tornou possível por ter dados compatíveis, neste tipo de análise se pode observar quem teve maior desempenho, pior desempenho, comparação com outras atividades do mercado, comparação entre regiões do país e outras tantas comparações, o exemplo é só uma pequena amostra do que se pode demonstrar.

Com as pesquisas levantadas contatou-se que muito embora as companhias energéticas tenham sido obrigadas a publicar, muitas outras empresas assumiram a sua responsabilidade social e publicaram o balanço social, entre elas merecem destaque:

- Banco do Brasil (segue anexo): um dos balanços mais completos, parte destinada aos recursos humanos, incentivo a cultura, esporte educação, meio ambiente...
- Aracruz: principalmente a parte que se relaciona com o meio ambiente.
- Azaléia: destaque para a parte que trata do recursos humanos. (abaixo parte das notas do balanço social).

Azaléia

Educação



A educação é um dos objetivos essenciais do Projeto, pois contempla os filhos de funcionários da creche à universidade. A seguir, descrevem-se, de forma sucinta, as principais atividades desenvolvidas em 1998.

Centro de Educação Infantil

Compreende a evolução e o crescimento da criança do berçário até os seis anos completos. Esse Centro conta, atualmente, com cerca de 720 crianças. A área construída é de 4.000 m² com parque, refeitório, salas-dormitório e salas de informática. A creche funciona em dois turnos, conforme o horário em que a mãe trabalha. Para a mãe que amamenta é concedido, durante o seu horário de trabalho, três períodos de 45 minutos para a amamentação do seu filho.

Educação para Gestantes

A Empresa oferece cursos às futuras mães terem noções básicas de profilaxia, de doenças infantis, cuidados durante a gravidez, além de como alimentar, tratar e educar seus filhos. Durante o curso, as mães confeccionam o enxoval do seu bebê. Na Azaléia nascem, em média, 40 crianças por mês, ou seja, cerca de 500 crianças por ano.

Centro de Desenvolvimento Vocacional

Os filhos dos funcionários, entre a idade de 7 a 14 anos, recebem educação complementar a da escola formal. Os alunos têm aula de teatro, música, laboratório, oficinas, artesanato, educação ambiental, educação física e esportes. O Centro assiste, atualmente, 240 crianças.

Centro de Desenvolvimento Profissional

Os filhos dos funcionários e da comunidade, entre 14 e 17 anos, recebem educação profissional no Curso Básico Multioperacional de Calçados. O curso foi criado em 1993 e tem caráter teórico-prático. De segunda a quinta-feiras, os alunos recebem formação profissional sobre as operações básicas de corte, costura e montagem de calçados. Às sextas-feiras estudam português, matemática, estudos sociais, ética, cidadania, microinformática. A duração do curso é de um ano. Este curso tem convênio formal com o SENAI.

Escola Supletivo de 1º e 2º Graus

Em 1991, 79,6% dos funcionários da Azaléia não tinham o 1º grau completo. Ciente desta situação, a Empresa procurou dar a educação geral aos seus funcionários. A Azaléia criou a Escola de 1º e 2º Graus. Hoje, são 1.719 funcionários que freqüentam os cursos, que têm autorização oficial para funcionamento, sendo reconhecidos pelo Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. A cada semestre formam-se 220 alunos, até dezembro de 1998, formaram-se 4.234 alunos.

Cursos Técnicos

Em julho de 1994, começaram a funcionar os Cursos Técnicos em nível de 2º grau, em Artes Gráficas, Química, Calçados, Eletromecânica, Processamento de Dados, Contabilidade e Administração. Todos os cursos têm uma disciplina em comum: Organização Empresarial Moderna, onde os alunos são familiarizados com os novos sistemas e métodos de trabalho, bem como com a ética e a filosofia da Empresa. Atualmente, 80 funcionários

freqüentam a Escola Técnica. O ingresso no curso é feito através de um processo de seleção interna.

Cursos Superiores

Funcionários que desejam freqüentar cursos superiores de Graduação e Pós-Graduação recebem um incentivo de 80% em duas disciplinas, por semestre. Hoje, 197 funcionários gozam deste benefício.

Formação de Executivos

Em 1995, foram selecionados 9 funcionários que foram preparados, em horário integral por um período de 20 meses, inclusive com estágio no exterior, para desempenharem a função de executivos. Hoje, estão exercendo funções em áreas estratégicas da Empresa no país e exterior. Acresce-se que em conjunto com a Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Taquara, está sendo desenvolvido um curso de especialização gerencial para 49 funcionários.

Centro de Idiomas

A Azaléia oferece cursos de inglês e espanhol para seus funcionários. Em 1998, 60 funcionários participaram dos cursos, alocando-se 1.200 horas/aluno.

Habitação

A Azaléia já construiu casas populares para os seus funcionários, em Parobé. Hoje, está apoiando ao Plano de Habitação para a aquisição da casa própria pelo funcionário. Esse plano prevê a construção de 800 casas em uma área de 40 hectares. Assim, o índice de funcionários que possuem casa própria passará de 73,3% para 80,1%.

Saúde

O plano de saúde é integral e beneficia todos os funcionários e seus dependentes diretos. Informa-se que 92% dos funcionários da Empresa fazem parte do plano. A sua adesão é livre.





Segurança



A Azaléia desenvolveu programas em educação e treinamento através da CIPA, Medicina e Engenharia de Segurança do Trabalho. O "PRO-SOL"- Segurança, Ordem, Limpeza e o TPM, quebra zero-homem e quebra zero-máquina, são programas voltados para dar mais segurança aos funcionários, bem como oferecer melhores condições de vida no trabalho. Informa-se que com a implantação dos programas de segurança, nos resultados obtidos houve a redução de acidentes de trabalho em 45%, a queda na taxa de gravidade em 83%, a diminuição nos dias perdidos em 85% e a redução nos custos decorrentes com acidentes em 32%.

Transporte

A Azaléia utiliza-se de uma frota de 25 ônibus para transportar, diariamente, cerca de 4.500 funcionários à matriz, em Parobé, Rio Grande do Sul.

Meio Ambiente

O sistema de gestão ambiental existente na Empresa é pautado:

- a) no tratamento de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, em que são utilizadas as tecnologias mais avançadas em sistemas de lavagem de gás, estações de tratamento de efluentes e resíduos sólidos industriais através do ARIP (Aterro de Resíduos Industriais Perigosos), devidamente aprovado pelo órgão estadual competente através do Decreto-Lei nº 5.067/97;
- b) na adoção de tecnologias que eliminam e/ou reciclam os materiais utilizados nos processos de produção da Empresa. Um exemplo é a substituição do processo convencional na fabricação de chapas de E.V.A., que geram grandes quantidades de rebarbas pela tecnologia de injeção de E.V.A. dentro de moldes, que elimina os resíduos antes de serem gerados. Um benefício específico destes tipos de trabalho é a separação de resíduos hoje existente dentro do processo produtivo.

Além destas citadas, muitas outras empresas tiveram a iniciativa de publicar o balanço social.

CONCLUSÃO

Como foi verificado ao longo do trabalho, a atual consciência social é fruto de uma evolução natural da economia. As mudanças ocorridas na história da humanidade são decorrência das brigas entre as classes sociais para conquistarem a riqueza. Diante desse processo de mudanças a economia e as relações sociais se transformaram ao longo dos anos.

Na atualidade a economia passa por um processo de globalização e neste mercado a qualidade da informação é de uma importância fundamental para o crescimento das organizações.

O relacionamento existente entre a empresa e a sociedade, representa a perpetuidade da empresa, porém, o reconhecimento da responsabilidade social das empresas deve ser algo espontâneo e uma das formas de evidenciar para a comunidade o compromisso assumido é através do balanço social.

É importante ressaltar que poucos países tornaram obrigatório a divulgação do balanço social. É o caso por exemplo dos Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra, que sentiram a importância da divulgação desses dados e os adotam sem esperar que as autoridades tomem a iniciativa de torná-los obrigatórios. É o que se espera do Brasil.

No Brasil a proposição de um modelo foi feita pelo Ibase e como foi visto essa atitude está longe de limitar as informações fornecidas pelas empresas e sim, criar uma forma onde fosse possível estabelecer comparações de empresas que exploram o mesmo mercado, entre mercados, entre regiões do país e outros.

Os profissionais de contabilidade, devem se mobilizar no intuito de conscientizar os empresários da importância de divulgação de informações para a comunidade de forma mais abertas, mais transparentes e que atinjam um universo de pessoas bem maior do que é atingido atualmente pelas Demonstrações Financeiras, que são elaboradas e publicadas. E isso sem esperar que uma simples Lei venha a tornar obrigatória a divulgação de informações que são necessárias para o desenvolvimento das instituições.

É o momento da contabilidade assumir o seu principal papel de geradora de informações, úteis, que são aquelas que tem a condição de mudar os conceitos que as pessoas tem. E sem, dúvidas o balanço social mudará para melhor a visão da sociedade sobre as nossas empresas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

- DONAIRE, Denis. *Gestão ambiental na empresa*. São Paulo: Atlas, 1995.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu, GELBECKE, Ernesto Rubens. *Manual de contabilidade das sociedades por ações*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. et alli. *Contabilidade Introdutória*. 7ª ed. São Paulo: Attas, 1992.
- GONÇALVES, E. Lima. *Balanço Social da empresa na América Latina*. São Paulo: Pioneira, 1980.
- HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. 20ª ed. Rio de Janeiro: zahar editores, 1985.

Artigos

- KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. Balanço Social: Uma demonstração da responsabilidade social, ecológica e gestorial das entidades. *Revista Brasileira de Contabilidade*. n. 113, p. 44-51, setembro/outubro, 1998.
- MENDES, Eleuza Mendes, et alli. Balanço Social: Exercício de Cidadania. *Revista de Contabilidade do CRC – SP*. n. 6, p. 76-82, novembro, 1998.
- MENDES, José Maria Martins. Balanço Social: Uma idéia milenar. *Revista Brasileira de Contabilidade*. n. 106, p. 4-5, julho/agosto, 1997.
- PEROTTONI, Marco Antônio. Balanço Social: Voluntário ou obrigatório. *Revista Brasileira de Contabilidade*. n. 110, p. 82, março/abril, 1998.
- PEROTTONI, Marco Antônio, CUNHA, Aromildo Sprenger. Balanço Social. *Revista Brasileira de Contabilidade*. n. 104, p. 14-20, março/abril, 1997.

- RIBEIRO, Maisa de Souza, LISBOA, Lázaro Plácido. Balanço Social. *Revista Brasileira de Contabilidade*. n. 115, p. 72-81, janeiro/fevereiro, 1999.
- SÁ, Antonio Lopes de. Considerações sobre a contabilidade social. *Revista Brasileira de Contabilidade*. n. 109, p. 40, janeiro/fevereiro, 1998.
- SILVA, Cristian Gomes da. Disclosure de informações relativas ao balanço social e a dimensão sócioeconômica da ciência contábil: A vez dos contadores da aldeia. *Revista de Contabilidade do CRC – SP*. n. 6, p. 30-40, novembro, 1998.

Artigos de Jornais e Revistas Não Especializadas

- SOUZA, Herbert de. O balanço social: voluntário ou obrigatório? *Folha de São Paulo*, 7 abr. 1977.

Boletins

- IOB. *Temática contábil*. n. 10, 1999.
- IOB. *Temática contábil*. n. 11, 1999.
- IOB. *Temática contábil*. n. 26, 1999.

ANEXOS

ANEXO A - EMPRESA ELÉTRICA BRAGANTINA

ANEXO B - VALE PARANAPANEMA

ANEXO C - NACIONAL

ANEXO D - CAIUÁ SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A

ANEXO E - FORÇA E LUZ DO OESTE

ANEXO F - CEMAT

ANEXO G - CELPA

ANEXO H - CELG

ANEXO I - ELETROPAULO

ANEXO J - ELETROBRAS

ANEXO K - COMPANHIA CARRIS

ANEXO L - BANCO DO BRAISL

ANEXO M - EMBRAPA

ANEXO N - INEPAR

ANEXO A - Empresa elétrica Bragantina

A Empresa Elétrica Bragantina está intimamente ligada às tradições e à



história de Bragança Paulista, um dos mais antigos municípios do Estado de São Paulo, fundado em 1763. Cidade pioneira no desenvolvimento de serviços públicos, já em 1893 havia criado a "Companhia Telephonica Bragantina", e em 1903 fruto do espírito empreendedor de ilustres cidadãos como : Cel. Daniel Peluso; Dr. Afonso Brandão; Engº Nicolino Nacaratti; Cel. Francisco Martins Ferreira; Cel. João Evangelista Gonzaga Leme; Dr. Domingos Alves Matheus; os irmãos Arthur e Felipe Rodrigues de Siqueira; Antônio Gordinho

Filho e Elisário Eliseu de Oliveira, implantou os seus serviços de energia elétrica com a então Leme, Siqueira, Gordinho & Cia. Ltda. Esta precursora da Bragantina, iniciou suas atividades com a construção e operação das usinas Flores e Guaraciaba localizadas no município de Vargem.

Naquela ocasião a região já se caracterizava como um importante pólo agrícola e vislumbrava crescente desenvolvimento comercial, riquezas provenientes da cultura do café.

Em 1923, a concessionária recebe a denominação de Empresa "Electrica Bragantina" Sociedade Anônima, passando a ser administrada por Coronel Antônio Gordinho Filho e outros membros de sua família, que detinham o controle acionário da nova sociedade.

Ao longo do tempo a Bragantina, oferecendo o suporte da energia elétrica, foi ajudando a forjar o desenvolvimento da região. Por volta de 1941, a empresa passa a atuar interestadualmente, ampliando seus serviços ao município de Extrema, no sul do Estado de Minas Gerais.

Com as grandes transformações econômicas ocorridas nos anos 50 a atividade cafeeira da região foi sendo progressivamente substituída pela pecuária leiteira, a atividade comercial diminuindo, trazendo como conseqüência à concessionária, uma retração de vendas e dificuldades econômicas.

Em 1966, Jorge Queiroz de Moraes, Leônidas Lopes de Oliveira, Joaquim Gordinho do Amaral e Antonieta Chaves Cintra Gordinho adquiriram dos descendentes diretos do Coronel Antônio Gordinho Filho, o controle acionário da Sociedade e assumiram sua direção.

Ao longo da década de 60, a região retomou o seu desenvolvimento, atraindo investimentos de diversos grupos empresariais que ali instalaram suas unidades fabris, transformando a região em importante pólo industrial. Para apoiar e impulsionar tal recuperação econômica a Bragantina realizou grandes mudanças técnicas e administrativas, e ampliou suas linhas de distribuição de energia elétrica inclusive à outras cidades do sul de Minas.

Atualmente, sob o comando de Jorge Queiroz de Moraes Júnior - maior acionista da empresa, - neto do Coronel Antônio Gordinho Filho e filho de Jorge Queiroz de Moraes, a Bragantina deu origem ao conjunto das concessionárias que hoje formam a REDE.

A empresa fornece energia elétrica numa área de 3.455 km², a 15 municípios da região de Bragança Paulista em São Paulo e Sul de Minas.

Além da diversificada atividade industrial, concentrada nos municípios de Bragança Paulista e Extrema, com predomínio dos setores metalúrgico, têxtil e papelero, a região destaca-se, também, pela atividade turística.

A Vila Monte Verde, pertencente ao município de Camanducaia, está situada em uma área montanhosa, de clima privilegiado, cercada de vegetação nativa. Possui cerca de 1500 propriedades entre residências, hotéis e comércio, construídas em estilo arquitetônico alemão, atraindo turistas de todo o território nacional.

No campo da educação Bragança Paulista desponta como polo regional na formação de profissionais, através da Universidade São Francisco, que oferece os cursos de: Medicina, Odontologia, Farmácia, Biologia, Administração de Empresas, Economia, Pedagogia, Direito e Ciências Contábeis. Conta com dois hospitais-escola para a residência dos formados em Medicina, onde 133 médicos são treinados por seus professores.

DADOS CADASTRAIS

Endereço Sede : Av. Paulista, 2439 - 5º Andar Cerqueira César - São Paulo - S.P. -
CEP. 01311-936

Telefone : (011) 3060-9588 Fax : (011) 3064-0989

CGC : 60.942.281/0001-23 Inscrição Estadual : 112.323.965.110

Endereço Regional (Almoxarifado) : Av. Dr.Plínio Salgado, 109
Centro - Bragança Paulista - S.P. CEP. 12900-000

Telefone : (011) 7844-1288 Fax : (011) 7844-0476

CGC : 60.942.281/0002-04 Inscrição Estadual : 112.323.965.110

Ficha De Inscrição No CCM - São Paulo - SP N.º 8.415.217-6

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos aos Senhores Acionistas as Demonstrações Contábeis encerradas no exercício de 1998, bem como os principais destaques ocorridos:

- Ao final do exercício, estávamos atendendo 74.017 consumidores significando um acréscimo de 4.319 novos consumidores, o que representou um crescimento de 6,20%
- Fornecemos 539.338 MWh de energia em 1998, contra 521.760 MWh do ano de 1997, o que representou um acréscimo de 3,37%.
- A Demanda máxima requerida do sistema no ano de 1998 foi de 100.978 KW, contra 94.978 KW em 1997, significando um acréscimo de 6,32%.
- Encerramos o Ano de 1998, com 5,6% de Perdas do Sistema.
- A Receita Operacional Bruta evoluiu de R\$ 54.725 mil em dezembro de 1997, para R\$ 60.376 mil em dezembro de 1998.
- O Lucro Líquido do exercício de 1998 foi de R\$ 7.256 mil, proporcionando uma rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido de 10,4%.
- Destacamos a seguir as principais obras realizadas no exercício de 1998:

- extensão de Rede de Distribuição (RD) para atender Village Sta. Helena Emp. Imobiliários;
- instalação de transformador de força 34,5/13,8 KV/7,5 MVA na Subestação São Francisco;
- extensão de rede primária e secundária no Bairro Águas Claras;
- extensão e remoção de rede na Rodovia Alfindar Monteiro Junqueira;
- manutenção geral em diversos bairros, todas no município de Bragança Paulista;
- instalação de cabo em linha de transmissão 34,5 KV de Munhoz a Bueno Brandão;
- remoção de rede de distribuição primária para atender a empresa Sobrenco S/A, na Rodovia Fernão Dias no município de Vargem;
- extensão de rede primária e secundária com transformador no Bairro da Glória e Engenho, em Camanducaia.
- Demonstramos, conforme segue, a composição do Faturamento de Energia Elétrica, por classe de consumo e respectivo número de consumidores :

CLASSES DE CONSUMO	1.998			1.997		
	Nº.de Consum	MWh	R\$ Mil	Nº. de Consum	MWh	R\$ Mil
Residencial...	62.826	145.558	25.019	59.735	138.546	21.962
Industrial	1.246	269.127	20.261	1.186	264.831	19.080
Com., Serviços e Outras	5.387	48.735	7.049	5.162	44.597	6.223
Rural.	3.937	30.471	2.518	3.002	28.823	2.389
Poderes Públicos	515	5.880	851	515	6.047	827
Iluminação Pública..	24	26.431	2.352	23	26.634	2.150
Serviço Público.	82	13.136	1.244	75	12.282	1.153
(=) Fornec.Faturado.				69.698	521.760	53.784
(+) Fornec. não Fatur.			282			461
(=) Fornec.En.Elétrica				69.698	521.760	54.245
(-) ICMS sobre Fornec.Fat.			(11.723)			(9.936)
Total			47.853			44.309

BSFEAC

Demonstração do Valor Adicionado

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em Milhares de Reais)

	1998	1997
1 - GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de Vendas de Energia e Serviços	60.376	54.725
Receitas não Operacionais	(65)	(219)
Menos:		
Insumos		
Custo de Energia Comprada	(20.566)	(18.023)
Serviços de Terceiros	(3.054)	(2.806)
Materiais	(800)	(812)
Outros Custos Operacionais	(632)	(1.797)
2 - VALOR ADICIONADO BRUTO	35.259	31.068
Quotas de Reintegrações	(3.036)	(2.111)
3 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	32.223	28.957
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.383	1.573
Receitas Financeiras (Transferências)	818	842
4 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	34.424	31.372
5 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do Trabalho	5.544	3.655
Governos:		
(Impostos, taxas e contribuições)	18.578	17.271
Juros	2.458	2.845
Aluguéis	588	1.037
Juros s/ Capital Próprio/Dividendos	1.813	1.561
Lucros Retidos	5.443	5.003
	34.424	31.372

Balanco Social

1.Bases de Cálculo	1998 (R\$ Mil)			1997 (R\$ Mil)		
1.1- Faturamento Bruto		60.376			54.725	
1.2- Lucro Operacional		8.712			10.334	
1.3- Folha de Pagamento Bruta		4.399			4.973	
	1998			1997		
2.Indicadores Laboriais	Valor (R\$ Mil)	% s/ Folha Pagto. Bruta	% s/ Lucro Operacional	Valor (R\$ Mil)	% s/ Folha Pagto. Bruta	% s/ Lucro Operacional
2.1- Alimentação	129	2,9	1,5	133	2,7	1,3
2.2- Encargos Sociais Compulsórios	1.072	24,4	12,3	1.287	25,9	12,5
2.3- Previdência Privada	190	4,3	2,2	175	3,5	1,7
2.4- Saúde	132	3,0	1,5	2	0,0	0,0
2.5- Educação	23	0,5	0,3	44	0,9	0,4
2.6- Particip.Trabalh. nos Lucros ou Result						
2.7- Outros Benefícios	401	9,1	4,6	368	7,4	3,6
Total – Indicadores Laboriais	1.947	44,2	22,4	2.009	40,4	19,5
3.Indicadores Sociais	Valor (R\$ Mil)	% s/ Folha Pagto. Bruta	% s/ Lucro Operacional	Valor (R\$ Mil)	% s/ Folha Pagto. Bruta	% s/ Lucro Operacional
3.1- Impostos (excluídos encargos sociais)	17.333	28,7	199,0	15.823	28,9	153,1
3.2- Contrib.p/a Socied./Invest.na Cidadania	85	0,1	1,0	38	0,1	0,4
3.3- Investimentos em Meio Ambiente						
Total Indicadores Sociais	17.418	28,8	200,0	15.861	29,0	153,5

4.Indicadores do Corpo Funcional	1998			1997		
4.1- Nº de empregados ao final do período		173			211	
4.2- Nº de admissões durante o período		20			22	

- Fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro

FLUXO DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em Milhares de Reais)

	<u>1.998</u>	<u>1.997</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do Exercício	7.256	6.564
Receita (despesa) que não afetam o Capital Circulante:		
Depreciação e Amortização	3.036	2.111
Variação Monetária e Cambial a Longo Prazo	275	323
Resultado de Participações Societárias	(1.389)	(1.573)
Baixa de Investimentos	32.844	776
Baixa de Imobilizado	481	317
Amortização de Deságio/Ágio	6	
Outros	-	64
	<u>42.509</u>	<u>8.582</u>
Variações no Ativo / Passivo Circulante		
Consumidores e Revendedores	(1.135)	(2.110)
Títulos a Receber	1.736	(631)
Fornecedores	(17)	821
Encargos de Dívidas	(630)	362
Tributos e Contribuições Sociais	735	(589)
Empréstimos e Financiamentos	(3.132)	(1.046)
Obrigações Estimadas	(1.644)	373
Outros.	53	(302)
	<u>(4.034)</u>	<u>(3.122)</u>
Aplicações no Realizável a Longo Prazo	<u>(24.658)</u>	<u>10.536</u>
Redução Exigível a Longo Prazo	<u>(9.277)</u>	<u>(4.126)</u>
Total das Atividades Operacionais	<u>4.540</u>	<u>11.870</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adições ao Imobilizado	(7.307)	(5.597)
Adições ao Investimento	(14)	(5.313)
Contribuições do Consumidor e Doações	1.274	1.033
Dividendos Recebidos	-	729
Total das Atividades de Investimento	<u>(6.047)</u>	<u>(9.148)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Novos Financiamentos	1.473	74
Juros s/Capital Próprio e Dividendos Propostos	(1.813)	(1.561)
Total das Atividades de Financiamento	<u>(340)</u>	<u>(1.487)</u>
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA	<u>(1.847)</u>	<u>1.235</u>
Saldo Inicial de Caixa	2.069	834
Saldo final de Caixa	222	2.069
VARIAÇÃO	<u>(1.847)</u>	<u>1.235</u>

- Podemos destacar ainda em 1998, como fato relevante, o Instrumento Particular de Venda e Compra de Participações Societárias, Assunção de Dívidas e Outras Avenças, mediante a qual, o controle da Empresa Elétrica Bragantina que era

detido pela Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/ A ., foi alienada para Caiuá Serviços de Eletricidade S/A .

- Esta transferência societária foi aprovada pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica através da Resolução 196 de 25 de Junho de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 26 de Junho de 1998.
- Através da Resolução 338 de 04 de Novembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União em 05 de Novembro de 1998, a ANEEL- Agência Nacional de Energia Elétrica aprovou o reagrupamento das concessões de distribuição de energia elétrica e respectivas instalações de transmissão de âmbito próprio, em uma única área de concessão.
- E a Portaria Ministerial das Minas e Energia de nº 499 de 26 de Novembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 27 de Novembro de 1998, prorroga a concessão de distribuição de energia elétrica, reagrupada na Resolução acima mencionada, pelo prazo de vinte anos, contados a partir de 08 de Julho de 1995, renováveis por igual período.
- Como evento subsequente, devemos destacar a assinatura do Contrato de Concessão de Distribuição, ocorrido em 03 de fevereiro de 1999, com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.
- E, para finalizar, queremos expressar os nossos agradecimentos a todos os Acionistas, aos nossos Consumidores, aos Governos Federal, Estadual e Municipais, aos Fornecedores, bem como à dedicação de todos os empregados.

A DIRETORIA

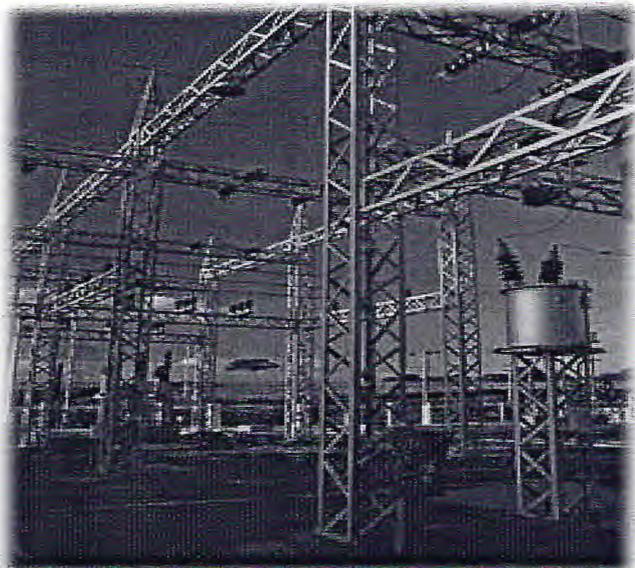
MEMBROS DA DIRETORIA

JORGE QUEIRÓZ DE MORAES JÚNIOR	- Diretor Presidente
ALBERTO JOSÉ RODRIGUES ALVES	- Diretor
NUREMBERG BORJA DE BRITO	- Diretor
JOÃO CARLOS RELA	- Diretor
OSMAR JOSÉ VICCHIATTI	- Diretor
LAUDO VOTA BRANCATO	- Diretor
CARLOS PADOVAN	- Diretor

Reinaldo Teixeira do Amaral Mota
Contador - CRC - 1SP151271/0-2

ANEXO B - VALE PARANAPANEMA

A **Vale Paranapanema** teve sua origem na Empresa José Giorgi -



empreiteira de obras públicas contratada em 1912, pelo governo do Estado de São Paulo, para a construção de 400 km de linhas de ferrovia no prolongamento da Estrada de Ferro Sorocabana. À medida em que matas iam sendo derrubadas e os trilhos assentados a Empresa José Giorgi substituiu os lampiões a gás de seus acampamentos pela luz elétrica gerada por máquinas a vapor e caldeiras a lenha.

Quando a via férrea chegou a Assis em 1914, lá se encontrava um grande acampamento da construtora, já

dotado de luz elétrica. Daquele acampamento derivavam inúmeras ligações elétricas para atender as necessidades dos moradores da cidade. O desenvolvimento de Assis e a crescente demanda de energia levou a que em 1920, fosse criada a Empresa José Giorgi de Eletricidade do Vale Paranapanema. Em 1934 a empresa tornou-se responsável, além do fornecimento de energia elétrica, também pelos serviços de iluminação pública da cidade.

Dando continuidade ao seu desenvolvimento, em 1940 a empresa passou a adotar a denominação de Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S. A. e, em 1980, foi adquirida pela **DENERGE**.

Hoje, a **Vale Paranapanema** possui uma área de concessão de 11.770 km² atendendo a 25 municípios da região de Assis e Tupã no Estado de São Paulo.

Na região de Assis, a economia baseia-se, essencialmente, na atividade agroindustrial. Os principais produtos cultivados são a soja, o trigo, o milho e a cana-de-açúcar propiciando o desenvolvimento de indústrias de beneficiamento de grãos e produção de açúcar e álcool.

Já nos arredores de Tupã, destacam-se a indústria de móveis, bem como a pecuária de corte e leiteira. A cidade de Bastos, fundada por imigrantes japoneses, é a maior produtora de ovos do país, além de desenvolver as atividades de fiação de seda e criação de frango de corte.

DADOS CADASTRAIS

Endereço Sede : Av. Paulista, 2439 - 4º Andar
Cerqueira César - São Paulo - S.P. - CEP. 01311-936
Telefone : (011) 3060-9588 Fax : (011) 3064-0989
CGC : 60.876.075/0001-62 Inscrição Estadual : 108.285.760.112

Endereço Regional : Rua Smith Vasconcelos, 462 Assis -Sp
CEP. 19800-000
CGC : 60.876.075/0008-39 Inscrição Estadual : 108.285.760.112
Ficha De Inscrição No CCM - São Paulo - S.P. N.º 1.146.125-0

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos aos Senhores Acionistas as Demonstrações Contábeis encerradas no exercício de 1998, bem como os principais destaques que se verificaram:

- Ao final do exercício, estávamos atendendo 119.536 consumidores, significando um acréscimo de 3.951 novos consumidores, o que representou um crescimento de 3,42% em relação ao exercício anterior.
- Fornecemos 585.493 MWh de energia em 1998, contra 559.355 MWh do ano de 1997, o que representou um acréscimo de 4,67%.
- A Demanda máxima requerida do sistema no ano de 1998 foi de 139.908 KW contra 135.564 KW, significando um acréscimo de 3,2%.
- Houve uma melhora significativa no índice de Perdas do sistema, reduzindo de 8,43% em 1997 para 7,7% em 1998.
- A Receita Operacional Bruta evoluiu de R\$ 70.856 mil, em dezembro de 1997, para R\$ 76.047 mil, em Dezembro de 1998.
- O Lucro Líquido do exercício de 1998 foi de R\$ 12.373 mil, proporcionando uma rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido de 4,02%.
- Ainda neste exercício de 1998, a nossa sócia CSW – Central and South West Corporation, aportou novos recursos destinados a futuro aumento de capital, em março e julho, nos valores de R\$ 78.263.250,00 e R\$ 35.832.900,00, respectivamente, atualizados a uma taxa de 13% a.a. mais variação cambial.
- Destacamos a seguir as principais obras realizadas no exercício de 1998:
 - substituição de condutores na linha de transmissão 40 KV da Faz. Retirinho à subestação de Iepê;
 - reforma na rede de distribuição secundária na vila Lucant e Primavera;
 - substituição de postes e condutores na rede primária e secundária em Rinópolis;
 - construção de alimentador na subestação de Maracaí a Usina Maracaí;
 - construção de rede de distribuição no loteamento Jardim Montreal em Palmital;
 - reforma na rede de distribuição secundária nos bairros Vilas Novas e Affini em Paraguaçu Paulista;
 - extensão de rede com instalação de transformadores na rua Antonio Monteiro em Lutécia;
 - reforma na rede de distribuição no centro da cidade de Paraguaçu Paulista;
 - reforma na rede de distribuição secundária no bairro São José em Palmital;
 - construção de linha de transmissão 138 KV da LT 138 KV CESP à subestação Assis III no município de Assis.

Destacamos sobremaneira o investimento realizado na Usina Hidroelétrica de Rosal, localizada no Rio Itabapoama, próximo aos municípios de Itabapoama no Rio de Janeiro, São José dos Calçados e Guaçuí, ambos no Espírito Santo.

A UHE Rosal têm uma potência instalada de 55 MW, e a data prevista de entrada em operação é dezembro de 1999.

Até dezembro de 1998, a escavação do túnel de adução já atingia a marca dos 2.982 metros, cerca de 63,5% de seu total (4.689 m). Este túnel levará a tomada

d'água (a 555 m) até a casa de força (a 360 m), onde inclusive as escavações a céu aberto foram concluídas.

Outro empreendimento relevante do Grupo Rede na geração é a construção da Usina Hidroelétrica Luiz Eduardo Magalhães (antiga UHE Lageado), com potência instalada de 850 MW, localizada no Rio Tocantins – Estado do Tocantins.

Até dezembro de 1998, como etapas importantes podemos destacar:

- Conclusão do desvio do rio referente primeira etapa.
- Instalações do canteiro de obras – Administrativa e Industrial
- Assinatura dos principais contratos de construção civil, fabricação e montagem dos equipamentos eletro-mecânicos .
- Elaboração do Projeto Executivo.

O término da obra está previsto para janeiro de 2002, meta esta que já foi ratificada através da aprovação do Projeto Básico junto à Aneel, conforme Resolução nº 352 publicada no Diário Oficial da União de 13 de novembro de 1998.

- Demonstramos, conforme segue, a composição do Faturamento de Energia Elétrica, por classe de consumo e respectivo número de consumidores :

CLASSES DE CONSUMO	1.998			1.997		
	Nº. de Consum.	MW h	R\$ Mil	Nº. de Consum.	MWh	R\$ Mil
Residencial	100.189	216.593	34.898	97.548	209.178	33.065
Industrial	1.473	113.442	12.592	1.390	97.556	10.703
Comércio, Serv.e Outr.	9.634	78.238	11.351	9.345	71.555	10.300
Rural	6.783	81.803	6.288	5.868	84.416	6.319
Poderes Públicos	1.193	19.120	2.623	1.175	18.557	2.464
Ilum.Pública	44	47.507	3.849	44	49.005	3.761
Serviço Público	220	28.790	2.771	215	29.088	2.718
(=)Fornec. Faturado				115.585	559.355	69.330
(+)Fornec. não Fatur			677			558
(=)Fornec. En. Elétr.	119.536	585.493		115.585	559.355	69.888
(-) ICMS s/Forn. Fat..			(12.819)			(11.920)
Total			62.230			57.968

88FEAF

- Demonstração do Valor Adicionado

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em Milhares de Reais)

	1998	1997
1 – GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de Vendas de Energia e Serviços	76.047	70.856
Receitas não Operacionais	5.130	60.700
Menos:		
Insumos		
Custo de Energia Comprada	(23.748)	(21.744)
Serviços de Terceiros	(4.534)	(4.748)
Materiais	(961)	(1.001)
Outros Custos Operacionais	(561)	(351)
2 – VALOR ADICIONADO BRUTO	51.373	103.712
Quotas de Reintegrações	(4.371)	(3.033)
3 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	47.002	100.679
Resultado de Equivalência Patrimonial	19.549	18.810
Receitas Financeiras (Transferências)	34.544	14.927
4 – VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	101.095	134.416
5 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do Trabalho	7.001	6.644
Governos:		
(Impostos, taxas e contribuições)	17.252	17.627
Juros	62.109	14.822
Aluguéis	2.361	2.158
Juros s/ Capital Próprio/Dividendos	2.939	22.127
Lucros Retidos	9.433	71.038
	101.095	134.416

- Balanço Social

1.Bases de Cálculo	1998 (R\$ Mil)			1997 (R\$ Mil)		
1.1- Faturamento Bruto		76.047			70.856	
1.2- Lucro Operacional		6.244			16.731	
1.3- Folha de Pagamento Bruta		7.070			7.087	
2.Indicadores Laboriais	Valor	% s/ Folha	% s/ Lucro	Valor	% s/ Folha	% s/ Lucro
	(R\$ Mil)	Pagto. Bruta	Operacional	(R\$ Mil)	Pagto. Bruta	Operacional
2.1- Alimentação.	260	3,7	4,2	232	3,3	1,4
2.2- Encargos Sociais Compulsórios	1.838	26,0	29,4	1.863	26,3	11,1
2.3- Previdência Privada	277	3,9	4,4	246	3,5	1,5
2.4- Saúde	249	3,5	4,0	1	0,0	0,0
2.5- Educação.	40	0,6	0,6	33	0,5	0,2
2.6- Particip.Trabalh. nos Lucros ou Result						
2.7- Outros Benefícios	498	7,0	8,0	580	8,2	3,5
Total – Indicadores Laboriais	3.162	44,7	50,6	2.955	41,8	17,7
3.Indicadores Sociais	Valor	% s/ Folha	% s/ Lucro	Valor	% s/ Folha	% s/ Lucro
	(R\$ Mil)	Pagto. Bruta	Operacional	(R\$ Mil)	Pagto. Bruta	Operacional
3.1- Impostos (excluídos encargos sociais)	15.168	19,9	242,9	15.544	21,9	92,9
3.2- Contrib.p/a Socied./Invest.na Cidadania	47	0,1	0,8	70	0,1	0,4

3.3- Investimentos em Meio Ambiente..						
Total Indicadores Sociais	15.215	20,0	243,7	15.614	22,0	93,3
4.Indicadores do Corpo Funcional	1998			1997		
4.1- N° de empregados ao final do período		319			331	
4.2- N° de admissões durante o período		33			35	

- Fluxo de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro:

(Em Milhares de Reais)

	<u>1.998</u>	<u>1.997</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do Exercício	12.373	93.165
Receita (despesa) que não afetam o Capital Circulante:		
Depreciação e Amortização	4.371	3.033
Variação Monetária e Cambial a Longo Prazo	38.644	1.548
Resultado de Participações Societárias	(19.783)	(18.810)
Baixa de Investimentos	508.105	5.609
Baixa de Imobilizado	484	397
Amortização de Deságio/Ágio	233	
Ganho de Capital	(916)	(60.637)
Outros		33
	<u>543.511</u>	<u>24.338</u>
Variações no Ativo / Passivo Circulante		
Consumidores e Revendedores	(2.366)	(1.822)
Rendas a Receber	(9.769)	(4.896)
Devedores Diversos	(3.847)	(5.342)
Títulos a Receber	1.490	(45)
Valor a Receber	120.000	(120.000)
Fornecedores	1.392	(1.451)
Encargos de Dívidas	(76)	3.500
Tributos e Contribuições Sociais	(1.715)	(10)
Juros s/ o Capital Próprio e Dividendos Propostos	(19.188)	17.880
Empréstimos e Financiamentos	(8.797)	52.857
Obrigações Estimadas	(493)	(1.199)
Outros	(863)	1.553
	<u>75.768</u>	<u>(58.975)</u>
Aplicações no Realizável a Longo Prazo	<u>(28.420)</u>	<u>1.224</u>
Redução Exigível a Longo Prazo	<u>(491.949)</u>	<u>(34.842)</u>
Total das Atividades Operacionais	<u>98.910</u>	<u>(68.255)</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adições ao Imobilizado	(30.328)	(10.466)
Adições ao Investimento	(363.342)	(265.812)
Contribuições do Consumidor e Doações	1.447	764
Dividendos Recebidos	1.427	2.409
Total das Atividades de Investimento	<u>(390.796)</u>	<u>(273.105)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de Capital	-	43.750
Recursos Destinados a Aumento de Capital	114.407	-
Novos Financiamentos	204.504	328.696
Ações em Tesouraria	-	(38)
Juros s/Capital Próprio e Dividendos Propostos	(2.939)	(27.945)
Total das Atividades de Financiamento	<u>315.972</u>	<u>344.463</u>
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA	<u>24.086</u>	<u>3.103</u>
Saldo Inicial de Caixa	38.320	35.217
Saldo final de Caixa	62.406	38.320
VARIAÇÃO	<u>24.086</u>	<u>3.103</u>

- Devemos ainda destacar como fato relevante, em 1998, o "Instrumento Particular de Venda e Compra de Participações Societárias, Assunção de Dívidas e Outras Avenças", mediante o qual a participação que a VALE detinha na Centrais Elétricas Matogrossenses S/A – CEMAT e em outras sociedades controladas foi alienada para a Caiuá Serviços de Eletricidade S/A – CAIUÁ, em condições comutativas, no dia 30 de junho de 1998.
- Deve-se registrar que o objetivo desta operação visa consolidar o processo de crescimento do grupo, no projeto de ampliação e expansão. Assim, a Administração da VALE, em conjunto com outras sociedades do grupo, resolveram concentrar na CAIUÁ as participações societárias de várias empresas detidas pela VALE, a qual passa a exercer controle indireto sobre as mesmas, através da CAIUÁ.
- Este processo de reestruturação societária foi aprovada pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, através da Resolução 196 de 25 de junho de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 26 de junho de 1998.
- Através da Resolução 366 de 20 de novembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União em 23 de novembro de 1998, a ANEEL aprovou o reagrupamento das concessões de distribuição de energia elétrica e respectivas instalações de transmissão de âmbito próprio, em uma única área de concessão.
- E a Portaria Ministerial das Minas e Energia de nº 524, de 01 de dezembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 03 de dezembro de 1998, prorroga a concessão de distribuição de energia elétrica, reagrupada conforme Resolução acima mencionada, pelo prazo de vinte anos contados a partir de 08 de julho de 1995, renováveis por igual período.
- Como evento subsequente ocorrido, podemos destacar a assinatura do Contrato de Concessão de Geração e de Distribuição de Energia Elétrica, em 03 de fevereiro de 1999, com a Agência Nacional de energia Elétrica – ANEEL, cujas concessões foram prorrogadas, conforme relatado em comentários anteriores.

E, para finalizar, queremos expressar os nossos agradecimentos a todos os Acionistas, aos nossos Consumidores, aos Governos Federal, Estadual e Municipais, aos Fornecedores, bem como à dedicação de todos os empregados.

A DIRETORIA

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ GIORGI JÚNIOR	- Presidente
JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR	- Conselheiro
ALBERTO JOSÉ RODRIGUES ALVES	- Conselheiro
JOÃO CARLOS RELA	- Conselheiro
NATAL MAURI	- Conselheiro
FERNANDO ARTIGAS GIORGI	- Conselheiro
GILBERTO CARLOS MORENO	- Conselheiro

MEMBROS DA DIRETORIA

JORGE QUEIRÓZ DE MORAES JÚNIOR	- Diretor Presidente
SEBASTIÃO BIMBATI	- Diretor Financeiro e de Relações com o Mercado
GILBERTO CARLOS MORENO	- Diretor de distribuição
JOSÉ ALBERTO ARTIGAS GIORGI	- Diretor de Produção e Transmissão

LAUDO VOTA BRANCATO
CARLOS PADOVAN

- Diretor Administrativo
- Diretor gerente

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

MANOEL MARGATHO FILHO	Conselheiro
JOSÉ TADEU RODRIGUES PENTEADO	Conselheiro
CARLOS AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA	Conselheiro
ALBERTO FERRARI	Suplente
MARCOS JOÃO SCHMIDT	Suplente
MARCOS FERRAZ DE PAIVA	Suplente

Atsushi Nakatsu - Contador
CRC-1SP094526/0-9

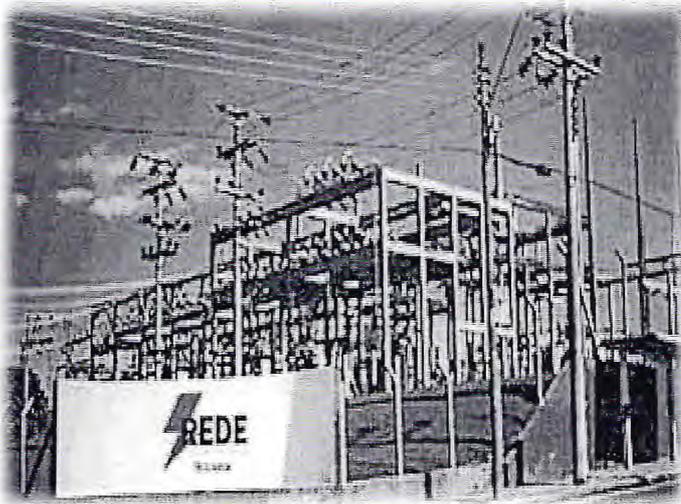
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós membros do Conselho Fiscal da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A, tendo examinado o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 1998, bem como seus anexos, Demonstrações de Resultados, Capital Circulante Líquido, Origens e Aplicações de Recursos, Mutações do Patrimônio Líquido, concluímos que as peças refletem plenamente a situação econômica financeira da Companhia, assim recomendamos aos senhores acionistas sua aprovação em Assembléia Geral.

O CONSELHO FISCAL

ANEXO C - NACIONAL

A **Nacional**, sucessora da Empresa Elétrica de Catanduva, nasceu



praticamente com aquela cidade em 1917, quando o seu fundador - Gataz Neme Maluf - conseguiu uma concessão municipal para distribuir energia elétrica na então Vila Adolpho. Como muitos outros, o povoado originou-se em 1910, com a chegada da Estrada de Ferro Araraquarence, vetor do desenvolvimento que, com os novos atores da cultura cafeeira, trouxeram à região inúmeras construções e intensa

atividade comercial

Nos primeiros anos de atividade na prestação de serviços à comunidade o fornecimento de energia elétrica era feito com a utilização de moto-geradores a óleo diesel, e o atendimento era efetivamente precário. A partir daí, foram efetuados estudos e pesquisas para a construção de uma usina hidrelétrica, no rio Ribeirão dos Porcos, nas terras da fazenda "Mar de Hespanha", hoje localizada na divisa dos municípios de Itápolis e Borborema. Mas, só em 1921, Gataz associou-se ao industrial paulista Miguel Estefno, que trouxe à empresa o capital necessário à construção da usina.

Em 1923, após a inauguração e início da operação da usina, posteriormente denominada Usina Hidrelétrica Reynaldo Gonçalves, é que a empresa começou a expandir sua área de atuação adquirindo a concessão para o fornecimento de energia elétrica a outras cidades. Ao longo dos anos a **Nacional** seguiu investindo na aquisição de máquinas e equipamentos e na construção de linhas de transmissão, subestações e redes de distribuição, de forma a poder prestar um bom atendimento e garantir a qualidade de seus serviços.

Em 1984, a **DENERGE** adquire a **Nacional**, que passa a integrar o Grupo de concessionárias formado, até então, pela **Bragantina** e pela **Vale Paranapanema**.

Hoje, a **Nacional** possui uma área de concessão de 4.500 km², servindo a 15 municípios da região de Catanduva e Novo Horizonte, Estado de São Paulo.

A atividade econômica de Catanduva e demais municípios vizinhos está baseada, principalmente, no cultivo da laranja e da cana-de-açúcar. Esse fato propiciou o desenvolvimento de indústrias de extração de suco de laranja e usinas de açúcar e álcool. Além desses, a produção de café solúvel e a fabricação de ventiladores são outros segmentos de atividade industrial também presentes na região.

Neste cenário são famosas as festas do Peão Boiadeiro, atividade que já faz parte das tradições e da cultura local.

COMPANHIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA
ENDEREÇO SEDE : AV. PAULISTA, 2439 - 4º ANDAR
CERQUEIRA CÉSAR - SÃO PAULO - SP - CEP. 01311-936
TELEFONE : (011) 3060-9588 FAX : (011) 3064-0989
CGC : 61.416.244/0001-44 INSCRIÇÃO ESTADUAL : 108.214.144.118
ENDEREÇO REGIONAL (ALMOXARIFADO) : AV. MIGUEL ESTEFNO, 622
VILA PAULISTA - CATANDUVA - SP CEP. 15800-000
TELEFONE : (017) 522-6175 FAX : (017) 522-6642
CGC : 61.416.244/0005-78 INSCRIÇÃO ESTADUAL : 108.214.144.118
FICHA DE INSCRIÇÃO NO CCM - SÃO PAULO - SP N.º 8.127.391-6

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1.998 E 1.997
(Em Milhares de Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A atividade operacional da Companhia concentra-se na produção, transformação e distribuição de energia elétrica, nos termos da legislação em vigor, nas áreas de sua concessão legal, que correspondem a 3.453 quilômetros quadrados abrangendo 12 municípios da região de Catanduva; regulamentada e fiscalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério das Minas e Energia.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis, foram elaboradas de acordo com a Lei 6404/76, bem como das diretrizes do Poder Concedente, no que se refere as empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica. A sistemática de reconhecimento dos efeitos inflacionários vigentes até 31 de dezembro de 1995 foi extinta pela Lei 9249/95. Dessa forma, as demonstrações contábeis são apresentadas de acordo com a legislação societária.

Para melhor comparabilidade das demonstrações contábeis, foram efetuadas reclassificações nos saldos de 1997. Essas reclassificações foram efetuadas basicamente em função da utilização, no exercício de 1998, do novo plano de contas do serviço público de energia elétrica, conforme Resolução 01/97 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. As reclassificações ocorridas no imobilizado foram basicamente a segregação de valores dos ativos consoante a sua natureza, principalmente de produção e distribuição, e encontra-se evidenciado na nota 6. As demais contas foram reclassificadas no balanço patrimonial, como segue:

	Divulgação	1997
	Anterior	Reclassificado
ATIVO		
Realizável a Longo Prazo		
Empresas Relacionadas	27.446	28.051
PASSIVO		
Exigível a Longo Prazo		
Empresas Relacionadas	-	605

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os principais critérios adotados para elaboração das demonstrações contábeis foram:

- a. A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída por montante considerado suficiente para cobrir as possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos vencidos;
- b. O almoxarifado registra o material em estoque destinado à manutenção do serviço público de energia elétrica avaliados pelo custo médio. Os materiais em estoque destinados à imobilização estão registrados no ativo permanente como imobilizações em curso,
- c. O investimento em empresa equiparada a coligada foi avaliada pelo método de equivalência patrimonial até o momento da alienação, e os demais ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995;
- d. O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de reavaliação espontânea e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. Em função do disposto nas Instruções Gerais nº 35 e 36 do plano de contas do serviço público de energia elétrica, os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicado no imobilizado em curso, estão registrados nesse subgrupo como custo. O juros sobre o capital próprio são calculados em função da variação das Taxas de Juros de Longo Prazo – TJLP, sendo creditado diretamente a uma reserva de capital.

A depreciação correspondente é calculada pelo método linear (taxa média de 4,3% ao ano), mediante aplicação das taxas permitidas para as concessionárias de energia elétrica, de acordo com a Resolução 002 de 24 de dezembro de 1997 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL ;

- e. Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para o imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional específico. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 8% do lucro líquido ajustado antes do imposto de renda.

NOTA 4 - CONSUMIDORES E REVENDEDORES

	<u>1998</u>	<u>1997</u>
Residencial	1.386	973
Industrial	684	511
Comercial, Serviços e O. Atividades	422	360
Rural	107	107
Poder Público	182	163
Serviço Público	329	163
Iluminação Pública	302	127
Outros	82	70
Fornecimento não Faturado	1.579	1.090
TOTAL	<u>5.073</u>	<u>3.564</u>

NOTA 5 - EMPRESAS RELACIONADAS

	<u>1.998</u>	<u>1.997</u>
ATIVO – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		

Caiuá Serviços de Eletricidade S.A	27.644	4.095
Empresa de Eletric.Vale Paranapanema S.A	-	6.416
Empresa Elétrica Bragantina S.A	1.391	6.756
Cia. de Energia Elétr.do Estado do Tocantins	-	9.709
Companhia Força e Luz do Oeste	27	-
Celtins Energética S.A	-	848
Outras	208	227
	29.270	28.051
PASSIVO – EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Empresa de Eletr. Vale Paranapanema S.A	1.661	-
Companhia Força e Luz do Oeste	-	605
	1.661	605

NOTA 6 – INVESTIMENTOS

	1.998	1.997
Participações Societárias Permanentes :		
Cia.En. Elétr.do Estado do Tocantins-Celtins..	-	5.118
Cia. de Eletricidade Nova Friburgo	7.511	-
Outros	1.022	682
	8.533	5.800

A participação acionária avaliada pelo método de equivalência patrimonial na Cia. de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – Celtins, foi alienado em 30 de setembro de 1998, gerando um resultado de equivalência patrimonial de R\$ 144, até a mencionada data (R\$ 122 em 1997).

NOTA 7 - IMOBILIZADO

Está representado como segue:

	1.998	1.997
EM SERVIÇO		
Produção	4.504	4.504
Distribuição	72.791	71.644
Outros	3.142	3.156
Depreciação Acumulada	(38.431)	(34.554)
	42.006	44.750
EM CURSO		
Distribuição	2.055	1.409
TOTAL DE ATIVO IMOBILIZADO.....	44.061	46.159

NOTA 8 – DOS BENS VINCULADOS À CONCESSÃO

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo os mesmos serem retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão do Poder Concedente.

NOTA 9 – DAS CONCESSÕES

Através da Resolução nº 363 de 20 de novembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União em 23 de novembro de 1998, a ANEEL aprovou o reagrupamento das concessões de distribuição de energia elétrica e respectivas instalações de transmissão de âmbito próprio, em uma única área de concessão.

A Portaria Ministerial das Minas e Energia de nº 526 de 01 de dezembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 03 de dezembro de 1998, prorroga a concessão de distribuição de energia elétrica reagrupada conforme Resolução acima mencionada, pelo prazo de vinte anos, contados a partir de 08 de julho de 1995, renováveis por igual período.

NOTA 10 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	1998		1997	
	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo
Moeda Nacional	1.555	1.023	1.803	2.122
	1.555	1.023	1.803	2.122

Em 31 de dezembro de 1998, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos a longo prazo, têm os seguintes vencimentos :

2.000	534
2.001	253
2.002	208
2.003	28

Moeda Nacional

Para aquisição de imobilizado e capital de giro, sujeitos a correção monetária e encargos que variam de 9,5% a 12% a.a.. A data final do vencimento é junho de 2.003.

Garantia

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, notas promissórias e avais de acionistas controladores.

NOTA 11 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS:

Estão representadas pelas seguintes parcelas:

	1998	1997
Reversão	1.879	1.879
Contribuição do Consumidor	4.907	4.412
Outras	1.087	528
	7.873	6.819

Estas obrigações especiais são vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica e sua eventual liquidação ocorrerá segundo determinações do Poder Concedente. Sobre o saldo da reversão incide juros de 5% ao ano. Face a

natureza dessas obrigações não devem ser considerados como exigibilidades para fins de cálculo de Indicadores Econômico-Financeiros.

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social da Companhia é de R\$ 25.590, representado por ações sem valor nominal assim distribuídas:

Espécie/Classe:	Quantidade de Ações	
	1.998	1.997
Ações Ordinárias	1.926.895	1.926.895
Ações Preferenciais	438.281	438.281

b) Dividendos

O Estatuto prevê a distribuição de 25% no mínimo do lucro líquido ajustado, observado o disposto no Art.7º. letra "a".

Art.7º. As ações preferenciais, inconversíveis em ações ordinárias, não terão direito a voto e gozarão das seguintes vantagens:

a) prioridade no recebimento de um dividendo fixo, não cumulativo de 10% a.a., sobre o valor da parcela proporcional do capital social que as represente.

c) Reservas de Capital e Reservas de Lucros

	1.998	1.997
<u>RESERVAS DE CAPITAL</u>		
Doações e Subvenções para Investimentos	575	232
Remun. de Bens e Dir. Const. c/ Capital Próprio	258	91
<u>RESERVAS DE LUCROS</u>		
Reserva Legal	613	284
Reserva Obrig. de Dividendo não Distribuídos	26	26
	639	310

d) Cálculo dos Dividendos Propostos

Preferenciais Nominativas

Capital Social 31/12/98 (R\$ mil)	25.590
% sobre o Capital	x 10%
(R\$ mil)	2.559
Nº. Total de Ações do Capital (em mil)	2.365,176
=Valor Dividendo por Ação	R\$ 1,09

Ordinárias Nominativas

Lucro Líquido no Exercício (R\$ mil)	6.585
(-) Reserva Legal (5%) (R\$ mil)	329
= Lucro Líquido Após Reserva Legal (R\$ mil)	6.256
% sobre o Lucro	x 25%
(R\$ mil)	1.564
(-) Dividendos Propostos p/ PN (R\$ mil)	478
(R\$ mil)	1.086
Nº. Total Ações ON (em mil)	1.926,895
=Valor Dividendo por Ação	R\$ 0,57

Resumo:	Quantidade de Ações	Dividendo Por Ação	Dividendos Propostos (R\$ mil)	(-) Juros s/ Cap. Próprio (R\$ mil)	Dividendos a Pagar (R\$ mil)
Preferenciais	438.281	1,09	478	223	255
Ordinárias	1.926.895	0,57	1.098	983	115

NOTA 13 – PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO

A Cia. Nacional de Energia Elétrica. mantém um plano de suplementação de aposentadorias e pensões aos seus funcionários, cuja administração é feita pela Fundação Rede de Seguridade, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. O regime de financiamento da suplementação da aposentadoria por tempo de serviço, por velhice e especial é o de capitalização.

O financiamento da suplementação da aposentadoria por invalidez e da pensão por morte é o de repartição de capitais de cobertura. Para a suplementação de auxílio-doença e pecúlio por morte, é o de repartição simples. O plano de benefícios está estruturado na forma de benefício definido. As contribuições das patrocinadoras e dos participantes são mensuradas por processo atuarial, expressas em percentual sobre os salários dos participantes. As reservas técnicas estão totalmente cobertas, havendo superávit acumulado, conforme parecer atuarial relativo a 31 de dezembro de 1998. As contribuições da Companhia durante o ano de 1998 totalizaram R\$ 146.

NOTA 14 – BUG DO ANO 2.000

A Companhia está mobilizando suas estruturas para adequação dos sistemas eletrônicos, visando o correto processamento das operações em datas posteriores ao ano 1999, tendo criado um Comitê com representantes das diversas áreas da Companhia e demais empresas do Grupo Rede, com responsabilidades e funções definidas, segundo cronograma de trabalho:

26/01/99 – Planejamento

15/02/99 – Conclusão do Inventário de todos os equipamentos e softwares

27/04/99 – Implantação

30/04/99 – Testes

30/05/99 – Plano de Contingências

22/06/99 – Prazo para finalização do processo "Bug do ano 2000".

Enfim, todas as providências estão sendo tomadas no nível interno, bem como externo à empresa, junto a clientes, fornecedores e demais entidades com os quais nos relacionamos.

NOTA 15 – EVENTOS SUBSEQÜENTES

- a. Mudança na Política Cambial: Como é de conhecimento público, no final da 1ª quinzena de janeiro de 1999, o Banco Central do Brasil alterou a política cambial, extinguindo a denominada banda cambial, pela qual administrava a margem de flutuação do real em relação ao dólar norte-americano, deixando ao mercado a livre negociação da taxa de câmbio. Como consequência, o Real sofreu expressiva desvalorização frente ao dólar norte americano. Em 31 de dezembro de 1998 a Companhia não possuía exposição de ativos e passivos indexados ao dólar norte americano.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos aos Senhores Acionistas as Demonstrações Contábeis encerradas no exercício de 1998, bem como os principais destaques ocorridos:

- Ao final do exercício, estávamos atendendo 69.594 consumidores, significando um acréscimo de 2.509 novos consumidores, o que representou um crescimento de 3,74% em relação a dezembro de 1997.
- Fornecemos 355.792 MWh de energia em 1998, contra 346.325 MWh do ano de 1997, o que representou um acréscimo de 2,7%.
- A Demanda máxima requerida do sistema no ano de 1998 foi de 80.950 KW, contra 80.188 KW, significando um acréscimo de 0,95%.
- Encerramos o ano de 1998 com 8,1% de Perdas do Sistema.
- A Receita Operacional Bruta evoluiu de R\$ 43.636 mil em dezembro de 1997 para R\$ 46.562 mil em dezembro de 1998.
- O Lucro Líquido do exercício de 1998 foi de R\$ 6.585 mil, proporcionando uma rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido de 9,69%.
- Destacamos a seguir as principais obras realizadas no exercício de 1998:
 - Substituição de transformador de potência 145 KV na Subestação de Borborema;
 - aquisição de 01 medidor de fator de potência de isolamento modelo MP-2500;
 - substituição e implantação de postes para a construção de 02 alimentadores na rede;
 - instalação de 300 luminárias VM 125 W para atender o município;
 - instalação estrutura e chaves seccionadoras 69KV da LT 69 KV de Catanduva;
 - substituição de transformadores na rede de Catanduva;
 - implantação e substituição de postes e condutores AT na rede de distribuição de Catanduva;
 - ampliação de Bay's de distribuição 13,8 KV na subestação 138/69/34,5/13,8 KV de Catanduva.
 - Demonstramos, conforme segue, a composição do Faturamento de Energia Elétrica por classe de consumo e respectivo número de consumidores:

CLASSES DE CONSUMO	1.998			1.997		
	Nº.de Consum.	MWh	R\$ Mil	Nº.de Consum.	MWh	R\$ Mil
Residencial	58.363	140.164	22.941	56.082	135.192	21.234
Industrial	1.202	75.245	7.834	1.238	71.190	7.350
Comércio, Serv.e Outr.At.	5.950	53.438	7.282	5.775	50.268	6.559
Rural	3.334	34.891	2.349	3.283	34.664	2.279
Poderes Públicos	582	8.997	1.304	559	8.780	1.146
Iluminação Pública	27	25.975	2.113	23	28.277	2.164
Serviço Público	136	17.082	1.637	125	17.954	1.584
Sub-Total	69.594	355.792	45.460	67.085	346.325	42.316
(+)Fornec. Não Faturado			490			545
Sub-Total	69.594	355.792	45.950	67.085	346.325	42.861
(-) ICMS s/ Fornec. Fat.			(8.372)			(7.708)
Total			37.578			35.153



Demonstração do Valor Adicionado:

	(Em Milhares de Reais)	
	1998	1997
1 – GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de Vendas de Energia e Serviços	46.562	43.636
Receitas não Operacionais	(207)	29
Menos:		
Insumos		
Custo de Energia Comprada	(14.344)	(13.069)
Serviços de Terceiros	(2.739)	(2.831)
Materiais	(426)	(382)
Outros Custos Operacionais	(388)	(296)
2 – VALOR ADICIONADO BRUTO	28.458	27.087
Quotas de Reintegrações	(1.753)	(1.185)
3 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	26.705	25.902
Resultado de Equivalência Patrimonial	144	122
Receitas Financeiras (Transferências)	751	869
4 – VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	27.600	26.893
5 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do Trabalho	4.202	3.854
Governos:		
(Impostos, taxas e contribuições)	14.452	14.007
Juros	1.472	1.624
Aluguéis	889	1.722
Juros s/ Capital Próprio/Dividendos	1.576	1.364
Lucros Retidos	5.009	4.322
	27.600	26.893

- Balanço Social:

BALANÇO SOCIAL						
1. Bases de Cálculo	1998 (R\$ MIL)			1997 (R\$ MIL)		
1.1- Faturamento Bruto	46.562			43.636		
1.2- Lucro Operacional	8.911			9.324		
1.3- Folha de Pagamento Bruta	2.735			3.194		
2. Indicadores Laboriais	1998			1997		
	Valor (R\$ MIL)	% s/ Folha Pgto. Bruta	% s/ Lucro Operacional	Valor (R\$ MIL)	% s/ Folha Pgto. Bruta	% s/ Lucro Operacional
2.1- Alimentação	63	2,3	0,7	77	2,4	0,8
2.2- Encargos Sociais Compulsórios	700	25,6	7,9	817	25,6	8,8
2.3- Previdência Privada	146	5,3	1,6	129	4,1	1,4
2.4- Saúde	101	3,7	1,1		0,0	0,0
2.5- Educação	49	1,8	0,6	10	0,3	0,1
2.6 Participação Trabalh. Nos Lucros ou Result	0			0		
2.7- Outros Benefícios	213	7,8	2,4	285	8,9	3,1
Total Indicadores Laboriais	1.272	46,5	14,3	1.318	41,3	14,2
3. Indicadores Sociais	Valor (R\$ MIL)	% s/ Fat Bruto	% s/ Lucro Operacional	Valor (R\$ MIL)	% s/ Fat Bruto	% s/ Lucro Operacional
3.1- Impostos (excluídos encargos sociais)	13.557	29,1	152,1	13.005	29,8	139,5
3.2 Contrib.p/ Societ./ Investimentos na Cidadania	74	0,2	0,8	36	0,1	0,4
3.3- Investimentos em Meio Ambiente	0	0				
Total Indicadores Sociais	13.631	29,3	152,9	13.041	29,9	139,9

4. Indicadores do Corpo Funcional	1998			1997		
4.1- Nº de empregados ao final do período		133			138	
4.2- Nº de admissões durante o período		12			11	

- Fluxo de Caixa para o exercício findo em 31 de dezembro:

Em milhares de Reais	1.998	1.997
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do Exercício	6.585	5.686
Receita (despesa) que não afetam o Capital Circulante:		
Depreciação e Amortização	1.753	1.185
Varição Monetária e Cambial a Longo Prazo	248	(20)
Resultado de Participações Societárias	(144)	(122)
Baixa de Investimentos	5.262	
Baixa de Imobilizado	523	429
Outros		31
	14.227	7.189
Variações no Ativo / Passivo Circulante		
Consumidores e Revendedores	(1.510)	(748)
Titulos a Receber	1.268	(146)
Fornecedores	16	358
Encargos de Dívidas	(181)	(120)
Tributos e Contribuições Sociais	363	270
Empréstimos e Financiamentos	(247)	(2.472)
Obrigações Estimadas	(1.623)	367
Outros	(36)	(190)
	(1.950)	(2.681)
Aplicações no Realizável a Longo Prazo	(3.472)	(896)
Aumento (Redução) Exigível a Longo Prazo	1.596	(400)
Total das Atividades Operacionais	10.401	3.212
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adições ao Imobilizado	(2.550)	(2.673)
Adições ao Investimento	(7.525)	(9)
Contribuições do Consumidor e Doações	1.054	511
Dividendos Recebidos	16	-
Total das Atividades de Investimento	(9.005)	(2.171)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Novos Financiamentos	278	66
Juros s/Capital Próprio e Dividendos Propostos	(1.576)	(1.364)
Total das Atividades de Financiamento	(1.298)	(1.298)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA	98	(257)
Saldo Inicial de Caixa	327	584
Saldo final de Caixa	425	327
VARIAÇÃO	98	(257)

- Podemos destacar ainda em 1998, como fato relevante, o Instrumento Particular de Venda e Compra de Participações Societárias, Assunção de Dívidas e Outras Avenças, mediante a qual, o controle da Companhia Nacional de Energia Elétrica que era detido pela Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/ A . foi alienada para Caiuá Serviços de Eletricidade S/A . Esta transferência societária foi aprovada pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica através da Resolução 196 de 25 de Junho de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 26 de Junho de 1998.

- Através da Resolução 363 de 20 de Novembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União em 23 de Novembro de 1998, a ANEEL- Agência Nacional de Energia Elétrica aprovou o reagrupamento das concessões de distribuição de energia elétrica e respectivas instalações de transmissão de âmbito próprio, em uma única área de concessão.
- E a Portaria Ministerial das Minas e Energia de nº 526 de 01 de Dezembro de 1998 publicada no Diário Oficial da União de 03 de Dezembro de 1998, a concessão de distribuição de energia elétrica reagrupada na Resolução acima mencionada, pelo prazo de vinte anos, contados a partir de 08 de Julho de 1995, renováveis por igual período.
- Como evento subsequente, devemos destacar a assinatura do Contrato de Concessão de Distribuição, ocorrido em 03 de Fevereiro de 1999, com a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.
- E, para finalizar, queremos expressar os nossos agradecimentos a todos os Acionistas, aos nossos Consumidores, aos Governos Federal, Estadual e Municipais, aos Fornecedores, bem como à dedicação de todos os empregados.

A DIRETORIA



MEMBROS DA DIRETORIA

JORGE QUEIRÓZ DE MORAES JÚNIOR	- Diretor Presidente
ALBERTO JOSÉ RODRIGUES ALVES	- Diretor Vice Presidente Executivo
PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES	- Diretor
CARLOS PADOVAN	- Diretor
SEBASTIÃO BIMBATI	- Diretor
OSMAR JOSÉ VICCHIATTI	- Diretor
ISMAR AUGUSTO PROCÓPIO DE OLIVEIRA	- Diretor

Atsushi Nakatsu - Contador
CRC-1SP094526/0-9

ANEXO D - CAIUÁ SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A

Em Presidente Prudente, cidade que tem raízes ligadas à expansão da cultura cafeeira e à penetração dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana, está a sede da Caiuá. Ao longo daquela ferrovia multiplicaram-se núcleos urbanos como as Vilas Goulart e Marcondes e ambas deram origem, em 1923, ao município de Presidente Prudente.



Os serviços de energia elétrica local tiveram início em 1924, com a Cia. Marcondes de Colonização Indústria e Comércio seguindo, anos depois, com a Empresa Elétrica de Presidente Prudente Ltda. que juntas,

em 2 de janeiro de 1929, formaram a Companhia "Electrica Cayuá".

A partir de então, a empresa passou a acompanhar, participar e impulsionar o desenvolvimento do município e da região. A inauguração e início de operação das Usinas Laranja Doce em 1930, e Quatiara em 1941, deram condições ao crescimento da empresa permitindo-lhe atender a crescente demanda por energia elétrica.

Ao longo dos anos a Caiuá foi expandindo seus serviços, realizando investimentos em seu sistema de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, oferecendo a infraestrutura necessária ao desenvolvimento econômico local.

Em 1966, a empresa promoveu a abertura de seu capital passando a ter suas ações cotadas e negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo e em 83, ganhou a denominação social de Caiuá Serviços de Eletricidade S.A.

Em 1985, a Caiuá adquirida pela DENERGE e passa a fazer parte do grupo de concessionárias então formado pela Bragantina, Vale Paranapanema e Nacional.

Hoje, a Caiuá atua em uma área de concessão de 9.150 km² abrangendo 22 municípios da Alta Sorocabana no Estado de São Paulo.

Dentre as atividades econômicas da região podemos hoje destacar o setor industrial, bastante diversificado, abrangendo os ramos de alimentos, bebidas, calçados, plásticos, frigorífico, têxtil, eletrônico, entre outros. A estrutura agrária foi organizada em função das pequenas e grandes propriedades visando desenvolver um programa específico de integração agroindustrial, com destaque para as culturas do café, algodão, milho, feijão e, especialmente, batata-doce da qual Presidente Prudente tornou-se o maior produtor do Estado de São Paulo. Paralelamente à produção agrícola, a criação de gado bovino consiste numa das mais expressivas atividades da região.

DADOS CADASTRAIS

Endereço Sede : Av.Paulista, 2439 5º andar
01311-936 - São Paulo - SP

Telefone : (011) 3060-9588 Fax : (011) 3064-0989
CGC : 61.584.140/0001-49 Inscrição Estadual : 108.404.662.116
Endereço Regional : Rodovia SP 425,km 455 + 600m
19055-000 - Presidente Prudente - S.P
Telefone : (018) 221-3022 Fax : (018)2 21-7017
CGC : 61.584.140/0025-16 Inscrição Estadual : 108.404.662.116
Ficha de Inscrição no CCM - São Paulo - S.P. N.º 1.062.123-7

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Temos a grata satisfação de apresentar aos Senhores Acionistas as Demonstrações Contábeis encerradas no ano de 1998, bem como alguns fatos que marcaram a empresa durante o exercício, sejam no âmbito interno ou externo.

No Setor Elétrico, os principais acontecimentos foram:

Em 31 de março de 1998, através da Resolução 94, a ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica passou a estabelecer conceitos, definições e limites de atuação dos agentes no setor de energia. O ingresso de novos agentes no setor de energia elétrica, em decorrência do processo de privatização do controle acionário das empresas titulares de concessão, permissão ou autorização de energia elétrica, e o processo de licitação de novas concessões geraram um contexto que exigiu a existência de uma agência reguladora. Seus principais objetivos são propiciar condições para uma efetiva concorrência e impedir a concentração econômica nos serviços e atividades de energia elétrica.

Através do Decreto Estadual 43.036, de 14 de abril de 1998, foi firmado um Convênio de Cooperação e de Descentralização de Atribuições, mediante delegação de atividades complementares, celebrado entre a ANEEL e a CSPE - Comissão de Serviços Públicos de Energia do Estado de São Paulo.

Alterações substanciais ocorreram com a publicação da Lei 9.648, de 28 de maio de 1998. Entre elas, mediante autorização da ANEEL, tornaram-se possíveis os seguintes atos:

- aproveitamento de potencial hidrelétrico superior a 1.000 KW e igual ou inferior a 30.000 KW, destinado a produção independente ou autoprodução;
- Compra e venda de energia elétrica, por agente comercializador;
- Importação e exportação de energia, bem como a implantação dos respectivos sistemas associados;
- A comercialização, eventual e temporária, pelos autoprodutores, de seus excedentes de energia elétrica.

Esta Lei também instituiu a criação do MAE - Mercado Atacadista de Energia Elétrica e o ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico, definidos como:

- **MAE- Mercado Atacadista de Energia Elétrica**, regulamentado pelo Decreto 2.655 de 02 de julho de 1998, que se define como ambiente organizado e regido por regras claramente estabelecidas, no qual se processam a compra e venda de energia entre seus participantes, tanto através de contratos bilaterais como em um mercado de curto prazo. Os limites são os sistemas interligados Sul/Sudeste/Centro-Oeste e Norte/Nordeste;
- **ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico**, também regulamentado pelo Decreto 2.655/98, e que tem como principais atribuições o planejamento, a programação da operação e o despacho centralizado da geração, com vistas à otimização dos sistemas eletroenergéticos interligados.

A Resolução 248, de 07 de agosto de 1998, estabeleceu as condições gerais dos serviços de transmissão, de contratação do acesso e uso dos sistemas de transmissão de energia elétrica, vinculadas à celebração dos Contratos Iniciais.

Aos Consumidores Livres, abrangidos pela legislação, foram estabelecidas as condições para contratação de energia elétrica, conforme Resolução 264/98. As condições para o exercício da atividade de Comercialização de Energia elétrica foram definidas na Resolução 265/98.

Internamente, dentre os principais fatos, podemos destacar:

- Conforme reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de junho de 1998, a administração da sociedade elaborou proposta no sentido de concentrar na CAIUÁ as participações societárias de várias empresas do grupo. Assim, a CAIUÁ passou a ser uma sociedade sub "holding", sem prejuízo do prosseguimento normal de suas atividades operacionais e sem alteração do objeto social.
- Na Assembléia Geral Extraordinária de 13 de julho de 1998, foi aprovado e homologado o aumento de Capital Social de R\$ 64.024.621,38 para R\$ 344.024.628,80 mediante a emissão de 27.397.261 ações ON, ao preço de R\$ 10,22 por ação.
- A transformação da Caiuá em uma sub "holding" operacional, através da transferência de ativos e passivos da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A - EEVP, teve toda a operação consubstanciada no documento "Instrumento Particular de Venda e Compra de Participações Societárias, Assunção de Obrigações e outras Avenças", celebrado entre a Caiuá e a EEVP em 30 de junho de 1998, aprovado pela ANEEL através Resolução 196 de 25 de junho de 1998 – DOU de 26/06/98;
- Em 09 de julho de 1998, através de Leilão Público realizado na Bolsa de Valores no Rio de Janeiro, a QMRA Participações S/A – sociedade formada pela CAIUÁ com 65% (sessenta e cinco por cento) e Inepar Energia S/A com 35% (trinta e cinco por cento), adquiriu o controle das CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A - CELPA, com 51,25% do total de ações e 54,98% do capital votante.

A área de concessão da CELPA, de 1.253.164 km² é dividida em 3 regiões ge-elétricas:

Nordeste: incluindo a capital, Belém, é a região mais desenvolvida do Pará, com 84 mil km² de área. É responsável por aproximadamente 75% das vendas da CELPA.

Centro-Sul: cobre uma área de 375 mil km² e inclui grande parte das operações de mineração do Pará, além da Usina de Tucuruí. É responsável por aproximadamente 16% das vendas da CELPA.

Oeste: com uma área de 794 mil km² é a menos populosa do Estado. É responsável por aproximadamente 9,0 % das vendas da CELPA.

A CELPA atendeu em dezembro de 1998 a 833.150 consumidores e forneceu, neste ano de 1998, 3.214.742 MWh.

Foi realizada em outubro de 1998 a Assembléia Geral Extraordinária para aumento de capital social da CAIUÁ de R\$ 344.024.628,80 para R\$ 438.048.628,80, sendo o aumento de R\$ 94.024.000,00 a ser realizado mediante a emissão de 9.200.000 ações preferenciais escriturais, nominativas, sem valor nominal, para subscrição pública.

Foi realizada também em outubro de 1998 a Assembléia Geral Extraordinária referente à incorporação das controladas Participações Socotria Ltda. e Rio Jordão Administração e Participações Ltda.. Em consequência, as 1.800.000 quotas da Socotria e as 46.780.432 quotas da Rio Jordão, que eram de titularidade desta sociedade, foram extintas, sendo substituídas pelos ativos e passivos que integram o Patrimônio Líquido.

Através da Resolução n.º 364 de 20 de novembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União em 23 de novembro de 1998, a ANEEL aprovou o reagrupamento das concessões de distribuição de energia elétrica e respectivas instalações de transmissão de âmbito próprio, em uma única área de concessão.

E a Portaria Ministerial das Minas e Energia de n.º 525, de 01 de dezembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 03 de dezembro de 1998, prorroga a concessão de distribuição de energia elétrica reagrupada conforme Resolução acima mencionada, pelo prazo de vinte anos, contados a partir de 08 de julho de 1995, renováveis por igual período.

A seguir apresentamos os seguintes destaques em relação à operação da CAIUÁ no exercício de 1998:

- Atendemos em dezembro de 1998 a 154.739 consumidores, o que representou um crescimento de 2,9% em relação a dezembro de 1997;
- Fornecemos 734.717 MWh em 1998, contra 724.524 MWh do ano de 1997, o que representou um acréscimo de 1,41 %;
- A demanda máxima requerida do sistema no ano de 1998 foi de 164.837 KW, contra 158.175 KW de 1997, com crescimento de 4,21 %;
- As perdas do sistema permaneceram nos mesmos níveis de 1997, ou seja, de 8,7%;
- O Patrimônio Líquido evoluiu de R\$ 113.969 mil, para R\$ 498.016 mil em 31 de dezembro de 1998;
- A Receita Operacional bruta evoluiu de R\$ 88.636 mil para R\$ 94.216 mil, em dezembro de 1998;
- Destacamos ainda as seguintes obras realizadas no exercício de 1998:
- construção de barramento externo de 15 KV na subestação P3 no município de Presidente Prudente;
- instalação de medidores em toda área de concessão da companhia;
- substituição de postes na Rede de Distribuição Urbana (RDU) no Bairro Brasil Novo em Presidente Prudente;
- construção de Rede de Distribuição 11 KV na SP-501 - Bairro Limoeiro em Presidente Prudente;
- construção RDU no CDHU em Presidente Venceslau;
- substituição de postes em diversos setores da RDU em Presidente Epitácio;
- instalação de 08 chaves a óleo na RDU de Presidente Prudente;
- reforma de Rede Primária 13,8 KV com 4.340 metros de extensão em Presidente Venceslau;
- construção de Rede de Distribuição 13,8 KV em Presidente Prudente;
- substituição de postes e condutores 6 e 2CAA para 336,4 CA C-4 da subestação de Lucélia até o Bairro União, em Lucélia.
- Demonstramos, conforme segue, a composição do Faturamento de Energia Elétrica por classe de consumo e respectivo número de consumidores:

CLASSES DE CONSUMO	1998			1997		
	No. de Consum.	MWh	R\$ Mil	No. de Consum.	MWh	R\$ Mil
Residencial	131.302	294.582	47.100	127.577	289.728	44.608
Industrial	2.254	114.904	11.882	2.135	109.025	10.785
Comércio, Serviços e outras .	12.984	135.710	17.622	12.604	129.227	16.302
Rural	6.493	42.962	3.232	6.428	42.843	3.133

Poderes Públicos	1.383	25.682	3.048	1.339	25.193	2.834
Iluminação Pública	28	52.408	4.065	29	56.698	4.095
Serviço Público	294	48.936	4.219	267	50.226	4.131
(=)Fornec. Faturado				150.379	702.940	85.888
(+)Fornec. Não Faturado			702			714
(=)Fornec. Energia Elétrica				150.379	702.940	86.602
Suprimento	1	19.533	1.034	1	21.584	969
Sub-Total	54.739	734.717		150.380	724.524	87.571
(-)ICMS S/ Fornec.Faturado			(16.701)			(15.697)
Total			76.203			71.874

- Demonstração do Valor Adicionado

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

(Em Milhares de Reais)

LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

	1998	1997
1 – GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de Vendas de Energia e Serviços	94.216	88.636
Receitas não Operacionais	2.306	(153)
Menos:		
Insumos		
Custo de Energia Comprada	(29.056)	(26.727)
Serviços de Terceiros	(6.494)	(5.282)
Materiais	(1.714)	(1.664)
Outros Custos Operacionais	(1.279)	(985)
2 – VALOR ADICIONADO BRUTO	57.979	53.825
Quotas de Reintegrações	(4.896)	(3.517)
3 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	53.083	50.308
Resultado de Equivalência Patrimonial	23.874	2.648
Receitas Financeiras (Transferências)	15.173	1.719
4 – VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	92.130	54.675
5 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do Trabalho	8.588	8.614
Governos:		
(Impostos, taxas e contribuições)	22.421	26.822
Juros	40.732	7.125
Aluguéis	3.215	3.293
Dividendos	4.079	2.104
Lucros Retidos	13.095	6.717
	92.130	54.675

- Balanço Social

BALANÇO SOCIAL						
1. Bases de Cálculo	1998			1997		
	(R\$ MIL)			(R\$ MIL)		
1.1- Faturamento Bruto		94.216			88.636	
1.2- Lucro Operacional		13.804			12.956	
1.3- Folha de Pagto.Bruta		8.457			9.501	
		1998			1997	
2. Indicadores Laboriais	Valor (R\$ MIL)	% s/ Folha Pgto. Bruta	% s/ Lucro Operacional	Valor (R\$ MIL)	% s/ Folha Pagto. Bruta	% s/ Lucro Operacional
2.1- Alimentação	222	2,6	1,6	237	2,5	1,8
2.2- Encargos Sociais Compuls	2.175	25,7	15,8	2.480	26,1	19,1
2.3- Previdência Privada	310	3,7	2,2	324	3,4	2,5
2.4- Saúde	289	3,4	2,1	6	0,1	0,0
2.5- Educação	126	1,5	0,9	77	0,8	0,6
2.6 Participação Trabalh. Nos Lucros ou Result	0			0		
2.7- Outros Benefícios	789	9,3	5,7	839	8,8	6,5
Total Indicadores Laboriais	3.911	46,2	28,3	3.963	41,7	30,5
3. Indicadores Sociais	Valor (R\$ MIL)	% s/Faturam Bruto	% s/ Lucro Operacional	Valor (R\$ MIL)	% s/ Faturam Bruto	% s/ Lucro Operacional
3.1- Impostos (excluídos encargos sociais)	20.074	21,3	145,4	20.074	22,6	154,9
3.2 Contrib.p/ Socied./ Investim. na Cidadania	54	0,1	0,4	57	0,1	0,4
3.3- Investimentos em Meio Ambiente	0			0		
Total Indicadores Sociais	20.128	21,4	145,8	20.131	22,7	155,3
4. Indicadores do Corpo Funcional		1998			1997	
4.1- Nº de empregados ao final do		356			331	

período						
4.2- Nº de admissões durante o período		28			35	

- Fluxo de Caixa para o Exercício Findo em 31 de dezembro

	<u>FLUXO DE CAIXA</u>	
	(Em milhares de Reais)	
	LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA	
	1.998	1.997
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do Exercício	17.174	8.505
Receita (despesa) que não afetam o Capital Circulante		
Depreciação e Amortização	4.896	3.517
Variação Monetária e Cambial a Longo Prazo	4.203	939
Resultado de Participações Societárias	(21.493)	(2.648)
Baixa de Imobilizado	455	701
Amortização de Deságio/Ágio	568	-
Ganho de Capital	(2.115)	-
Outros	-	68
	3.688	11.082
Variações no Ativo / Passivo Circulante		
Consumidores e Revendedores	(4.052)	(3.115)
Rendas a Receber	(3.352)	210
Devedores Diversos	(3.449)	(352)
Títulos a Receber	2.022	(303)
Encargos de Dívidas	12.869	(386)
Tributos e Contribuições Sociais	(2.234)	(42)
Dividendos Propostos	1.975	792
Empréstimos e Financiamentos	7.896	(824)
Obrigações Estimadas	(1.510)	169
Outros	510	1.185
	10.675	(2.666)
Aplicações no Realizável a Longo Prazo	(101.956)	(1.570)
Aumento(Redução) do Exigível a Longo Prazo	120.299	(19.825)
Total das Atividades Operacionais	32.706	(12.979)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adições ao Imobilizado	(7.337)	(3.739)
Adições ao Investimento	(307.843)	(171)
Contribuições do Consumidor e Doações	2.518	836
Dividendos Recebidos	3.258	660
Total das Atividades de Investimento	(309.404)	(2.414)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recursos Destinados a Aumento de Capital	94.024	-
Novos Financiamentos	235.187	2.527
Ações em Tesouraria	(3.790)	-
Dividendos Propostos.	(4.079)	(2.104)
Total das Atividades de Financiamento	321.342	423
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA	44.644	(14.970)

Saldo Inicial de Caixa	783	15.753
Saldo final de Caixa	45.427	783
VARIAÇÃO	44.644	(14.970)

- Através da Resolução nº 364 de 20 de novembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União em 23 de novembro de 1998, a ANEEL aprovou o reagrupamento das concessões de distribuição de energia elétrica e respectivas instalações de transmissão de âmbito próprio, em uma única área de concessão.
- E a Portaria Ministerial das Minas e Energia de nº 525 de 01 de dezembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 03 de dezembro de 1998, prorroga a concessão de distribuição de energia elétrica reagrupada conforme Resolução acima mencionada, pelo prazo de vinte anos, contados a partir de 08 de Julho de 1995, renováveis por igual período.
- Através da Portaria Ministerial das Minas e Energia de nº 570 de 15 de dezembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 16 de dezembro de 1998, foi prorrogada pelo prazo de vinte anos, a concessão de geração de energia elétrica relativa a UHE Quatiara, com potência de 2,60 MW, localizada no Rio do Peixe.

Cabe ressaltar, ainda em 1998, que a CAIUÁ recebeu, pelo segundo ano consecutivo, o Prêmio instituído pela revista "Eletricidade Moderna" como "Melhor Desempenho" na categoria de "médias empresas – entre 100 e 500 mil consumidores".

Como evento subsequente, destacamos a assinatura do Contrato de Concessão de Geração e de Distribuição de Energia Elétrica em 03 de fevereiro de 1999, com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, conforme nossos comentários anteriormente relatados.

Também destacamos a subscrição completa do aumento de capital de 9.200.000 ações PN, sendo que o BNDESPAR subscreveu 9.198.686 ações PN em 04 de fevereiro de 1999. Este aumento foi homologado e ratificado em AGE de 25 de fevereiro de 1999.

E, para finalizar, queremos expressar os nossos agradecimentos a todos os Acionistas, aos nossos Consumidores, aos Governos Federal, Estadual e Municipais, aos nossos Fornecedores, bem como à dedicação de todos os empregados.

A DIRETORIA.

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JORGE QUEIROZ DE MORAES JUNIOR	Presidente
ALBERTO JOSÉ RODRIGUES ALVES	Conselheiro
ANDRES RAMON DEIXLER	Conselheiro
FRANCISCO JOSÉ GONÇALVES MEIRELLES	Conselheiro
NELSON VIEIRA BARREIRA	Conselheiro
JOÃO SAMPAIO NETTO	Conselheiro
SEBASTIÃO BIMBATI	Conselheiro

MEMBROS DA DIRETORIA

JORGE QUEIROZ DE MORAES JUNIOR	Diretor Presidente
JOSÉ ALBERTO ARTIGAS GIORGI	Diretor de Distribuição
JOÃO CARLOS RELA	Diretor de Produção e Transmissão
PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES	Diretor Administrativo
SEBASTIÃO BIMBATI	Diretor Financeiro e de Relações com o Mercado
CARMEM CAMPOS PEREIRA	Diretora Gerente
Reinaldo Teixeira do Amaral Mota	
Contador -CRC-1SP151271/0-2	

ANEXO E - FORÇA E LUZ DO OESTE

A **Força e Luz do Oeste**, em 1910, com o Sr. Gabriel Lopes Branco, iniciou a exploração dos Serviços Públicos de geração e distribuição de energia elétrica no município de Guarapuava. Mais tarde, sua concessão foi vendida à firma Silvio Colle & Ciscato, dissolvida em 1921, sendo seus ativos assumidos pelo sócio Luiz Ciscato, que firmou novo contrato com o município para a exploração do potencial hidráulico da região.



Em 02 de fevereiro de 1924 entra em funcionamento a primeira usina hidrelétrica da empresa, marco oficial da

fundação da concessionária, que só em 1958 passa à atual denominação de Companhia **Força e Luz do Oeste**.

O município de Guarapuava é o pólo sócio-econômico do Terceiro Planalto Paranaense, com aproximadamente 145.000 habitantes. Fundado em 09 de dezembro de 1819, Guarapuava caracteriza-se por uma economia sólida e diversificada, baseada na agricultura, pecuária e indústria de transformação. É grande produtor de soja, milho, trigo, batata, cevada, maçã, erva-mate e outras culturas. Na área industrial, destaca-se no setor do papel. Possui a maior maltaria da América Latina, com grande produção de malte para cervejaria e também é um dos principais núcleos madeireiros do país.

Além disso, o município conserva uma forte tradição campeira cultivada de geração para geração desde a época dos tropeiros, guardando traços vivos da arquitetura colonial que marcou a formação da cidade e das antigas fazendas. A essa cultura, somaram-se diversas etnias tais como alemães, poloneses, italianos e ucranianos, compondo a Guarapuava contemporânea, que tem como aspectos marcantes a hospitalidade de seu povo e o culto a sua história.

Em 1995, a **DENERGE** adquire a **Força e Luz do Oeste**, que também passa a integrar o conjunto das concessionárias da **REDE**.

Atualmente, a **Força e Luz do Oeste** fornece energia elétrica ao município de Guarapuava e às localidades de Guará e Jordão, abrangendo uma área de concessão de 1.200 km² no Estado do Paraná.

DADOS CADASTRAIS

Endereço Sede: Av. Manoel Ribas, 2525

85010-180 - Guarapuava - PR

Telefone : (042) 723-3482 Fax : (042) 723-7902

CGC : 77.882.504/0001-07 Inscrição Estadual : 401.026.42-81

Ficha de Inscrição no CCM - 04757-1

Endereço São Paulo : Av. Paulista, 2439 - 5º andar

01311-936 - São Paulo - SP

Telefone : (011) 3060-9588 Fax : (011) 3064-0989

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos aos Senhores Acionistas as Demonstrações Contábeis encerradas no exercício de 1998, bem como os principais destaques ocorridos:

- Ao final do exercício, estávamos atendendo a 34.190 consumidores, significando um acréscimo de 1.062 novos consumidores em relação ao ano anterior, o que representou um crescimento de 3,2%.
- Fornecemos 173.795 MWh de energia em 1998, contra 158.753 MWh do ano de 1997, o que representou um acréscimo de 9,47%.
- A Demanda máxima requerida do sistema no ano de 1998 foi de 32.531 KW contra 31.538 KW, significando um acréscimo de 3,15%.
- Encerramos o Ano de 1998 com 1,65% de Perdas do Sistema.
- A Receita Operacional Bruta evoluiu de R\$ 19.168 mil em dezembro de 1997 para R\$ 20.994 mil em dezembro de 1998.
- O Lucro Líquido do exercício de 1998 foi de R\$ 1.931 mil, proporcionando uma rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido de 13,6%.
- Destacamos a seguir as principais obras realizadas no exercício de 1998:
 - ampliação e melhoria na rede de distribuição no bairro Boqueirão;
 - desdobramento de circuito com instalação de transformadores 3-15-45 KVA e ampliação de rede de distribuição urbana no Bairro Monte Alto;
 - implantação de redes e postes em diversos locais;
 - instalação de transformadores ao lado da balança do DNER;
 - melhoria de rede baixa tensão e substituição de postes na Vila Santana;
 - ampliação de rede no bairro Bom Sucesso;
 - instalação de transformador e ampliação de rede no Loteamento Guaíra, no município de Guarapuava-Pr.
- Demonstramos, conforme segue, a composição do Faturamento de Energia Elétrica por classe de consumo e respectivo número de consumidores :

CLASSES DE CONSUMO	1998			1997		
	Nº. de Consum.	MWh	R\$ Mil	Nº. de Consum.	MWh	R\$ Mil
Residencial	30.657	53.055	8.468	29.603	49.616	7.692
Industrial	480	65.992	6.052	455	55.024	5.248
Comercial	2.589	28.657	3.870	2.584	28.160	3.708
Rural	333	2.203	156	340	2.019	141
Poder Público	128	4.633	589	131	4.983	614
Ilum. Pública	1	13.145	992	1	13.084	1.032
Serviço Público	2	6.110	322	14	5.867	316
(=) Fornec. Faturado				33.128	158.753	18.751
(+) Forn. Não Faturado			107			(48)
Sub-Total			20.556	33.128	158.753	18.703
(-) ICMS Faturado			(5.007)			(4.584)
Total			15.549			14.119

Demonstração do Valor Adicionado

**LEGISLAÇÃO
SOCIETÁRIA**
(Em Milhares de Reais)

	1998	1997
1 - GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de Vendas de Energia e Serviços	20.994	19.168
Receitas não Operacionais	61	(27)
Menos:		
Insumos		
Custo de Energia Comprada	(6.069)	(5.633)
Serviços de Terceiros	(752)	(700)
Materiais	(220)	(256)
Outros Custos Operacionais	(309)	(58)
2 - VALOR ADICIONADO BRUTO	13.705	12.494
Quotas de Reintegrações	(797)	(562)
3 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	12.908	11.932
Receitas Financeiras (Transferências)	270	209
4 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	13.178	12.141
5 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do Trabalho	2.908	2.419
Governos:		
(Impostos, taxas e contribuições).	8.084	7.611
Juros	178	92
Aluguéis	77	62
Juros s/ Capital Próprio/Dividendos	486	485
Lucros Retidos	1.445	1.472
	13.178	12.141

- Balanco Social

1. Bases de Cálculo	1998 (R\$ Mil)			1997 (R\$ Mil)		
1.1- Faturamento Bruto		20.994			19.168	
1.2- Lucro Operacional		2.825			3.475	
1.3- Folha de Pagamento Bruta		1.857			1.791	
	1998			1997		
2. Indicadores Laboriais	Valor (R\$ Mil)	% s/ folha pgto.Bruta	% s/ Lucro Operacional	Valor (R\$ Mil)	% s/ folha pgto.Bruta	% s/ Lucro Operacional
2.1- Alimentação	38	2,0	1,3	34	1,9	1,0
2.2- Encargos Sociais Compuls.	486	26,2	17,2	453	25,3	13,0
2.3- Previdência Privada	109	5,9	3,9	87	4,9	2,5
2.4- Saúde	73	3,9	2,6	4	0,2	0,1
2.5- Educação	3	0,1	0,1	5	0,3	0,1
2.6- Participação Trabalh. Nos Lucros ou Result		0,0	0,0		0,0	0,0
2.7- Outros Benefícios	113	6,1	4,0	120	6,7	3,5
Total – Indicadores Laboriais	822	44,2	29,1	703	39,3	20,2
3. Indicadores Sociais	Valor (R\$ Mil)	% s/ fatur.Bruto	% s/ Lucro Operacional	Valor (R\$ Mil)	% s/ fatur.Bruto	% s/ Lucro Operacional
3.1- Impostos (excluídos encargos sociais)	7.407	35,3	262,2	6.963	36,3	200,4
3.2- Contrib.p/ Socied./Invest na Cidadania	24	0,1	0,9	17	0,1	0,5
3.3- Investim. em Meio Ambiente						
Total Indicadores Sociais	7.431	35,4	263,1	6.980	36,4	200,9
4. Indicadores do Corpo Funcional	1998			1997		
4.1- Nº de empregados ao final do período		70			78	
4.2- Nº de admissões durante o período					8	

- Fluxo de Caixa para o exercício findo em 31 de dezembro

FLUXO DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em Milhares de Reais)

	1.998	1.997
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do Exercício	1.931	1.957
Receita (despesa) que não afetam o Capital Circulante:		
Depreciação e Amortização	797	562
Varição Monetária e Cambial a Longo Prazo	(2)	(1)
Baixa de Imobilizado	105	214
Outros	-	23
	2.831	2.755
Variações no Ativo / Passivo Circulante		
Consumidores e Revendedores	(142)	(323)
Tributos e Contribuições Sociais	652	(30)
Obrigações Estimadas	(581)	(230)
Outros	227	(157)
	156	(740)
Aplicações no Realizável a Longo Prazo		
Aumento do Exigível a Longo Prazo	(2.102)	(1.227)
Total das Atividades Operacionais	10	116
	895	904
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adições ao Imobilizado	(772)	(576)
Adições ao Investimento	(6)	(7)
Contribuições do Consumidor e Doações	181	252
Total das Atividades de Investimento	(597)	(331)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de Capital	279	
Juros s/Capital Próprio e Dividendos Propostos	(766)	(486)
Total das Atividades de Financiamento	(487)	(486)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA	(189)	87
Saldo Inicial de Caixa	310	223
Saldo final de Caixa	121	310
VARIAÇÃO	(189)	87

•Podemos destacar ainda em 1998, como fato relevante, o Instrumento Particular de Venda e Compra de Participações Societárias, Assunção de Dívidas e Outras Avenças, mediante a qual, o controle da Companhia Força e Luz do Oeste –CFLO que era detido pela Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/ A . foi alienada para Caiuá Serviços de Eletricidade S/A . Esta transferência societária foi aprovada pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica através da Resolução 196 de 25 de junho de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 26 de junho de 1998.

•Através da Resolução 344 de 04 de novembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União em 05 de novembro de 1998, a ANEEL- Agência Nacional de Energia Elétrica aprovou o reagrupamento das concessões de distribuição de energia elétrica e respectivas instalações de transmissão de âmbito próprio, em uma única área de concessão.

•E a Portaria Ministerial das Minas e Energia de nº 501 de 26 de novembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União em 27 de novembro de 1998, a concessão para a distribuição de energia elétrica, reagrupada conforme Resolução acima mencionada, pelo prazo de vinte anos, contados a partir de 08 de julho de 1995, renováveis por igual período.

Como evento subsequente, devemos destacar a assinatura do Contrato de Concessão de Distribuição, ocorrido em 03 de Fevereiro de 1999, com a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Para finalizar, queremos expressar os nossos agradecimentos a todos os Acionistas, aos nossos Consumidores, aos Governos Federal, Estadual e Municipais, aos Fornecedores, bem como à dedicação de todos os empregados.

A DIRETORIA

MEMBROS DA DIRETORIA

JORGE QUEIRÓZ DE MORAES JÚNIOR	- Diretor Presidente
ALBERTO JOSÉ RODRIGUES ALVES	- Diretor Vice Presidente Executivo
LAUDO VOTTA BRANCATO	- Diretor
SEBASTIÃO BIMBATI	- Diretor
NUREMBERG BORJA DE BRITO	- Diretor
OSMAR JOSÉ VICCHIATTI	- Diretor
Paulo Nodari - Contador	
CRC N°.029965/0-8 - PR	

ANEXO F - CEMAT

Tudo começou em 1928 com a construção da primeira usina hidrelétrica do



Estado, no município de Cuiabá, aproveitando-se o potencial hídrico do Rio da Casca. Modesta, a usina atendeu por pouco tempo a demanda crescente da região. Já na década de 40, foram realizados investimentos visando atualizar a oferta de energia à necessidade de consumo e, logo na década de 50, foi construída a segunda usina hidrelétrica, também no Rio da Casca.

E foi exatamente em 4 de agosto de 1956 que o então governador João Ponce de Arruda sancionou a Lei 832 criando a CEMAT - Centrais Elétricas Matogrossenses S.A., autorizada a funcionar como empresa de energia elétrica somente em 1958, através de um decreto federal. Embora atuante nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia, a CEMAT veio a caracterizar-se, essencialmente, como uma empresa de distribuição.

Com a divisão do Estado em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a CEMAT também foi dividida, surgindo assim a ENERSUL, como concessionária do novo território. Em toda a história da CEMAT, vale ressaltar os acontecimentos mais importantes: a descentralização da administração da empresa em 1982; a implantação de um sistema informatizado de consumidores a partir de 1984; a ampliação dos benefícios sociais aos empregados, além da criação da Fundação de Previdência e Assistência Social; o desenvolvimento do programa de Qualidade Total em 1993; a abertura do capital em junho de 1994; e a autorização para a privatização da empresa em 1996.

A CEMAT conta hoje com aproximadamente 1.600 funcionários e atende cerca de 495 mil consumidores (84% pertencentes à classe residencial), distribuídos em 111 municípios (dos 126 do Estado), resultando numa média de 310 consumidores por empregado. Sua área de concessão abrange 901.420 km², beneficiando uma população estimada em 2,2 milhões de habitantes.

DADOS CADASTRAIS

Endereço Sede : Av. Paulista, 2439 - 5º andar
01311-936 - São Paulo - SP

Telefone : (011) 3060-9588 Fax : (011) 3064-0989

Endereço Regional: Rua Manoel Dos Santos Coimbra, 184
78010-150 Cuiabá - MT

Telefone : (065) 316-5222 Fax : (065) 316-5591

CGC : 03.467.321/0001-99 Inscrição Estadual : 130.204.250

Endereço Almojarifado: Rua da Saudade, S/Nº
78035-070 Barro Duro – Cuiabá – MT
Telefone : (065) 316-5281 Fax : (065) 316-5469
CGC : 03.467.321/0001-99 Inscrição Estadual : 130.204.250

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

A Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da Centrais Elétricas Matogrossenses S/A - CEMAT, submete à apreciação de V. S^{as}. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31/12/98, que contemplam os resultados obtidos com a implementação de Ações de Gestão na Companhia neste primeiro ano após a privatização, compostas do Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, acompanhadas das Notas Explicativas e parecer dos Auditores Independentes.

Na seqüência apresentamos as principais ações e realizações implementadas pela Administração, sob os enfoques Econômico-Financeiro, Administrativo e Técnico-Operacional.

RECEITA E MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

A receita operacional bruta da empresa no ano de 1.998 foi de R\$ 411,6 Milhões, o que representa um incremento de 18,7 % em relação à receita auferida no exercício anterior. Esta melhoria foi decorrente do crescimento no nível de consumo do mercado da CEMAT, da recuperação das perdas elétricas aliada ao reajuste tarifário de 5,5 % autorizado pela ANEEL em 24/04/98 através da Resolução n.º 119.

A receita operacional líquida evoluiu de R\$ 271.004 Mil para R\$ 317.982 Mil, repercutindo uma melhoria da relação receita operacional líquida por empregado, que passou de R\$ 176,2 Mil em 1997 Mil para R\$ 238,8 Mil em 1998, com uma taxa incremental de 35,5 %.

O consumo de energia elétrica verificado na área de atuação da Empresa atingiu 2.701.984 MWh, representando um incremento de 13,12 % em relação ao ano anterior.

A Energia Requerida do Sistema total (Interligado + Isolado) atingiu 3.466.390 MWh, representando um incremento de 7,72 %, se comparado com 1997.

Foram incorporados ao Sistema CEMAT os municípios de Alto da Boa Vista, Canabrava do Norte, Cotriguaçu, Feliz Natal, Nova Bandeirantes, nova Maringá, Nova Monte Verde, Tabaporã e União do Sul, conforme previsto no Contrato de Concessão firmado entre a ANEEL e CEMAT.

Houve um acréscimo de 3,62 % no número de Consumidores atendidos, passando de 498.427 para 516.473 consumidores, culminando com uma melhoria na relação Consumidores / Empregados de 324,1 em 1997 para 387,7 em 1998.

O expressivo aumento de 36,61 % no consumo da classe rural se explica pela forte política de cadastramento de consumidores e instalação de equipamentos de Medição nas unidades consumidoras rurais.

Apresentamos a seguir, os dados relevantes da CEMAT nos exercícios de 1998 e 1997.

ITENS	1997	1998	VARIAÇÃO %
1) Consumo - MWh	2.388.674	2.701.984	13,12
Residencial	1.054.399	1.158.947	9,92
Industrial	453.494	523.593	15,46
Comercial	525.291	584.743	11,32
Rural	87.747	119.868	36,61
Outros	267.743	314.834	17,59
2) Suprimento - MWh	22.761	16.753	-26,40
3) Perdas - MWh	806.487	747.653	-7,30
%	25,06	21,57	-3,49
4) Energia Requerida - MWh	3.217.922	3.466.390	7,72
5) Demanda - MW	539.411	571.846	6,01
Fator de Carga %	68,10	69,20	-
6) N.º Consumidores			
Residencial	417.794	432.858	3,61
Total	498.427	516.473	3,62
7) N.º Empregados – 31/12	1.538	1.332	-13,39
8) Consumidores / Empregados	324,07	387,74	19,65
9) Localidades Atendidas	222	241	8,56
10) Municípios Atendidos	113	122	7,96
11) Indicadores de Eficiência			
DEC (horas)	76,61	66,61	-13,05
FEC (n.º de interrupções)	108,82	100,68	-7,48
12) T.M.A (minutos)	182	110	-39,56
13) Margem Operacional (%)	-11,16	2,80	-
14) Pessoal na Receita (%)	35,32	24,21	-31,46
15) Remuneração Investimento (%)	-4,94	2,99	-

INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados em 1998 totalizaram R\$ 50.993 Mil, sendo R\$ 9.496 Mil em Geração, R\$ 29.638 Mil em Transmissão / Distribuição e R\$ 11.859 Mil em Administração Geral e Apoio, destacando-se:

1. Aquisição de grupos geradores / revitalização do Parque Térmico de Grande Porte - II etapa;
2. PCH's Juína e Primavera;
3. LT Derivação Rodoviária - 138 kV - 4,5 Km;
4. SE Rodoviária - 138/13,8 kV - 20/25 MVA;
5. SE Pontes e Lacerda - 138/13,8 kV - 20/25 MVA - 13,8/34,5 kV - 5 MVA;
6. SE Casca III Bay 138 kV - Campo Verde;
7. LT Casca III - Campo Verde 138 kV - 39 Km;
8. SE Campo Verde - 138 kV/13,8 kV - 10/12,5 MVA - 13,8/34,5 kV - 7,5/9,375 MVA;
9. LT Campo Verde / Primavera - 138 kV - 105 Km;
10. SE Primavera - 138/13,8 kV - 20/25 MVA - 13,8/34,5 kV - 7,5/9,375 MVA;
11. SE Denise Bay Tangará - 138 kV;
12. LT Denise / Tangará - 138 kV - 49,1 Km;
13. SE Tangará da Serra - 138 / 13,8 kV - 20/25 MVA;

14. SE Rondonópolis Bay 138 kV - Rondonópolis II;
15. LT Rondonópolis I - Rondonópolis II 138 kV - 15,5 Km;
16. SE Rondonópolis II - 138/13,8 kV - 20/25 MVA;
17. LT Sorriso (ELN) - Sorriso 69 kV - 4,6 Km;
18. SE Sorriso - 69/13,8 kV - 10/12,5 MVA;
19. SE Lucas do Rio Verde - 230/13,8 kV - 33,2 MVA;
20. SE Nova Xavantina - 138 / 13,8 kV - 10/12,5 MVA;
21. SE Água Boa - 138/13,8 kV - 10/12,5 MVA;
22. SE Araputanga - 138/34,5 kV - 20/25 MVA;
23. SE Barra dos Bugres - Subt. Trafo - 69/13,8 kV - 10/12,5 MVA;
24. Aquisição de 825 transformadores de Distribuição;
25. Aquisição de medidores (31.960 unidades);
26. Ampliação e Melhoria na Rede Urbana;
27. Construção de Alimentadores;
28. Renovação da Frota de Veículos;
29. Aquisição de Hardware e Software.

BSFEAC

Os Investimentos realizados no sistema elétrico da distribuidora, aliado a um programa de manutenção pré-definida, propiciaram significativa melhoria nos indicadores de eficiência da empresa, a exemplo do índice de perdas que evoluiu de 25,06 % para 21,57 % , com redução de 3,49 pontos percentuais de 1997 para 1998.

Além dos Investimentos diretos no Sistema Elétrico próprio, a CEMAT, através do "Instrumento Particular de Venda e Compra de Ações da INVESTCO S/A" de 14 de dezembro de 1998, adquiriu participação acionária de 2,48 %, representada por 1.908.214 Ações ordinárias nominativas junto à INVESTCO S/A, relativo à construção da Usina Hidroelétrica Luis Eduardo Magalhães (Lajeado), em construção no Estado de Tocantins.

RECURSOS E ENDIVIDAMENTO

Foram captados recursos junto à ELETROBRÁS, Instituições Financeiras e através de mútuo com empresas coligadas, destinados ao financiamento do Programa de Investimentos, quitação antecipada de dívidas e cobertura do capital de giro da Empresa.

As quitações antecipadas de dívidas tiveram por objetivo a redução do custo dos empréstimos, financiamentos e parcelamentos, e alongamento do perfil de endividamento da Empresa. Destacam-se as quitações de parcelamento junto ao INSS em novembro/98, no valor de R\$ 17,1 milhões, e o Contrato de Financiamento junto ao Banco Real - ELET's em maio/98, no valor de R\$ 47,3 Milhões.

A CEMAT promoveu a alienação de 53.302 títulos ELET's 950716 de sua propriedade à Centrais Elétricas do Pará S/A - CELPA, através do "Instrumento particular de Vendas, Compras e Transferência de Títulos", parcelada até o final do período de resgate dos títulos junto ao Governo Federal (julho de 2.005). Esta operação recebeu anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, conforme Ofício n.º 1.004-DR/ANEEL, de 24/11/98.

Amortização de 1/3 do valor principal das Debêntures conforme previsto na "Escritura Pública da 1ª Emissão para colocação de 5.000 Debêntures", no valor de R\$ 16,2 milhões, em 01 de junho de 1.998. Durante o exercício ocorreram conversões de 844 Debêntures em Ações Ordinárias e Preferenciais, restando em circulação no mercado, em 31.12.98, 1.955 Debêntures.

Dando continuidade na política de melhoria do perfil da dívida e regularização de inadimplências a CEMAT implementou ainda as seguintes medidas:

- a. Renegociação da dívida parcelada junto à Fundação de Previdência e Assistência Social dos Empregados da CEMAT - PREVIMAT, passando o custo de ANBID + 3 % a. a. para IGPM + 10 % a. a.;
- b. regularização dos valores pendentes do parcelamento e fluxo corrente da Cofins; e
- c. parcelamento dos valores devidos ao PASEP, cujo pagamento encontra-se totalmente regularizado.

ADMINISTRAÇÃO / APOIO OPERACIONAL / ASPECTOS GERAIS

Tendo em vista os resultados já alcançados com a implementação das medidas de Gestão adotadas a partir do ano de 1.997 (parte do período da Gestão compartilhada Estado / ELETROBRÁS), a Empresa foi condecorada pela revista "Eletricidade Moderna" com o prêmio de "Melhor Desempenho Global" na categoria de médias Empresas - entre 100 e 500 mil consumidores.

Pesquisa de opinião realizada através da Faculdade de Administração, Economia e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT revelou um excelente nível de satisfação de nossos consumidores com relação à qualidade de atendimento nas Agências Comerciais após a privatização, resultando num índice de 70,5 % de aprovação.

Outra pesquisa de opinião realizada pela WS Publicidade para eleição dos destaques de 1.998, revelou a CEMAT como sendo a Melhor Empresa Prestadora de Serviços Públicos nos Municípios de Sinop, Cláudia e Peixoto de Azevedo, Região Norte do Estado de Mato Grosso.

O quadro de empregados da empresa encerrou o exercício com 1.332 funcionários, o que representa uma redução de 13,39 % em relação ao final do exercício anterior.

A relação da Despesa de Pessoal / Receita ao final de 1998 apresenta índice de 24,21 %, contra 35,32 % em 1997, apresentando substancial redução, mesmo considerando-se os gastos neste exercício realizados com indenizações rescisórias.

Durante este exercício foram treinados 928 funcionários, principalmente através de cursos internos e externos nas áreas de Transmissão, Distribuição, Comercialização, Informática e Qualidade Total, com um total de 1.724 horas / aulas ministradas.

O Programa de Qualidade Total teve sua continuidade com a realização de treinamentos aos empregados que resultou na implantação do Programa 5S no âmbito de toda a Empresa.

Foi dada sequência na política de adequação / redução de custos nas compras de bens e serviços, conquistada principalmente pelo resgate da credibilidade da Empresa junto a seus fornecedores e prestadores de serviços.

Dentro do programa de Informática houve a implantação dos Sistemas de Gestão de Consumidores e Gestão Financeira para Controle da Dívida, além da adequação do Parque de Microinformática como resultado da migração do parque computacional de grande porte, com aquisição de 120 microcomputadores.

Implementação de programa de desmobilização de bens inservíveis, visando, principalmente, alienar bens e imóveis não destinados e/ou impróprios à atividade fim da Empresa, com geração de receita no exercício de R\$ 1.057 Mil.

A frota de veículos foi totalmente renovada, com a aquisição de 172 veículos e 18 motos a um custo global de R\$ 3.324 Mil.

Visando a melhoria nas condições de atendimento aos clientes a Empresa procedeu a construção e melhoria das instalações das Agências Comerciais, bem como,

firmou convênio de Arrecadação com a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Centrais Elétricas Matogrossenses - COOPERCEM, cujos postos de arrecadação funcionam dentro das próprias Agências Comerciais e em estabelecimentos de grande concentração popular.

O Plano previdenciário atual, patrocinado pela Empresa junto à Fundação de Previdência e Assistência Social dos Empregados da CEMAT - PREVIMAT, foi amplamente discutido entre Empresa, Fundação, Atuários e Funcionários, resultando na criação de um segundo plano, optativo, na modalidade de contribuição definida, a ser implementado a partir de Janeiro de 1.999, tendo como um dos seus objetivos a redução / eliminação de déficit atuarial.

"BUG" DO ANO 2000

Com a finalidade de propor soluções às prováveis falhas que o 'BUG' do ano 2000 poderia ocasionar aos sistemas operacionais da Empresa, destacamos nossa participação no "Comitê Y2K", formado por todas as Empresas do GRUPO REDE.

Este comitê, composto por representantes das mais diversas áreas das Empresas e com atribuições e responsabilidades definidas, tem seus trabalhos propostos dentro das seguintes fases e datas limites:

- 26 / 01 / 99 - Planejamento
- 15 / 02 / 99 - Conclusão do Inventário de Hardware e Software
- 27 / 04 / 99 - Implantação
- 30 / 04 / 99 - Testes
- 30 / 05 / 99 - Plano de Contingências
- 22 / 06 / 99 - Finalização do processo "BUG" do ano 2.000.

A Administração da Empresa, consciente da importância deste programa, vem envidando todos os esforços para o sucesso das atividades do comitê Y2K, cujo custo atribuível à CEMAT é de R\$ 770 Mil.

BALANÇO SOCIAL (R\$ 1.000)

Os principais indicadores do Balanço Social da CEMAT no exercício são os seguintes:

Bases de Cálculo	1997	1998
1.1 - Faturamento Bruto	346.769	386.686
1.2 - Lucro Operacional	(30.238)	8.896
1.3 - Folha de Pagamento Bruta	77.502	76.351

2. Indicadores Laborais	1997			1998		
	Valor	(1)	(2)	Valor	(1)	(2)
2.1 - Alimentação	144	0,19	(0,48)	326	0,43	3,66
2.2 - Encargos Sociais Compulsórios	19.333	24,94	(63,94)	13.263	17,37	149,09
2.3 - Previdência Privada	4.525	5,84	(14,97)	4.936	6,46	55,49
2.4 - Saúde	5.053	6,52	(16,71)	1.959	2,57	22,02
2.5 - Educação	681	0,09	(2,25)	681	0,89	7,66
2.6 - Participação dos Trabalhadores nos Lucros ou Resultados	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
2.7 - Outros Benefícios	583	0,75	(1,93)	47	0,06	0,53
Total - Indicadores Laborais (2.1 a 2.7)	30.319	39,12	(100,27)	21.212	27,78	238,44

Indicadores Sociais	1997			1998		
	Valor	(1)	(2)	Valor	(1)	(2)
3.1 - Impostos (excluídos encargos sociais)	68.454	(83,33)	(226,38)	85.773	112,34	964,17
3.2 - Contribuição p/ a Sociedade/Investimentos na Cidadania	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
3.3 - Investimentos em Meio Ambiente	0	0,00	0,00	92	0,12	1,03
Total – Indicadores Sociais (3.1 a 3.3)	68.454	((83,33)	(226,38)	85.865	112,46	965,21

4. Indicadores do Corpo Funcional	1997	1998
	N.º Empregados	N.º Empregados
4.1 - N.º de empregados ao final do período	1.538	1.332
4.2 - N.º de admissões durante o período	0	498

(1) - % sobre Folha de Pagamento Bruta

2. - % sobre Lucro Operacional excluído(receitas/despesas)financeiras

PERSPECTIVAS

A instabilidade monetária momentânea pela qual o País vem atravessando, gera incertezas e dificuldades aos Agentes Econômicos Nacionais e Internacionais no curto prazo.

Mesmo considerando-se as adversidades e as incertezas macroeconômicas, tanto no ambiente interno quanto no externo, a CEMAT dará continuidade às suas ações empresariais, que visam, entre outros, dar apoio ao desenvolvimento do Estado de Mato Grosso com infra-estrutura energética, motivado especialmente pelo grande potencial sócio-econômico que caracteriza nosso Estado.

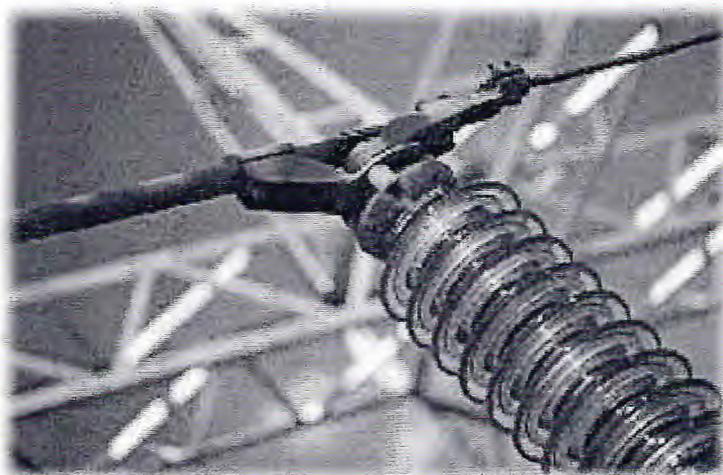
No âmbito do setor de energia elétrica deverá haver a continuidade do programa de privatização das Distribuidoras e Geradoras dentro do Cronograma estabelecido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, além da entrada em funcionamento do Mercado Atacadista de Energia - MAE e do Operador Nacional do Sistema - ONS.

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar, apresentamos nossos agradecimentos a todos os acionistas, consumidores, Governos Federal, Estadual e Municipal, Fornecedores e Prestadores de Serviços e em especial aos nossos empregados pela dedicação na tarefa de bem servir à nossa organização.

ANEXO G - CELPA

A energia elétrica no Pará surgiu há quase um século atrás. Várias fases de transição caracterizaram a evolução energética do Estado, sendo a criação da CELPA um dos fatos mais importantes dessa história, conforme apresentado abaixo:



A CELPA conta com aproximadamente 2.864 funcionários e atende cerca de 796.500 consumidores, distribuídos em 123 municípios (dos 143 do Estado), resultando numa média de 278 consumidores por empregado. Sua área de concessão abrange 1.253.164

km², beneficiando uma população estimada em 5,9 milhões de habitantes.

Mercado

O mercado consumidor da CELPA registrou, nos últimos 5 anos, um crescimento anual médio no consumo de energia elétrica da ordem de 6,6%.

Em 1997 a energia requerida para o atendimento ao mercado da CELPA foi de 4.284 GWh. Desse total, 89,9% refere-se à energia comprada, 4,0% à geração hidráulica e 6,1% à geração térmica. O principal mercado da CELPA está concentrado na classe residencial, responsável por 40,8% do consumo total, destacando-se também as classes comercial e industrial, cuja participação atingiu 22,7% e 17,4%, respectivamente. O índice de perdas (técnicas e comerciais) da empresa registrou 30,2%.

O Sistema Elétrico

Através do sistema interligado Norte/Nordeste, e com energia gerada na UHE Tucuruí, a ELETRONORTE é responsável pelo suprimento de energia à CELPA, cujo montante anual em 1997 totalizou 3.883,9 GWh.

O parque gerador da CELPA é constituído por uma usina hidrelétrica, de pequeno porte, e de vários grupos geradores térmicos, movidos à óleo diesel, instalados em várias localidades isoladas no Estado do Pará.

A usina hidrelétrica é a de Curuá-Una, construída no rio de mesmo nome, e que, por meio de uma única linha de transmissão em 138 kV, com cerca de 70 km de extensão, entrega energia elétrica na localidade de Santarém.

São 45 as termelétricas, denominadas UDE's - usinas dieselétricas. Grande parte dessas centrais térmicas operam com elevado número de horas, possuem equipamentos antigos e apresentam rendimentos técnicos considerados baixos, proporcionando um fornecimento energético precário.

Esse modesto parque gerador, em 1997, gerou cerca de 10,1% das necessidades elétricas do Estado (171,4 GWh provenientes da UHE Curuá-Una e 262,5 GWh das diversas UDE's), o que caracteriza a CELPA como empresa altamente importadora de energia.

No aspecto da transmissão, o Estado conta com linhas de diversas classes de tensão que variam de 230 kV até 34,5 kV totalizando 1.868 km de extensão, além de 39 subestações com potência instalada de 851,9 MVA.

Já a infra-estrutura de distribuição é composta de 12.146,2 km de redes e 241.235 postes. A rede urbana totaliza 22.499 transformadores com uma potência instalada de 1.093 MVA.

O Estado do Pará

O Estado do Pará está localizado na parte oriental da Amazônia brasileira, na região Norte do Brasil. Abrange uma área de 1.253.164 km², correspondente a 60% da região e a 15% do território nacional, que se estende por 1.183 km de fronteiras internacionais e 562 km de costa atlântica, constituindo-se a segunda maior unidade da federação em extensão territorial. Devido a sua localização geográfica, ao norte da América do Sul, o Pará desfruta de uma condição privilegiada de acesso aos grandes mercados internacionais.

A população residente no território paraense é de 5,9 milhões de habitantes, distribuídos por 143 municípios, representando cerca de 35% da população regional e 3,5% da população nacional. Desse contingente, 53% habitam áreas urbanas e 47% as áreas rurais.

Economia

Estima-se o Produto Interno Bruto do Estado em, aproximadamente, 13 bilhões de dólares, que representa uma contribuição de 2,1% do PIB nacional. Para a composição setorial do PIB estadual, o setor industrial contribui com 20%, a agricultura com 22%, o comércio com 13% e o setor de serviços com 45%.

A extração mineral constitui-se numa das principais atividades econômicas desenvolvidas no Estado, figurando com destaque na pauta de exportações (cerca de US\$ 2,1 bilhão de dólares). O Pará é detentor das mais importantes jazidas minerais do país e do mundo, dentre as quais: a de minério de ferro, bauxita, cobre e ouro, além da gipsita, quartzo e caulim.

O Estado do Pará concentra em seu território cerca de 34% de toda a extensão da bacia amazônica, ou seja, mais de 1 milhão de quilômetros quadrados, avaliando-se o seu potencial hidrelétrico em mais de 62 MW. Esse potencial encontra-se distribuído por 9 grandes bacias, dentre as quais se destaca a do rio Tocantins, onde foi plantada a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, com um potencial já inventariado de 14,7 MW, dos quais 40% são consumidos no Pará, sendo 15% pela CELPA.

A economia paraense vem desempenhando um papel destacado na estratégia nacional para o equilíbrio das contas externas do país, figurando atualmente entre os oito principais estados exportadores do Brasil. A tendência recente da economia do Estado é a de reestruturação da sua base produtiva, no sentido da verticalização, tanto da produção mineral como, também, da produção agro-industrial, tendo como carros-chefes o dendê, com 40 mil hectares plantados, e o pólo de soja, com elevadíssimo potencial produtivo e excepcional acessibilidade para o mercado externo.

Reforçando essa tendência, o Governo do Estado vem implementando uma estratégia que visa não apenas consolidar essa posição, mas, sobretudo, criar as condições indispensáveis para a transformação da estrutura produtiva estadual. Dentro desse contexto destaca-se um programa integrado de investimentos básicos, a serem alocados nas áreas de abrangência de dois grandes eixos de desenvolvimento: o primeiro, definido como área de influência do corredor de integração regional da hidrovia Araguaia-Tocantins, recobrando todo o Leste Paraense, e o segundo, compreendendo a área de influência do corredor de

integração regional conformado pela rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) e/ou hidrovias do Tapajós e parte da Transamazônica, correspondendo à faixa do Oeste Paraense.

Os investimentos públicos e privados, que já começam a ser efetivados nesses dois eixos de desenvolvimento, englobando projetos nas áreas de transporte e energia, proporcionarão extraordinárias vantagens competitivas aos produtos voltados para os mercados internacionais e criarão novas alternativas de exploração econômica do vasto potencial de recursos naturais existente no Estado, em termos de riquezas minerais, florestais, agrícolas, hidroenergéticas, bem como a expansão da infra-estrutura turística.

- 1902 - 1946 Durante esse período, a Parah Electric Railways and Lighting Company Limited foi a empresa responsável pelo setor de transporte e distribuição de energia elétrica em Belém.
- 1947 - 1952 Nesse período, o Departamento Municipal de Força e Luz, pertencente à Prefeitura, foi o responsável pela exploração de energia em Belém.
- 1952 Criada a Força e Luz do Pará S. A. - FORLUZ, como Sociedade de Economia Mista, encarregada da eletrificação do município de Belém.
- 1958 - 1960 Criada a Comissão Estadual de Energia Elétrica - CEE para elaboração do primeiro Plano de Eletrificação do Estado.
- 1962 Criação das Centrais Elétricas do Pará S. A. - CELPA, responsável somente pela eletrificação do interior do Estado.
- 1969 Ocorre a fusão FORLUZ/CELPA, passando o Estado a ter apenas uma concessionária de energia elétrica - as Centrais Elétricas do Pará S. A.
- 1980 O sistema interligado da CELPA passa a ser alimentado pelo Sistema CHESF/ELETRONORTE.
- 1984 Inaugurada pela ELETRONORTE, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí passa a abastecer Belém e o Sistema Interligado da CELPA.

Dados Cadastrais

Endereço Sede : Av. Paulista, 2439 - 5º Andar
Cerqueira César - São Paulo - S.P. - CEP. 01311-936
Telefone : (011) 3060-9588 Fax : (011) 3064-0989
Endereço Regional: Av. Gov. Magalhães Barata, 209
Belém - Pa CEP. 66040-170
Telefone : (091) 216-1289 Fax : (091) 216-1409
CGC : 004.895.728/0001-80

Inscrição Estadual : 15.074.480-3

Endereço Almoxarifado: Rod. Augusto Montenegro, Km – 8,5
Belém - Pa CEP. 66823-010
Telefone : (091) 216-1289 Fax : (091) 216-1409

CGC : 004.895.728/0095-60 Inscrição Estadual : 15.074.480-3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO 1998

MENSAGEM AOS AÇIONISTAS

O fato marcante do exercício de 1998 foi a privatização da Empresa, oficializada através de assinatura de Contrato em 17.07.1998, concluindo ações que se originaram quando, ao iniciar-se o exercício de 1997, o Governo do Estado do Pará, através do Decreto 1.946/97, incluiu a CELPA no Programa Estadual de Desestatização instituído pela Lei 5.979/96.

A QMRA Participações S/A, representando o Grupo REDE e a INEPAR Energia Ltda, adquiriu pelo valor de R\$ 450.264.000,00, 54,98 % das ações representativas do capital votante e 51,25% do capital total da Empresa.

Iniciava-se aí uma nova etapa na administração da CELPA, cujos efeitos podem ser notados já no resultado obtido em 1998.

A preocupação constante com a qualidade dos serviços oferecidos, diretriz básica do novo grupo controlador, ficou representada não apenas na manutenção das prioridades de investimentos, onde destacam-se o Sistema de Transmissão do Oeste do Pará – TRAMOESTE, beneficiando uma população de 700.000 pessoas e nos Sistemas de Transmissão em 138 KV e 34,5 KV na região do Baixo Tocantins, com seu benefício atingindo uma população da ordem de 100.000 pessoas, representam o maior volume no total de investimentos realizados em 1998, atingindo ambos os projetos a 54% do total realizado. Também pode se destacar pela ação de contrato de serviços de geração dieselétrica com a Guascor do Brasil, incrementada em 1998, atingindo 12 municípios basicamente nas regiões de Calha Norte e Ilha de Marajó, beneficiando 670.000 pessoas que não seriam atingidas pelos investimentos dos Sistemas TRAMOESTE e Baixo Tocantins, e com uma redução de custos de geração para Empresa da ordem de 53%.

A tais números juntaram-se a modernização integral da frota da empresa com a compra de 283 veículos, incremento na aquisição de equipamentos para combate a fraudes e desvios de energia, medidores para regularização de consumidores sem medição.

Administrativamente a reavaliação do quadro funcional, adequação das tarefas, reagrupamento organizacional de áreas, levaram a uma considerável redução no quadro de pessoal, através de implantação do PDV – Plano de Demissão Voluntária, que aliada às ações de administração de custos iniciaram em 1998 a direcionar a Empresa ao patamar aceitável nos seus resultados operacionais.

Finalizando destacamos as ações de combate a desvios e furtos de energia, com ações efetivas na regularização de consumidores não cadastrados, instalação de medidores além das ações conjugadas com a Secretaria de Estado de Segurança Pública.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Com base nas disposições legais e estatutárias, apresentamos a V.Sas. as Demonstrações Financeiras das Centrais Elétricas do Pará S.A - CELPA, relativas ao exercício social de 1998.

CARACTERIZAÇÃO E DESEMPENHO DO MERCADO

A Centrais Elétricas do Pará – CELPA, empresa distribuidora de energia elétrica, atende uma área de 1.253.164 km² abrangendo 132 municípios, o que corresponde a uma população estimada da ordem de 3,54 milhões de habitantes, cerca de 61,0% da população total do Estado.

Dentre as concessionárias brasileiras, a CELPA é responsável por 1,1 % da distribuição bruta de energia elétrica no Brasil, sendo a segunda maior distribuidora de energia elétrica da Região Norte e a sétima na composição das Regiões Norte e Nordeste.

• DESEMPENHO DO MERCADO

Em 1998, a CELPA forneceu ao seu mercado 3.215 GWh, contra 3.014 GWh no ano anterior, registrando um crescimento de 6,7%. A classe residencial apresentou crescimento de 5,8%, seguida das classes comercial e industrial com evolução de 7,4% e 9,6%, respectivamente.

Foram ligados 36.621 novos consumidores, totalizando 833.150 consumidores em 31/12/98, representando um crescimento de 4,6% em relação ao ano anterior.

O consumo médio total cresceu 2,0% em 1998, atingindo 322 KWh/mês, enquanto o consumo médio residencial atingiu 147 KWh/mês com crescimento de 1,2%.

No ano de 1998 houve um aumento do índice de perdas de energia elétrica, que passou de 30,3%, no ano anterior, para 32,3%, sendo esta elevação ocasionada em grande parte pelo aumento da prática de fraudes/desvios e consumidores clandestinos ligados à rede de distribuição (áreas de invasão). Com o objetivo de reverter esse quadro, foram empreendidas pela Empresa as seguintes medidas: Programa de redução de ligações sem medição com aquisição de medidores, implantação do novo Sistema de Gestão Comercial, regularização de áreas de invasão, recadastramento de consumidores e incremento de ações de combates a fraudes e desvios de energia e readequação de circuitos com melhoria nos níveis de tensão.

ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR

ÁREA COMERCIAL

No ano de 1998 foram implementadas ações com o objetivo de tornar os procedimentos de comercialização mais eficientes, seguros e de melhor qualidade no atendimento aos clientes, a saber:

- Implantação do Sistema de Gestão Comercial UE98, englobando as atividades de faturamento, arrecadação e atendimento a clientes;
- Descentralização do faturamento para as Regionais (Tocantins-Marajó, Santarém, Marabá e Castanhal) e agências da Regional Metropolitana (Icoaraci, Mosqueiro, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara);
- Inauguração de duas (02) novas agências de atendimento aos clientes da Regional Metropolitana (Entroncamento e Cidade Nova), totalmente informatizadas;
- Reforma e ampliação das instalações da Agência Nazaré, em Belém, e Agência Santarém;
- Descentralização dos serviços operacionais para as Agências de Atendimento, tais como: leitura de medidores, entrega de faturas e reavisos, corte e religações, instalação e retirada de medidores, novas ligações, inspeções de irregularidades e aferições de medidores;
- Aquisição de 95 (noventa e cinco) microcoletores de dados, para leitura de medidores de energia e atualização cadastral de unidades consumidoras atendidas em baixa tensão, para utilização nas sedes das regionais;
- Ampliação do parque de impressoras a laser, com a aquisição de 10 (dez) máquinas de médio a grande porte;
- Ampliação da rotina de baixa da arrecadação através do código de barras, padrão FEBRABAN, junto as agências bancárias;
- Implantação da Ficha de Compensação Bancária para os grandes clientes da Regional Metropolitana;
- Implantação do sistema de auto atendimento junto às agência bancárias, para pagamento de faturas eletronicamente;
- Ampliação da rede de agentes alternativos de arrecadação de faturas de energia (farmácias e correios), com a dilatação do horário para pagamento, inclusive nos finais de semana;
- Aquisição de mais 105.019 (cento e cinco mil e dezenove) medidores, sendo 77.000 (setenta e sete mil) monofásicos, 18.000 (dezoito mil) bifásicos, 9.400 (nove mil e quatrocentos) trifásicos e 619 (seiscentos e dezenove) eletrônicos para medição do grupo A;
- Contratação e início do recadastramento de todas as unidades consumidoras atendidas em baixa tensão, visando atualização cadastral e identificar clientes ligados e não cadastrados;

- Recadastramento dos pontos de iluminação pública e semáforos instalados na área de concessão da Celpa;
- Recadastramento da ocupação de postes para uso mútuo de telecomunicações e outras empresas;
- Contratação de empresas especializadas para apuração de irregularidades (fraude e desvio) nas instalações dos clientes atendidos em baixa tensão;
- Início de fiscalizações/inspeções nas instalações e medidores das unidades consumidoras ligadas em alta tensão e nos edifícios de múltiplas unidades;
- Início do recadastramento e identificação dos vendedores ambulantes ligados na rede de distribuição de energia elétrica;
- Melhoria na qualidade das leituras realizadas, reduzindo o índice de leituras estimadas de 15 % (quinze) para 05 % (cinco);
- Ampliação do quadro de atendentes de consumidores de 123 (cento e vinte e três) para 210 (duzentos e dez) atendentes, ou seja, um acréscimo de 70 % (setenta).

- **ÁREA OPERACIONAL**

No ano de 1998, o Sistema de Transmissão apresentou desempenho similar ao registrado em 1997, conforme mostrado a seguir nos gráficos de evolução dos Índices de Continuidade do Sistema - **ICS**, Duração de Interrupção da Demanda Máxima - **DREQ** e Frequência de Interrupção da Demanda Máxima - **FREQ**. Verifica-se, entretanto, que a contribuição para esses índices foi causada principalmente pelas interrupções de responsabilidade da CELPA.

No ano de 1998, o Sistema de Distribuição apresentou índices de Duração Equivalente por Consumidor - **DEC** e Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor - **FEC** por Sistema, superiores aos verificados em 1997.

Para o Sistema CELPA no ano de 1998 o DEC apresentou um aumento de 13,37% em relação ao ano anterior, ficando em torno de 313,17% acima do limite estabelecido pela portaria 047/78 – DNAEE (DEC=30h/ano), enquanto que o FEC registrou um acréscimo de 10,53% em relação ao ano anterior, ficando em torno de 55,85% acima do limite estabelecido pela mesma portaria. Estes aumentos (DEC e FEC) deveram-se aos constantes racionamentos de energia com duração prolongada, que a cidade de Santarém (Sistema Isolado) ficou submetida, durante todo o ano de

1998, por falta de capacidade de geração em seu Sistema Misto (Hídrico/Térmico), problema este minimizado no final de 1998 com aumento da potência instalada do Parque Térmico e melhoria do nível do reservatório da UHE Curuá-Una, tendo-se como solução definitiva o atendimento da cidade de Santarém através do Sistema Interligado.

O DEC e FEC do Sistema Interligado aumentaram em 6,95% e 7,1% respectivamente em relação ao ano anterior, permanecendo estável o Sistema de Distribuição, enquanto que no Sistema de Transmissão as interrupções aumentaram em função da intensificação dos serviços de manutenção programada.

Com relação ao Sistema Isolado o DEC aumentou em 19,2% e o FEC em 16,64% em comparação ao ano de 1997, tendo como causa principal as constantes interrupções de energia nas cidades de Santarém e Itaituba ocasionados por problemas de geração Termica (Sistema de Transmissão).

COMPORTAMENTO DAS TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA

O último reajuste na Tarifa de Fornecimento da CELPA de 9,1% foi concedido pelo Poder Concedente em 22/04/97, mesmo assim sua Tarifa Média passou de R\$

107,20/MWh em 1997 para R\$ 111,68/MWh em 1998, ocasionado pelo crescimento e pela mudança de estrutura do Mercado de Energia Elétrica em 1998.

O mesmo aconteceu com a Tarifa de Suprimento que sua Tarifa Média passou de R\$ 30,44 MWh em 1997 para R\$ 37,74 MWh, apesar de seu último reajuste ter ocorrido também em abril de 1997.

A margem de comercialização (tarifa média de fornecimento menos tarifa média de suprimento) foi de R\$ 73,34/MWh em 1998, equivalente a 66,2% da tarifa média de venda, observando-se um crescimento anual de 4,18%.

DESEMPENHO ECONÔMICO

• RESULTADO OPERACIONAL

Avaliando-se a Receita Operacional Líquida do ano de 1998, observa-se um crescimento de 9,4% em relação ao ano anterior, decorrente, basicamente do crescimento de 7,0% no mercado de energia elétrica.

Outro resultado expressivo em relação ao exercício anterior, diz respeito ao decréscimo de 2,2% na Despesa Operacional, tendo como destaque a diminuição de 21,49% na Despesa de Pessoal e de 34,3% na Despesa Gerais e Outras.

A diminuição na despesa de Pessoal no ano de 1998 foi decorrente basicamente dos provisionamento de contenciosos trabalhistas, no valor de R\$ 35,2 milhões incluídos em 1997, não mais provisionados no ano de 1998, e da reforma organizacional, administrativa e estrutural da Empresa.

A diminuição nas Despesas Gerais e Outros foi decorrente também de provisionamentos feitos só no ano de 1997, referente a devolução de aumento da tarifa de energia elétrica durante o Plano Cruzado, no valor de R\$ 4,0 milhões.

O Resultado Operacional de 1998 apresentou um lucro de R\$ 3,4 milhões, devido o crescimento no mercado de Energia de 7,0% e na diminuição nas despesas operacionais decorrente da reforma organizacional, administrativa e estrutural da Empresa.

No que se refere ao resultado das Despesas Gerais e Outras, a citada análise foi feita sem considerar o Provisionamento para Liquidação Duvidosa e a Taxa de Fiscalização, a qual não compunha a mesma em 1997.

• RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado Financeiro foi negativo em R\$ 6,8 milhões, tendo em vista que os encargos e variações monetárias incidentes sobre as dívidas foram superiores as receitas financeiras auferidas no período.

• RESULTADO DO EXERCÍCIO

A CELPA, no exercício de 1998, apresentou um lucro operacional de R\$ 3,4 milhões, e um lucro do exercício de R\$ 102,0 milhões.

• ÍNDICES DE AVALIAÇÃO ECONÔMICA

O Índice de Liquidez Corrente (Ativo Circulante/ Passivo Circulante), passou de 0,82 em 1997 para 1,37 em 1998, em função do incremento de 30% no Ativo Circulante, em função principalmente do Contas a Receber e do decréscimo de 22% no Passivo Circulante decorrente da transferência dos recolhimentos da contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS do Passivo circulante para o Exigível a Longo Prazo.

O índice Razão Operacional (Despesa Operacional com Quota de Depreciação / Receita Operacional), diminuiu de 108,5% no ano de 1997 para 99,3% em 1998.

DESEMPENHO FINANCEIRO

No aspecto financeiro, o fato mais relevante foi, sem dúvida, a celebração do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito, firmado com o Banco Nacional de

Desenvolvimento Social – BNDES, no valor de R\$ 110.000.000,00 (Cento e Dez Milhões de Reais), sendo liberado no exercício de 1998 somente a quantia de R\$ 60.000.000,00 (Sessenta Milhões de Reais).

A importância desse Contrato pode ser traduzido pela viabilização de empreendimentos que permitem melhorias e expansão do serviço de energia elétrica no Estado do Pará, tais como : Sistema Tramoeste, Sistema Baixo Tocantins e Obras vinculadas ao reforço da Transmissão.

Podemos destacar ainda os seguintes eventos importantes:

Aquisição de 53.302 (Cinquenta e Três Mil, Trezentas e Duas) ELET's, junto a Centrais Elétricas Matogrossenses S/A – CEMAT, no valor de R\$ 66.196.954,56 (Sessenta e Seis Milhões, Cento e Noventa e Seis Mil, Novecentos e Cinquenta e Quatro Reais e Cinquenta e Seis Centavos), para oferecê-las como garantia em Contratos de colaboração financeira junto ao BNDES.

Em cumprimento ao estabelecido no Acordo de Acionistas firmado entre o Estado do Pará e ELETROBRÁS, recebemos a título de aporte de Capital os seguintes valores :

Estado do Pará – R\$ 64.184.303,24 (Sessenta e Quatro Milhões, Cento e Oitenta e quatro Mil, Trezentos e Três Reais e Vinte e Quatro Centavos).

ELETROBRÁS – R\$ 43.566.597,23 (Quarenta e três Milhões, Quinhentos e Sessenta e Seis Mil, Quinhentos e Noventa e Sete Reais e Vinte e Três Centavos), referem-se a quitação de saldo devedor de contratos de financiamentos.

Recebimento de R\$ 20.683.300,00 (Vinte Milhões, Seiscentos e Oitenta e Três Mil e Trezentos Reais) da ELETROBRÁS, proveniente de financiamentos relativo a efetivação de um conjunto de obras de investimento.

Pagamento no montante de R\$ 70.263.043,06 (Setenta Milhões, Duzentos e Sessenta e Três Mil, Quarenta e Três Reais e Seis Centavos), concernente a parte do débito de ICMS constante do Termo de Confissão de Dívida assinado em 20.12.96 com o Estado do Pará.

INVESTIMENTOS

O investimento realizado no ano de 1998 foi de R\$ 114,0 milhões, superior em 134,5% ao realizado no ano anterior, mostrando claramente a preocupação do novo grupo controlador na qualidade dos serviços oferecidos à população . A composição dos investimentos foi a seguinte:

Na Produção, destacamos a aquisição e instalação de 8 unidades geradoras dieselétricas para a UDE Imperador na cidade de Santarém, representando 65% dessa atividade.

Na Distribuição o maior volume de investimento realizado no ano de 1998 foi referente ao Sistema TRAMOESTE e ao Sistema BAIXO TOCANTINS representando 64% do investimento de distribuição.

Os investimentos na Comercialização da Distribuição foram direcionados principalmente para a aquisição de medidores de energia, aquisição de equipamentos para combate a fraudes e desvios de energia.

A nível de investimento na Administração, devemos destacar a modernização integral da frota da empresa com a compra de 283 veículos.

AÇÕES ADMINISTRATIVAS

O quadro de pessoal vem apresentando redução ao longo dos últimos anos, a saber

:

Foram admitidos 392 e desligados 1.176 empregados em 1998, entre estes, os admitidos sem concurso público, os aposentados pelo INSS e os que optaram pelo Programa

de Demissão Voluntária , reduzindo desta forma o quadro de pessoal de 2.864 em 1997 para 2.078 em 1998, tendo sido gasto nestes desligamentos R\$ 19,9 milhões.

PERSPECTIVAS PARA 1999

A forte atuação empresarial na busca da excelência dos serviços e do resultado financeiro

adotada, deverá se reforçar no exercício, aliando a todas as medidas já implantadas, ações expressivas no combate ao furto de energia elétrica para cumprimento da sua meta básica – redução das perdas.

Mais um forte plano de Investimentos está programado, com um total previsto na ordem de R\$ 65 milhões, que irá concluir obras de porte no Sistema TRAMOESTE e Baixo Tocantins, implementar aplicações nas obras de combate ao desperdício de energia, possibilitar cumprir compromissos assumidos com Governo do Estado do Pará no que se refira ao grupo de obras de cunho social, substituir grande parte das redes de distribuição por equipamentos, com maior segurança principalmente nas ações anti – furto de energia.

Ações de ajustes e definições dos novos níveis de despesas operacionais, incremento da terceirização de serviços, conclusão do programa de terceirização de geração dieselétrica contratada com a Guascor, são pontos que fazem prever para 1999 um resultado operacional que possibilite uma geração de caixa da ordem de R\$ 112,6 milhões.

Isto tudo contribui para que, em que pese os acréscimos financeiros que o descompasso cambial causou no Serviço da Dívida no início de 1999, a Empresa inicie seu caminho de crescimento sólido, uma nova era de resultados positivos apurados contabilmente.

Devemos destacar ainda , a criação do COMITÊ Y2K com finalidade exclusiva de tratar dos assuntos relacionados com problema do "Bug" do ano 2.000, ou seja no sentido de prevenir eventuais falhas que poderiam ocorrer nos sistemas operacionais da empresa.

O Comitê Y2K têm representantes das diversas áreas da empresa para todo o Grupo Rede, com responsabilidades e funções definidas, segundo cronograma de trabalho.

As datas limites para conclusão das fases são :

26/01/99 – Planejamento

15/02/99 – Conclusão do Inventário de todos os equipamentos e softwares

27/04/99 - Implantação

30/04/99 - Testes

30/05/99 – Plano de Contingências

22/06/99 – Prazo para finalização do processo "Bug" do ano 2000

Enfim, todas as providências estão sendo tomadas no nível interno, bem como externo à empresa, junto à clientes, fornecedores e demais entidades com os quais nos relacionamos.

Os principais indicadores do Balanço Social da Companhia, são os seguintes :

BALANÇO SOCIAL								
1. Bases de Cálculo	1998 (R\$ mil)				1997 (R\$ mil)			
1.1 – Faturamento Bruto		480.165			437.324			
1.2 – Lucro Operacional		3.373			(37.391)			
1.3 – Folha de Pagamento Bruta		121.134			149.731			
	1998				1997			
2. Indicadores Laboriais	(R\$ mil)	(1)	(2)	(3)	(R\$ mil)	(1)	(2)	(3)
2.1 – Alimentação	3.140	2,59%	93,09%	0,65%	6.264	4,18%	-16,75%	1,43%
2.2 - Encargos Sociais Compulsórios	32.732	27,02%	970,41%	6,82%	27.120	18,11%	-72,53%	6,20%
2.3 - Previdência Privada	3.623	2,99%	107,41%	0,75%	4.675	3,12%	-12,50%	1,07%
2.4 – Saúde	1.370	1,13%	40,62%	0,29%	1.418	0,95%	-3,79%	0,32%
2.5 – Educação	473	0,39%	14,02%	0,10%	768	0,51%	-2,05%	0,18%
2.6 - Partic.dos Trabalh.nos Lucros ou Res	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
2.7 - Outros Benefícios	278	0,23%	8,24%	0,06%	1.056	0,71%	-2,82%	0,24%
Total - Indicadores Laboriais (2.1 a 2.7)	41.616	34,36%	1233,80%	8,67%	41.301	27,58%	-110,46%	9,44%
3. Indicadores Sociais	(R\$ mil)	(1)	(2)	(3)	(R\$ mil)	(1)	(2)	(3)
3.1 – Impostos (excluídos enc. Sociais)	83.308	68,77%	2469,85%	17,35%	92.076	61,49%	-246,25%	21,05%
3.2 - Contrib.p/a Soc./Invest. Na Cidadania	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
3.3 – Investimentos em Meio Ambiente	-	0,00%	0,00%	0,00%	128	0,09%	-0,34%	0,03%
Total - Indicadores Sociais (3.1 a 3.3)	83.308	68,77%	2469,85%	17,35%	92.204	61,58%	-246,59%	21,08%
	1998				1997			
4. Indicadores do Corpo Funcional	Nº de empregados				Nº de empregados			

4.1 - Nº de empregados final do período	2.078			2.862			
4.2 - Nº de admissões durante o período	392			172			

(1) - % Sobre Folha de Pagamento Bruta

(2) - % Sobre Lucro Operacional

(3) - % Sobre Faturamento Bruto

USFEA

E para finalizar queremos expressar os nossos agradecimentos a todos os Acionistas, aos nossos Consumidores, aos Governos, Federal, Estadual e Municipais, aos Fornecedores, bem como à dedicação de todos os empregados.

A DIRETORIA

ANEXO H - CELG

Atendendo instrução da CVM, apresenta-se a seguir, informações relativas aos gastos com benefícios a empregados e gastos em investimentos para a comunidade na área de concessão da CELG.

	1998		1997	
1 - Bases de Cálculo				
	R\$		R\$	
1.1 - Faturamento Bruto	767.796.771,62		696.407.981,33	
1.2 - Lucro (Prejuízo) Operacional	(115.951.791,64)		15.345.824,55	
1.3 - Folha de Pagamento Bruta	70.229.258,04		67.403.080,12	
2 - Indicadores Laboriais				
	% s/ Folha		% s/ Folha	
2.1 - Alimentação	1.217.978,57	1,7	726.690,60	1,1
2.2 - Encargos Soc.Compulsórios	26.277.849,62	37,4	24.796.003,98	36,8
2.3 - Previdência Privada	4.793.028,28	6,8	4.281.014,75	6,4
2.4 - Saúde	2.217.978,57	3,2	4.168.279,61	6,2
2.5 - Educação	-	-	202.945,44	0,3
Total	34.506.835,04	49,1	34.174.934,38	50,7
3 - Indicadores Sociais				
	% s/ Fatur		% s/ Fatur	
3.1 - Impostos(excluídos enc.sociais)	224.285.393,09	29,2	235.862.232,06	33,9
4 - Indicadores do Corpo Funcional				
4.1 -Nº de empregados ao final do ano	2.443		2.583	

ANEXO I - ELETROPAULO



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 1998

Senhores Acionistas

A Administração da ELETROPAULO METROPOLITANA – Eletricidade de São Paulo S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis e o Parecer dos Auditores Independentes correspondentes ao exercício social de 1998, assim como o relatório das principais atividades desenvolvidas pela Companhia no período.

CARTA DO PRESIDENTE

Nem mesmo Benjamin Franklin poderia supor os reflexos de seus experimentos na transformação da vida de toda a humanidade. A energia em forma de eletricidade mudou o perfil do planeta que, a partir daí, viveu uma das revoluções mais profundas que se tem notícia. Nessa virada de milênio, uma nova revolução ganha forma, não só no mundo mas, particularmente, no Brasil. O advento das privatizações está marcado pela busca da eficiência, em sua definição mais ampla, e coloca nosso país na rota da evolução, do crescimento e da qualidade, como fim. A privatização da ELETROPAULO, no início de 1998, veio ao encontro deste momento histórico. Para esta nova Companhia, o consumidor deixou de ser um recebedor de contas para ser alçado, merecidamente, à categoria de cliente, que passa a ser tratado com respeito, dignidade, pagando por um serviço que atenda às suas mais altas expectativas.

Para tal, um redirecionamento interno implicou na necessidade da união de todos em torno de uma dupla responsabilidade: junto ao cliente, razão básica da existência de qualquer empresa, e que demanda o melhor para si, e junto ao investidor, que merece resultados positivos para sua aplicação.

Para a ELETROPAULO, o ano de 1998 representou um período de transição e de preparação para o futuro. Adquirida em leilão no dia 15 de abril de 1998, ela passou a viver um incisivo processo de transformação, dividido em quatro grandes frentes: financeira, administrativa, comercial e de distribuição. Apesar do tempo restrito, a Companhia conseguiu avanços importantes. Foi mudado o perfil de sua dívida, definidos padrões orçamentários sem perder de vista a qualidade, iniciados os entendimentos para recebimento de créditos vencidos superiores a R\$ 786 milhões, reduzidos em pelo menos 25% os custos relativos a contratos de compra e prestação de serviços por terceiros, incrementada e modernizada a estrutura de atendimento ao cliente, seja através do telefone, seja pessoalmente, nas lojas de atendimento. Mas foi o segmento de distribuição de energia que apresentou as mudanças mais significativas aos olhos do cliente. Buscando maior agilidade e atingir níveis mais elevados de qualidade, foram reorganizadas as turmas de atendimento de campo, modernizados sistemas e realizada uma ampla análise da qualidade da distribuição.

Outro procedimento em sintonia com a priorização do cliente foi a dedicação da ELETROPAULO à comunidade. Equipes especiais foram incumbidas de estreitar a

comunicação e o relacionamento com entidades representativas, sejam governamentais, reguladoras, empresariais, industriais, associações e entidades civis.

O setor elétrico, embora mais resistente, não passou ao largo da turbulência econômica mundial. A Companhia apresentou um crescimento de mercado nas classes residencial e comercial que superou o decréscimo registrado na classe industrial. Apesar das dificuldades inerentes à conjuntura econômica, os prognósticos para 1999 - ano do centenário da empresa - também apontam para o crescimento do nosso negócio. Apoiada no sucesso de sua reestruturação financeira e administrativa, a ELETROPAULO pretende equacionar sua dívida de curto prazo e continuar seu programa de investimento de mais R\$ 1 bilhão até 2001, visando melhorar sua performance no que diz respeito à qualidade e eficiência de seu serviço. Continuará atenta às novas oportunidades do mercado, incluindo iniciativas nas áreas de telefonia, geração de energia e avanço do programa nacional de desestatização. A ELETROPAULO, por outro lado, pretende rever a chamada 'tarifa social', adequando-a a padrões mais equilibrados e ajustados ao contexto do país.

As possibilidades de crescimento encontram suporte na própria realidade de nosso mercado. A ELETROPAULO concentra seu trabalho na mais pujante região econômica do país, com uma população de elevado poder de consumo que alavanca o desenvolvimento do setor de comércio e prestação de serviços, reunindo também indústrias de grande potencial. A reconhecida força do Grupo Light, formado pelas empresas norte-americanas Houston Industries Energy, Inc. e The AES Corporation, a francesa Electricité de France - EDF - e a brasileira Companhia Siderúrgica Nacional - CSN agrega a certeza da melhor tecnologia criada por empresas responsáveis pelo sistema de distribuição de energia de algumas das mais vibrantes cidades do planeta. Ao aliar eficiência, competência e um gerenciamento perfeitamente ajustado às expectativas do cliente, a ELETROPAULO reúne os predicados de uma Companhia fundamentada para gerar uma expansão poucas vezes vista no setor. Um prognóstico que eleva e reforça o tema escolhido e que sintetiza nosso objetivo estratégico: "Energia é o nosso Negócio".

Nossos agradecimentos aos empregados, clientes, fornecedores, Dr. Benjamin Steinbruch – Presidente do Conselho de Administração em 1998, Dr. Oscar Prietto – Membro do Conselho de Administração em 1998 e Dr. Arivair Guido Dall’Stella, deixando o cargo de Diretor Executivo, Conselheiro Efetivo e Vice-Presidente do Conselho de Administração, a partir de 1999.

PARCERIA COM O DESENVOLVIMENTO

Os paulistanos que viam o bonde elétrico fazendo o percurso entre Barra Funda e Santa Ifigênia, em 1900, certamente não imaginavam que aquele cenário seria a simbologia de uma história de parceria de uma empresa com o progresso e a força realizadora de um povo. A ELETROPAULO de hoje é a virtual herdeira da "The São Paulo Railway, Light and Power Company Limited" fundada em 1899, fruto do espírito visionário de um grupo de empresários canadenses. Desde a sua instalação oficial no país, em 17 de junho do mesmo ano, a Companhia teve o crescimento como regra. Depois de iluminar a capital paulista, em 1928 a energia distribuída pela antiga Light já se espalhava pelas regiões de Jundiaí, Sorocaba, Itu, Guaratinguetá e Santos. Do ponto de vista do negócio, a primeira grande mudança de rumos deu-se em 1979, quando a empresa foi comprada pelo Governo Federal e, em seguida repassada ao controle paulista. O novo nome veio em 1981, quando o Governo do Estado de São Paulo adquiriu da Eletrobrás o subsistema paulista da Light. Criava-se assim a ELETROPAULO - Eletricidade de São Paulo S.A. Com a ascensão do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995, e a influência da globalização econômica, o programa de privatizações ganhou impulso. Chegava a vez da iniciativa privada, do consumidor e da própria

ELETROPAULO. Como parte do processo, em 1997 a empresa foi dividida em quatro companhias menores, sendo duas de distribuição de energia. A ELETROPAULO, a maior delas, foi adquirida em leilão no dia 15 de abril de 1998 pelo Consórcio Lightgás, formado pelos seguintes grupos:

Houston Industries Incorporated.: Uma das mais importantes empresas norte americanas de eletricidade e gás natural, a Houston tem mais de 7,3 milhões de clientes, sendo 3,8 milhões somente nos Estados Unidos, prestando serviços que se destacam pela eficiência, qualidade e moderna tecnologia. Uma de suas subsidiárias é a Houston Industries Energy, Inc. que investe em companhias internacionais de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Electricité de France: Entre as maiores do setor em todo o mundo, a EDF constrói e opera hidrelétricas, beneficiando com sua energia aproximadamente 30 milhões de clientes. Com sede em Paris, a Electricité de France tem como missão fornecer os melhores serviços pelo menor preço. Através de consultorias e investimentos diretos, está presente em países dos cinco continentes.

Companhia Siderúrgica Nacional: Privatizada em abril de 1993, a CSN é vista como exemplo do sucesso do programa de desestatização do Governo Federal. É a líder do setor siderúrgico brasileiro e, sob a administração da iniciativa privada, deu passos largos em direção à diversificação de negócios, incluindo as áreas de geração e distribuição de energia elétrica.

The AES Corporation: Com 10 mil funcionários (mais 20 mil afiliados) em todo o mundo e investimentos em 112 usinas e 8 Companhias de distribuição, a AES é a maior empresa de produção independente de energia do planeta, com uma carga superior a 34.400 MW. Sua meta é distribuir energia elétrica segura, limpa e confiável para satisfazer plenamente às necessidades do mercado. Os projetos da AES espalham-se pelos Estados Unidos, Reino Unido, Hungria e China, entre outros, e participa em atividades de desenvolvimento empresarial com 52 negócios em 19 países e 125 novos projetos em 49 países.

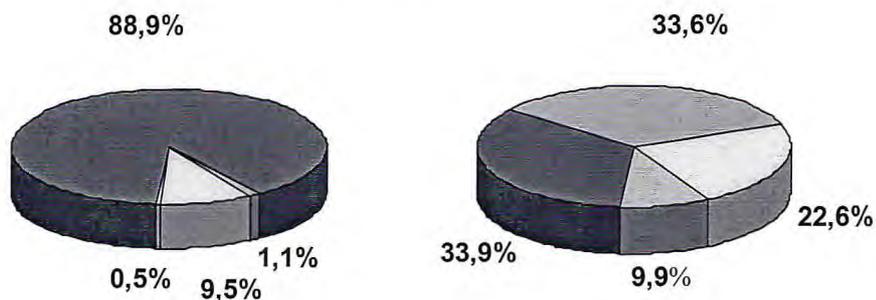
A ELETROPAULO privatizada nasceu grande. A Companhia, maior distribuidora de energia elétrica da América Latina, atua em 24 municípios da região metropolitana de São Paulo, distribuídos por 4.526 quilômetros quadrados. São 4,4 milhões de clientes que representam, no total, mais de 14 milhões de habitantes, ou seja, 9% da população brasileira e 42% da população paulista. O perfil dos clientes tem relação direta com o panorama econômico de uma área responsável por 14,8% do PIB Nacional, com uma renda per capita de R\$ 7.842,44, uma das maiores do país. Em 1998, a ELETROPAULO distribuiu 35.805 GWh, correspondendo a 12,5% da energia elétrica brasileira e 38,9% do consumo do Estado de São Paulo. Este mercado corresponde ao consumo de países do porte do Chile e Uruguai somados.

Apesar da crise econômica e da conseqüente retração da atividade industrial, o mercado ELETROPAULO apresentou no ano passado crescimento de 2,6% em comparação a 1997, resultado influenciado, sobretudo, pelo bom desempenho nos segmentos dos clientes comerciais e residenciais que, juntos, representam 56,5% do mercado total. São 3.914 mil clientes residenciais que representam 33,9% do consumo de energia, com crescimento de 4%; 418 mil clientes comerciais, que respondem por 22,6% do consumo, com crescimento de 7,4%; e outros 50 mil clientes industriais, responsáveis por 33,6%, com diminuição de 2,6% na participação total do mercado. Em 1998 foram feitas 160 mil novas ligações para fornecimento de energia em baixa, média e alta tensão. A Companhia conta com 127 Estações Transformadoras de Distribuição - totalizando 10,9 GVA de potência instalada - e 1,64 mil km de circuitos em linhas de subtransmissão.

A seguir é apresentada graficamente a Estrutura de Mercado da

ELETROPAULO:

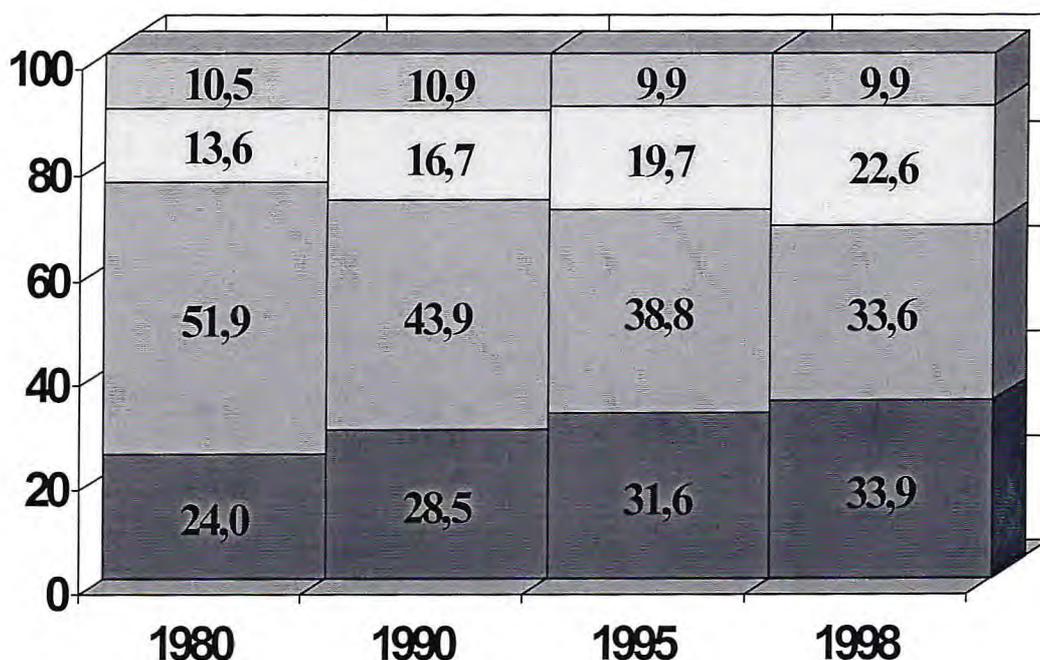
Estrutura de Mercado 1998



	CONSUMIDORES		CONSUMO	
	MIL	%	GWh	%
■ RESIDENCIAL	3.914	88,9%	12.120	33,9%
■ INDUSTRIAL	50	1,1 %	12.047	33,6%
■ COMERCIAL	418	9,5%	8.085	22,6%
■ OUTRAS	21	0,5%	3.553	9,9%
	<u>4.403</u>		<u>35.805</u>	

A Evolução da Estrutura de Mercado, apresentada no gráfico abaixo, demonstra o ganho de participação das classes residencial e comercial ao longo dos anos, proporcionando uma constante elevação da margem tarifária.

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA



■ RESIDENCIAL ■ INDUSTRIAL ■ COMERCIAL ■ OUTROS

O CLIENTE: MUITO MAIS QUE UM CONSUMIDOR

No mercado globalizado da virada do milênio, o consumidor é o grande cortejado. Se na economia do vapor do século XVIII os negócios tinham como foco os ganhos pela produção em escala, o encerramento do século XX abre espaço para os ganhos direcionados pela vontade daquele que compra. Não deve ser vista com surpresa, portanto, a decisão da ELETROPAULO de concentrar esforços em torno da satisfação plena das exigências de seu público externo, um reposicionamento que começou com uma mudança de nomenclatura: a Companhia deixou de ter consumidores e passou a vê-los como clientes, pessoas e empresas que demandam tratamento especial e a prestação de serviço de qualidade sempre melhor. Assim, intensificou-se o programa de treinamento de empregados, capacitando-os a receber as solicitações dos clientes e respondê-las com maior presteza. Para a ELETROPAULO, o primeiro desafio prático nessa nova ótica foi a Copa do Mundo de futebol quando estruturou-se uma operação especial de modo a privilegiar o atendimento emergencial. O segundo deu-se quando da realização das eleições majoritárias, exercício pleno da democracia em que energia e informatização transformaram-se em insumos para garantir a agilidade do processo.

Mantendo a prevenção como prioridade, a Companhia mobilizou suas diversas áreas e colocou em prática um Plano de Ação, a partir de um amplo diagnóstico do sistema de distribuição, incluindo desde eventos de sobrecarga à falta de equipamentos. Com o nome Operação Ilumina Verão, a ELETROPAULO montou um detalhado programa de treinamento e tomou providências visando fazer frente às necessidades da estação mais quente do ano, marcada pela constância de chuvas fortes. Somente no que diz respeito ao reforço de estoque, foram adquiridos mais de mil itens, um investimento de R\$ 20 milhões. O volume de estoque caiu 30% com o descarte de equipamentos e materiais considerados obsoletos.

Para modernizar o atendimento aos clientes, foram abertas 3 Agências Metropolitanas, primeiro passo para a formação de um conjunto de 23 Agências e outros 16 Postos de Atendimento, totalmente informatizados e com uma nova padronização visual. O serviço telefônico passou a ser incrementado a partir da concepção de um 'Call Center', reunindo o atendimento das comunicações de emergência pelo telefone 196 e a prestação de serviços comerciais pelo 120. Através destes dois canais, a ELETROPAULO atendeu, em 1998, a mais de 1 milhão e 750 mil ligações. Apesar de distintas, as duas iniciativas trazem um ponto em comum: elevar o nível da autonomia e das responsabilidades, além de agilizar decisões. No sentido de dar suporte técnico na área de faturamento, gerenciamento, atendimento e cobrança a clientes atendidos em média e alta tensão, foi dado início ao desenvolvimento de um projeto específico, voltado ao gerenciamento de grandes clientes.

Também preocupada com a segurança de seu público externo, a ELETROPAULO procurou maior aproximação com a comunidade, através de um programa de esclarecimento e conscientização sobre os riscos da eletricidade. Um dos pontos de maior relevância do trabalho foi a Campanha de Segurança nas Escolas que, em menos de dois meses, visitou estabelecimentos de ensino de primeiro grau nos municípios de Santo André e São Bernardo do Campo, monitorando informações a 8.700 estudantes. Para 1999 a meta é visitar outras 200 escolas, prestando esclarecimentos a mais de 200 mil crianças, jovens e representantes de diversos segmentos da comunidade.

BUSCA DA EXCELÊNCIA

Independente do segmento de mercado, cada vez mais o cliente busca por eficiência, qualidade e preço, uma combinação que, salvo raríssimas exceções, não tem qualquer relação com o acaso. Consciente disso e da importância de seu serviço no cotidiano de milhões de brasileiros, a ELETROPAULO lançou em 1998 o seu Plano de Ações e Investimentos, um amplo programa que representou dispêndios da ordem de R\$ 321 milhões e que significará, até 2001, a aplicação de mais R\$ 1 bilhão e a ampliação do sistema de subtransmissão em 2.000 MVA. Com a disponibilização de um orçamento criterioso, ao mesmo tempo marcado pelo rigor no cumprimento de metas e prazos, foram colocados em prática em 1998 procedimentos visando aumentar a eficiência e a confiabilidade do sistema de distribuição de energia elétrica:

- Execução de 21 obras: quatro de ampliação, seis de caráter emergencial, oito de manutenção e construção de três Subestações de Distribuição, com uma instalação bruta de 541,9 MVA. Descontadas as desativações, houve um acréscimo no sistema de 250,1 MVA, suficientes para o suprimento de uma cidade de aproximadamente 1 milhão de habitantes.

- Inauguração de 20 Circuitos de Distribuição.

- Construção de 4,8 km.c em Linhas de Subtransmissão e reconstrução das Linhas de Subtransmissão Aéreas Norte-Canindé e Piratininga-Bandeirantes.

- Implantação do Sistema de Supervisão e Controle em 11 subestações, proporcionando maior rapidez no atendimento às interrupções não programadas e beneficiando alguns dos mais importantes bairros da capital paulista, além das populações de cinco municípios vizinhos.

- Inspeção em 12 circuitos primários, com extensão total de 160,8 km.

- Investimentos de R\$ 2,4 milhões em programas de capacitação nas mais diversas áreas. Foco no treinamento de funcionários para trabalho, eficiente e seguro, em 'Linha Viva', possibilitando serviços preventivos e de manutenção sem a necessidade de interrupção no fornecimento de energia. Os cursos de capacitação beneficiaram diretamente 11.918 participantes. No total, foram 318.980 horas de treinamento.

- Revisão e manutenção da frota de 2100 veículos da empresa. Aquisição de 225 veículos novos.
- Ampliação do sistema de atendimento de emergência através da reestruturação das equipes.
- Utilização de modernos recursos de comunicação com as equipes, como rádios (sistema trunking), pagers (832) e celulares (158).
- Manutenção do sistema de iluminação pública, com 752 mil lâmpadas, contribuindo com aspectos fundamentais da segurança pública, seja no que diz respeito às pessoas ou ao tráfego de veículos.
- Início de um programa de cooperação com o Departamento de Meteorologia da Universidade de São Paulo. Com ele, a ELETROPAULO passou a dispor de informações 'on line' através de imagens de satélite e dados de radares, aumentando sua capacidade de prever riscos em decorrência de alterações climáticas.
- Manutenção preventiva, poda e remoção de árvores com risco de queda na rede de distribuição.

Este conjunto de procedimentos, e alguns deles em especial, teve papel decisivo na melhora de parâmetros de qualidade, periodicamente avaliados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através da Comissão de Serviço Público do Estado de São Paulo - CSPE. O DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor, que registra o número de horas que o cliente fica sem energia elétrica por ano, ficou em 18,21 em 1998. O FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor, que registra o número de vezes que o cliente fica sem energia por ano, foi de 10,18. Os índices obtidos nestes dois parâmetros - DEC e FEC - colocam a ELETROPAULO entre as melhores empresas do Setor, em nível nacional.

A busca da qualidade superior na prestação de serviços também tomou a forma de alterações nos métodos operacionais, sobretudo no gerenciamento eletrônico de informações. O trabalho, cujas linhas mestras foram traçadas em 1998, para término em 1999, iniciando o processo para a implantação do SAP, um *software* de gestão que integra todas as áreas da empresa, organizando a entrada e saída de dados; prosseguiu com o início da instalação do WAN, uma rede própria de telecomunicações interligando todos os escritórios da Companhia; e inclui o LAN, redes locais para transmissão de dados e voz em todos os escritórios, e a atualização e modernização de toda a plataforma de *hardware* e *software*. No biênio 98/99, a ELETROPAULO estima investimentos da ordem de R\$ 84,5 milhões somente na implantação de sistemas que permitam, do ponto de vista tecnológico, melhor gestão da informação. Deste montante, R\$ 5 milhões estão sendo aplicados na solução do BUG do Milênio, a adequação de sistemas e máquinas que permita aos equipamentos ler com precisão a passagem para o ano 2000.

A TRAJETÓRIA DE UM AJUSTE

A opção da ELETROPAULO pela valorização do cliente implicou em ajustes dos mais vigorosos que se tem notícia em sua história centenária. A busca por melhores índices de produtividade, qualidade e eficiência levou a um esforço conjunto, colocando lado a lado todos os segmentos da Companhia em uma única empreitada. Este reposicionamento teve como ingrediente uma mudança cultural. A partir da segunda metade de abril de 1998, cada área, cada atividade, cada processo passou a ter como meta agregar valor à ELETROPAULO, fazer dela uma Companhia mais ágil e moderna. Dentro desta perspectiva, o primeiro avanço aconteceu com o início da reestruturação do perfil da dívida da empresa. Com a captação de US\$ 580 milhões, pouco antes do agravamento da crise internacional, a ELETROPAULO assegurou a retomada do programa de investimentos e criou condições para que sua geração interna de recursos fizesse frente aos compromissos com os credores e desse sustentação ao programa de

reestruturação operacional. Além disso, conseguiu sensível redução nos juros pagos, obtendo taxas mais estáveis e competitivas. Ainda que marcado por transformações que exigiram dispêndios elevados, a política de gestão de caixa possibilitou o pagamento do Serviço da Dívida, líquido das Captações, da ordem de R\$ 250 milhões.

A trajetória do ajuste da ELETROPAULO passou ainda pela readequação na área de pessoal. Mediante programas especiais de desligamento e aposentadoria, que implicaram em alocação de recursos de R\$ 101 milhões, o quadro funcional foi reduzido em 23,4%, passando de 10.014 empregados em abril de 1998, para 7.668 ao final do ano. A estrutura organizacional foi modernizada com a redução de níveis hierárquicos e a eliminação de 30% dos postos de gerência. A remuneração da folha de pagamentos, por outro lado, registrou redução ainda maior, de 27,6% : a média caiu de R\$ 20,7 milhões em abril para R\$ 15,6 milhões em dezembro, representando uma economia anual de 5,2% da Receita Líquida. Como consequência, melhoraram sensivelmente os índices de produtividade. A relação número de consumidores por empregado, que em janeiro de 1998 era de 424, saltou ao final do ano para 574. Já a relação Megawatt/hora por empregado subiu de 292 em janeiro para 384 em dezembro. A área jurídica, por sua vez, dedicou-se ao encaminhamento adequado de um universo de 14 mil processos, sendo 4 mil somente na área trabalhista. A principal contingência, do ponto de vista fiscal, diz respeito ao não recolhimento da COFINS pela Companhia, amparada por medida liminar concedida em mandado de segurança de 1992 e reestabelecida pelo Tribunal Regional Federal em 1998, fundamentada na tese da inconstitucionalidade da cobrança. No total, estes questionamentos implicaram na provisão de contingências adicionais de R\$ 1.075 milhão. Outro fato relevante diz respeito à renegociação de parte da dívida da Companhia frente a Fundação CESP. De um montante de R\$ 512,5 milhões, R\$ 422,5 milhões foram saldados em imóveis em setembro de 1997. A partir de setembro de 1998, acabaram em parte retomados pela Administração da Companhia, representando R\$ 336,7 milhões, para aproveitamento no programa de reestruturação patrimonial.

A partir dos contornos de empresa privada, desvinculada das limitações inerentes à atividade pública, a ELETROPAULO reuniu argumentos para melhor negociar seus contratos com fornecedores e prestadores de serviços. Graças à isso, e à conscientização geral quanto à nova realidade de mercado, a Companhia vem conseguindo uma economia da ordem de 25%. Exemplo dos mais representativos é o contrato que permitiu reduzir de R\$ 5,5 milhões para R\$ 2,4 milhões as despesas anuais para impressão das contas de energia dos clientes, uma economia superior a 50%.

Paralelamente, em um esforço comum de várias diretorias, deu-se início aos entendimentos para o recebimento de créditos vencidos superiores a R\$ 786 milhões, boa parte devida pelo Governo do Estado de São Paulo, Prefeituras dos Municípios na área de concessão da Companhia e órgãos públicos. Também alinhado ao conceito de recuperação de receitas, foram desenvolvidos sistemas para regularização de ligações clandestinas e combate às fraudes, tanto no segmento dos clientes industriais como comerciais ou residenciais.

Essas iniciativas já apresentam seus primeiros frutos. Sem qualquer ajuste tarifário, apenas buscando melhores índices de produtividade, a ELETROPAULO obteve uma receita bruta de R\$ 4.541 milhões, número que, em linhas gerais, também reflete o crescimento de 2,6% do mercado como um todo. O prejuízo operacional de R\$ 471 milhões, dado negativo em números absolutos, revela uma realidade diversa observado o volume de contingência contabilizado. A receita líquida com a venda de energia elétrica e serviços atingiu ao longo do ano passado a importância de R\$ 3.479 milhões.

Esse desempenho vem rendendo citações positivas à Companhia por parte de alguns dos mais importantes grupos de análise do mercado. Recentemente o Departamento de Pesquisas de um conceituado banco internacional de investimentos, em publicação, apontou a ELETROPAULO como responsável pelo melhor 'case' de reestruturação financeira e administrativa entre as empresas de energia elétrica privatizadas no Brasil.

1999 - O ANO DA CONSOLIDAÇÃO

Se, para a ELETROPAULO, 1998 foi o ano da transição, 1999 tende a transformar-se no período da consolidação, do início de um trabalho de fortalecimento que promete avançar muito além da virada do milênio. Nas várias áreas da empresa, programas lançados nos últimos meses começam a ganhar contornos definidos e a apresentar resultados mais efetivos. A reorganização financeira e administrativa levada a cabo no ano passado, mais que criar uma estrutura segundo a nova realidade, fez com que a Companhia reunisse as credenciais para pagar dívidas de R\$ 1,2 bilhão de curto prazo. Do ponto de vista prático, este prognóstico positivo se apóia em vantagens estratégicas que vão desde a localização privilegiada da área de concessão da empresa - com grande demanda e boas possibilidades de crescimento, ancorada em uma das rendas per capita mais altas do país - ao baixo risco de perda de faturamento, dada à pulverização do fornecimento entre o universo de clientes. Na área de Recuperação de Receitas, prevê-se um conjunto de obras, implementos, ações preventivas e de combate à fraude. A Companhia, por outro lado, espera avançar significativamente nos entendimentos para a recuperação de créditos históricos de R\$ 786 milhões. Atendendo às exigências contratuais com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, cerca de R\$ 36 milhões serão investidos em projetos de conservação de energia e eficiência energética e na aferição de 500 mil medidores. Ênfase especial também será dada à chamada 'medição de fronteiras' iniciativa que pretende apurar com precisão o volume de energia comprada pela ELETROPAULO em sua área de atuação. Em conformidade com as exigências da ANEEL, até 30 de junho a Companhia terá superado por completo o impasse do BUG do Milênio, convertendo todos seus sistemas de *hardware* e *software*.

Em 1999, assim como todos os demais anos daqui para frente, o cliente será a razão maior do trabalho da ELETROPAULO, um direcionamento representado por um reforço no atendimento de emergência, serviços telefônicos e via Internet e, sobretudo, por um completo programa de investimentos em tecnologia de última geração, obras de ampliação e otimização do sistema de distribuição e melhor gerenciamento eletrônico de informações. A ELETROPAULO não quer ser apenas uma empresa que tem história para contar. Quer fazer parte dela e contribuir para o desenvolvimento do país.

BALANÇO SOCIAL

BALANÇO SOCIAL - 1998

1. Bases de Cálculo	1998 (R\$ mil)
1.1 - Faturamento Bruto	4.540.853
1.2 - Lucro Operacional	391.803
1.3 - Folha de Pagamento Bruta	727.525

ANO		1998	
2. Indicadores Laboriais	Valor (R\$ mil)	% sobre Folha de Pagamento Bruta	% sobre Lucro Operacional
2.1 - Alimentação	30.867	4,24%	7,88%
2.2 - Encargos Sociais Compulsórios	114.959	15,80%	29,34%
2.3 - Previdência Privada	107.409	14,76%	27,41%
2.4 - Saúde	35.082	4,82%	8,95%
2.5 - Educação	3.325	0,46%	0,85%
2.6 - Participação nos Resultados	2.209	0,30%	0,56%
2.7 - Outros Benefícios	193.325	26,57%	49,34%
Total - Indicadores Laboriais (2.1 a 2.7)	487.176	66,95%	124,33%

3. Indicadores Sociais	Valor	% sobre Faturam.	% sobre
	(R\$ mil)	Bruto	Lucro Operacional
3.1 - Impostos (excluídos encargos sociais)	1.254.521	27,63%	320,19%
3.2 - Contr.p/a socied./Invest.na cidadania	8.087	0,18%	2,06%
Total - Indicadores sociais (3.1 a 3.2)	1.262.608	27,81%	322,25%

4. Indicadores do Corpo Funcional	1998	1997
4.1 - N° de empregados ao final do período	7.668	10.240
4.2 - N° de admissões durante o período	276	

Os números mostrados neste Balanço Social indicam quanto a Companhia despendeu, em benefício da comunidade, quer seja na forma de encargos e benefícios da folha de pagamento, quer seja na forma de impostos municipais, estaduais e federais.

Indicadores Laboriais

Alimentação

Destacamos que, do total de gastos com alimentação, R\$ 24,6 milhões referem-se a vale refeição e vale matinal.

Encargos Sociais

Referem-se aos encargos compulsórios sobre folha de pagamento como INSS, FGTS, Salário Educação, entre outros.

Previdência Privada

Dispêndios relativos ao Plano de Suplementação de Aposentadoria dos Funcionários da Eletropaulo com a Fundação CESP.

Saúde

Incorpora, principalmente, despesas médicas, hospitalares e odontológicas.

Outros Benefícios

Do total apontado, R\$ 116,2 milhões referem-se a Plano de Incentivo à Aposentadoria e Plano de Readequação do Quadro de Pessoal.

Indicadores Sociais

Impostos (excluídos encargos sociais)

A título de ICMS, foram pagos R\$ 893 milhões; COFINS E PASEP, impostos e contribuições sobre a receita, R\$ 114,6 milhões; imposto de renda e contribuição social, R\$ 124,7 milhões. Foram alocados ainda R\$ 53,8 milhões referente a RGR (Reserva Global de Reversão) e R\$ 13,2 milhões de taxa de fiscalização à ANEEL, ambos específicos do setor de energia elétrica.

Contribuição para a sociedade/ Investimentos na Cidadania

Ao longo de 1998, foram doados R\$ 4,5 milhões que beneficiaram 670 entidades, entre religiosas, assistenciais e hospitalares. Outro donativo, de R\$ 500 mil, fez da ELETROPAULO empresa participante do Programa Comunidade Solidária - liderado por Dona Ruth Cardoso - voltado para a formação profissional de jovens entre 14 e 21 anos.

Entre as iniciativas sociais de responsabilidade direta da ELETROPAULO, a de maior destaque - reconhecida pela Fundação Abrinq, que conferiu à Companhia o título de "Empresa Amiga da Criança" - atende pelo nome "Turma da Rua". O programa divide-se em duas vertentes. Na primeira estão duas creches pré-escola, localizadas na zona sul da capital paulista, que beneficiam, no total, 290 crianças de 0 a 7 anos, prestando serviços básicos como alimentação, saúde e educação. Na outra encontra-se o Circo Escola. O projeto, voltado para crianças e jovens entre 6 e 18 anos, procura estimular o desenvolvimento da criatividade, da autodisciplina, auto-estima e autocrítica, visando a ampliação da sensibilidade para o desenvolvimento cultural. No Programa "Turma da Rua", a ELETROPAULO investiu R\$ 3,06 milhões em 1998.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO R\$ MIL

	1998	1997
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de Vendas de Energia e Serviços	4.540.853	6.472.644
Receitas (Despesas) não Operacionais	(29.472)	38.028
	<u>4.511.381</u>	<u>6.510.672</u>
INSUMOS		
Custo de Energia Comprada e Transmissão	(1.809.565)	(2.308.948)
Serviços de Terceiros	(100.022)	(307.778)
Materiais	(26.713)	(51.537)
Combustível para Produção de Energia	-	(20.313)

Outros Custos Operacionais	(942.156)	(225.324)
	<u>(2.878.456)</u>	<u>(2.913.900)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.632.925	3.596.772
Quotas de Reintegração	169.995	306.214
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	1.462.930	3.290.558
Receitas Financeiras	89.488	20.466
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>1.552.418</u>	<u>3.311.024</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do Trabalho	482.338	1.109.078
Governos:		
Impostos, Taxas e Contribuições	1.471.573	2.243.828
Contribuição Social e Imposto de Renda	(229.299)	(511.579)
Juros	275.001	352.715
Aluguéis	24.276	34.399
Dividendos	-	12.726
Lucros Retidos	-	69.857
Prejuízo do Exercício	<u>(471.471)</u>	<u>-</u>
	1.552.418	3.311.024

ANEXO J - ELETROBRAS

A Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S. A., em total sintonia com as atuais diretrizes do Governo Federal, esteve em 1997 firmemente engajada no processo de reestruturação institucional e patrimonial do Setor Elétrico e sempre atenta ao seu papel junto à Sociedade. Neste ano, no bom desempenho obtido pela Empresa, um dos principais fatores de destaque foi o forte investimento no Plano Social, o que pode ser observado através dos Indicadores Laboriais, Sociais e do Corpo Funcional da Empresa, além de outros indicadores específicos, que retratam a sua responsabilidade social.

A Eletrobrás, de conformidade com o acima exposto, apresenta o seu I Balanço Social, referente ao exercício de 1997, que explicita nossas intenções e ações para o maior desenvolvimento humano e vivência da cidadania.

O Balanço Social serve a todos os grupos que interagem com a Empresa: dirigentes e empregados, fornecedores e investidores, consumidores e Estado, demonstrando quantitativa e qualitativamente o seu papel desempenhado no Plano Social.

Nos indicadores sociais, destacamos a sua participação no Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida, através de Resolução específica de sua Diretoria, num esforço comum de governo para a justiça social.

Acreditamos que este Balanço Social poderá tornar-se importante instrumento de gestão para decisões sobre programas e responsabilidades sociais que a Eletrobrás venha a desenvolver ou aprimorar.

Firmino Ferreira Sampaio Neto

Presidente

Base de Cálculo

	1997 (R\$)
Receita Operacional Bruta	4.340.406.000
Pessoal e Encargos	95.175.000
Lucro Operacional	1.718.030.000

Indicadores Sociais

	Valor R\$	% Sobre Receita	% Sobre L. Operac.
Tributos e Contribuição Social	583.026.000	13.43	33.93
Investimentos Culturais	5.415.000	0.12	0.32
Contribuição para a Sociedade / Investimentos em cidadania	2.524.847	0.06	0.15
Investimentos em Meio Ambiente	312.376	0.007	0.01

Investimentos Culturais

A Eletrobrás vem fomentando a cultura brasileira através da aplicação de incentivos fiscais em projetos culturais, na produção de obras cinematográficas, no incentivo a atividades musicais e no apoio à restauração do patrimônio histórico e artístico.

Com o objetivo de democratizar os recursos disponíveis, a ELETROBRÁS optou por uma estratégia de pulverizar sua participação entre vários projetos, selecionando os mais representativos em termos de diversidade geográfica e cultural.

Dentre os critérios utilizados, destacam-se a abrangência histórica, a profundidade da temática social e o enfoque dado à cultura nacional, sempre buscando projetos voltados para a valorização das raízes e da realidade brasileira.

Com o intuito de contribuir para uma melhor compreensão da memória nacional, foram contemplados, também, projetos de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural, englobando desde a restauração de obras de arte até a recuperação de documentos.

Contribuição para a Sociedade / Investimentos em Cidadania

Educação / Desenvolvimento

Na linha de Educação e Desenvolvimento, através do Departamento de Desenvolvimento Organizacional da Eletrobrás, é prestado o apoio financeiro às Instituições de Ensino, para estudos e pesquisas neste campo de atuação.

Destaca-se também, nesta aplicação, o Programa Pró-Menor -Programa de Preparação do Menor para a Vida e o Trabalho, gerenciado pelo Departamento de Recursos Humanos da Empresa, que objetiva a preparação de menores para o mercado de trabalho através de uma qualificação profissional, contribuindo para o seu crescimento pessoal. Em 1997 foram atendidos 147 menores.

Ainda sob o gerenciamento do Departamento de Recursos Humanos da Eletrobrás, consoante legislação vigente, a Empresa desenvolve um Programa de Estágios de 2º e 3º graus, cujo objetivo é propiciar complementação do ensino e da aprendizagem, em termos de treinamento prático e aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e de relacionamento humano.

Apoio a Instituições de Ensino	Valor R\$ 565.000
--------------------------------	----------------------

Menores - Programa Pró-Menor	736.809
Estagiários	786.306

Programa de Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida

Natal sem fome	9.973
Programa de Escolarização de 1º Grau	3.239

Obs 1 :: Doação de 418 ítems considerados fora de uso, entre móveis, máquinas e outros materiais, a instituições filantrópicas.

Obs 2 :: Gestão da Empresa sobre a Doação Espontânea de Tíquetes, pelos empregados, importando em R\$ 18.320, os quais foram distribuídos a várias instituições carentes e hospital dos Servidores do Estado.

Combate ao Desperdício de Energia Elétrica

	Valor R\$
Programa Educação - PROCEL nas Escolas	94.260
Convênios com Universidades	
Laboratório Didático (FADE - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco)	95.000
Capacitação Pessoal (CEFET - RJ)	15.000
Capacitações Laboratorial e Pessoal (UPE - Universidade de Pernambuco)	65.000
Capacitações Laboratorial e Pessoal (UFF - Universidade Federal Fluminense)	70.000
Capacitação para Demonstrações Técnicas (Universidade Federal do Espírito Santo)	50.000
Seminários / Cursos	30.300
Ações junto aos Consumidores de Baixa Renda	
Apoio à impressão de Manual da COELCE sobre " Energia Elétrica para consumidor rural irrigante de Baixa Tensão".	3.960

E ainda, outros apoios técnico e financeiro, com recursos liberados em exercício anterior para os seguintes projetos de Baixa Renda:

CEMIG - Instalação de equipamentos nos circuitos secundários, visando aos benefícios tanto em nível de modulação de carga, quanto de melhoria da tensão de fornecimento.

16.000 lâmpadas fluorescentes compactas instaladas;

200 gerenciadores de carga.

CHESF e CELPE - Substituição de **700** lâmpadas incandescentes na iluminação residencial da Ilha de Fernando de Noronha, por lâmpadas fluorescentes compactas de alto fator de potência, com economia de **60MWh** / ano.

Investimentos em Meio Ambiente

A Empresa, através do seu **Departamento de Meio Ambiente**, dentre outras ações, está voltada para a formulação da Política de Meio Ambiente do Setor Elétrico Brasileiro, estabelecendo as diretrizes para o aprimoramento do tratamento das questões sócio ambientais nos empreendimentos de energia elétrica no País.

Foram investidos **R\$ 312.376,00** (trezentos e doze mil, trezentos e setenta e seis reais) em **Estudos e Projetos**, voltados primordialmente para o desenvolvimento de procedimentos metodológicos, questões temáticas ambientais e manuais de orientação setorial para a melhoria da atuação das empresas nessas matérias.

ANEXO K - COMPANHIA CARRIS

Balanço de Uma Empresa que tem responsabilidade Social e Compromisso com a Cidadania.

A Cia. Carris Porto-Alegrense que há mais de 127 anos acompanha as transformações e transporta as contradições da cidade , chega ao limiar do ano 2000 , consciente da sua responsabilidade social e ultrapassa os limites das exigências legais para melhor atender às demandas da cidade , promover a Cidadania e contribuir para a realização do bem-estar social,

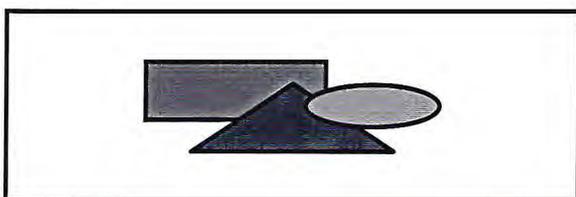
GERAÇÃO DE RIQUEZA

O Demonstrativo de Valor Adicionado Expressa a Riqueza Gerada pela empresa e sua destinação econômica. Em 1998 , o DVA atingiu o Montante de R\$ 32,5 Milhões , com um crescimento de 8,7 % em relação ao exercício anterior :

	1997	1998
a) Geração do Valor Adicionado:	40.878.000	43.877.000
- Receitas de serviços	40.529.000	42.917.000
- Rec. Não Operacionais	349.000	960.000
b) Custos dos Insumos / Serviços	8.452.000	8.710.000
- Materiais	5.127.000	4.936.000
- Serviços de Terceiros /Outros	3.325.000	3.774.000
c) Valor Adicionado Bruto (a - b)	32.426.000	35.167.000
d) Depreciações (-)	3.092.000	3.659.000
e) Receita Financeira (+)	615.000	1.082.000
f) Valor Adicionado a Distribuir	29.949.000	32.590.000

Distribuição da riqueza gerada:

	1997	%	1998	%
REMUNERAÇÃO DO TRABALHO :	20.250.000	67,6	21.545.000	66,1
- Salário e FGTS	17.825.000	59,5	18.905.000	58,0
- Benefícios (Alimentação ,saúde, etc)	2.425.000	8,1	2.640.000	8,1
REMUNERAÇÃO DO GOVERNO :	6.788.000	22,7	8.949.000	27,5
- Impostos	2.274.000	7,6	4.210.000	12,9
- Previdência Social / Outros	4.514.000	15,1	4.739.000	14,6
CAPITAIS DE TERCEIROS-JUROS	466.000	1,5	879.000	2,7
ACIONISTAS - LUCROS RETIDOS	2.445.000	8,2	1.217.000	3,7
TOTAL	29.949.000	100,0	32.590.000	100,0



INDICADORES LABORAIS / SOCIAIS

	R\$
Folha de Pagamento	19.289.000
Encargos Sociais / FGTS	6.395.000
Impostos / Taxas / Contribuições	4.210.000
Alimentação	1.934.000
Educação / Treinamento	520.000
Participação nos Resultados	405.000
Transporte	344.000
Saúde / Outros	295.000

INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL

	Nº de Funcionários
No final do exercício	1726
Admissões no exercício	280
No de Mulheres Trabalhando	264

No de Mulheres em Cargo de Chefia	20 %
Deficientes Físicos	35
Índice Interno de Alfabetização	100 %

EDUCAÇÃO

Sintonizada com as exigências contemporâneas de melhora constante e crescente da qualidade dos serviços prestados à Comunidade , a Cia. Carris investiu em extenso programa de Treinamento de seus servidores , sempre associando o aprendizado a seus valores , missão , cultura e estratégias.

- EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO:

Os Programas de Capacitação profissional , voltados especialmente para as áreas operacionais , técnicas e comportamentais , resultaram em um total de 69.400 horas / homem destinados a treinamento interno e externo , duplicando o número de horas / homem de treinamento em relação ao exercício anterior.

- EDUCAÇÃO PELO TRABALHO:

Compreendeu a concessão da bolsa-auxílio , beneficiando 94 estudantes / estagiários / menores aprendizes. A Cia. organizou em suas dependências curso preparatório para exames supletivos de 1o e 2o Graus , oportunizando a 210 servidores a possibilidade de recomeçar os estudos interrompidos.

A Cia. ainda mantém à disposição dos servidores e seus dependentes , biblioteca com livros, revistas , jornais , etc. , como fonte permanente de formação , entretenimento e complemento do treinamento formal ministrado.

O investimento total em treinamento interno e externo alcança a importância estimada de R\$ 520.000,00.

MEIO AMBIENTE

O respeito ao Meio - Ambiente orienta as atividades da Carris em todos os ciclos da produção de seus serviços.

A utilização de motores e combustíveis ecológicos , a descarbonização de motores , o controle da emissão e opacidade da fumaça dos ônibus , controle de ruídos , a construção de estação de reaproveitamento da água de lavagem dos veículos , a instalação de decantadores / separadores de água / óleo , a separação do lixo seco e orgânico são ações de proteção ambiental - sonora , hídrica , de solo e atmosférica - que registram o respeito e a preocupação da empresa com o meio-ambiente.

A adoção de combustível ecológico diminuiu em 50 % a quantidade de enxofre nos gases provenientes da combustão de motores , representando uma redução estimada desses gases de 3 ton./ ano.

O programa de Coleta Seletiva de lixo produziu aproximadamente 22 toneladas de papel e outros materiais que foram destinados aos centros de triagem de lixo seco mantidos pelo DMLU , gerando renda para as pessoas que trabalham na separação e comercialização do mesmo.

CONTRIBUIÇÕES PARA A SOCIEDADE

- INVESTIMENTOS EM CIDADANIA:

Numa época em que as carências sociais são gigantescas , na Carris , cresce a percepção e a consciência de sua responsabilidade social. As ações desenvolvidas em prol da comunidade , retornam em forma de estima , aceitação e fortalecimento da imagem da empresa-cidadã , que busca agregar um importante valor à sua marca - o valor da responsabilidade social.

- EQUIPAMENTOS PARA DEFICIENTES FÍSICOS:

A Cia, deu prosseguimento ao projeto que visa equipar os seus ônibus com elevadores hidro-pneumáticos, visando facilitar as operações de embarque e desembarque de pessoas portadoras de deficiência física , garantindo para as mesmas o direito de ir e vir e o exercício de sua cidadania. Quatorze veículos já se encontram devidamente equipados e o investimento realizado para aquisição e manutenção dos mesmos é da ordem de R\$ 207.000,00.

- INVESTINDO NO FUTURO:

A continuidade do projeto “Prefeito Criança” , uma iniciativa da Fundação ABRINQ pelos direitos da criança e do adolescente , oportunizou a 23 adolescentes freqüentar e concluir , com bom aproveitamento , curso de informática realizado nas dependências da Cia. Carris. O convênio firmado com o Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre ensejou a participação de 27 adolescentes em projetos realizados pela empresa.

- PROJETOS CULTURAIS PERMANENTES: Resgatar a história da Cia. Carris e do transporte coletivo urbano de Porto Alegre é o objetivo do Projeto Museu Itinerante - “MEMÓRIA CARRIS”. O acervo do Museu é organizado em um ônibus , o qual foi visitado , em 1998 , por aproximadamente 45 mil pessoas em eventos realizados em espaços públicos , instituições e escolas públicas e particulares.

Democratizar o acesso à poesia e oferecer oportunidades a novos talentos constituem os objetivos do Projeto “POEMA NO ÔNIBUS” , desenvolvido desde 1991 em parceria com a Secretaria Municipal da Cultura. Os poemas são escolhidos através de Concurso Público e fixados através de estampas no interior dos ônibus.

- OUTROS COMPROMISSOS:

A carris participou da divulgação de campanhas relacionadas com políticas públicas de interesse da comunidade , tais como , vacinações , combate a AIDS e ao uso de drogas , orçamento público , movimento de alfabetização , etc. Desenvolveu ainda a Campanha “Convívio no Transporte Coletivo” com a finalidade de abordar os direitos e deveres dos usuários de ônibus , objetivando estreitar as relações dos mesmos com a empresa.

Ônibus com elevador hidro-pneumático (ao centro) para portadores de deficiência física.

SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Um estudante utiliza as dependências da Empresa para seus estudos.

A saúde , a qualidade de vida e o bem-estar social de seus funcionários e familiares incluem-se entre as responsabilidades sociais assumidas pela Carris. Para tanto, mantém funcionando em suas dependências , gabinete médico-odontológico , SESMT e Serviço de Assistência Social , bem como o Plano de Saúde Privado para atendimento médico-hospitalar com custo compartilhado com seus servidores.

A manutenção do PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional , a campanha de vacinação contra a gripe para funcionários e familiares , o programa de prevenção contra o abuso do álcool e a organização de grupo de Alcoólicos Anônimos nas

dependências da Empresa, a semana interna de prevenção contra a AIDS , o programa de conservação auditiva e a implementação de vários programas de solidariedade e assistência social cosntituíram-se nas principais ações desenvolvidas que reafirmam a permanente preocupação da empresa com a saúde e o bem-estar de seus servidores.

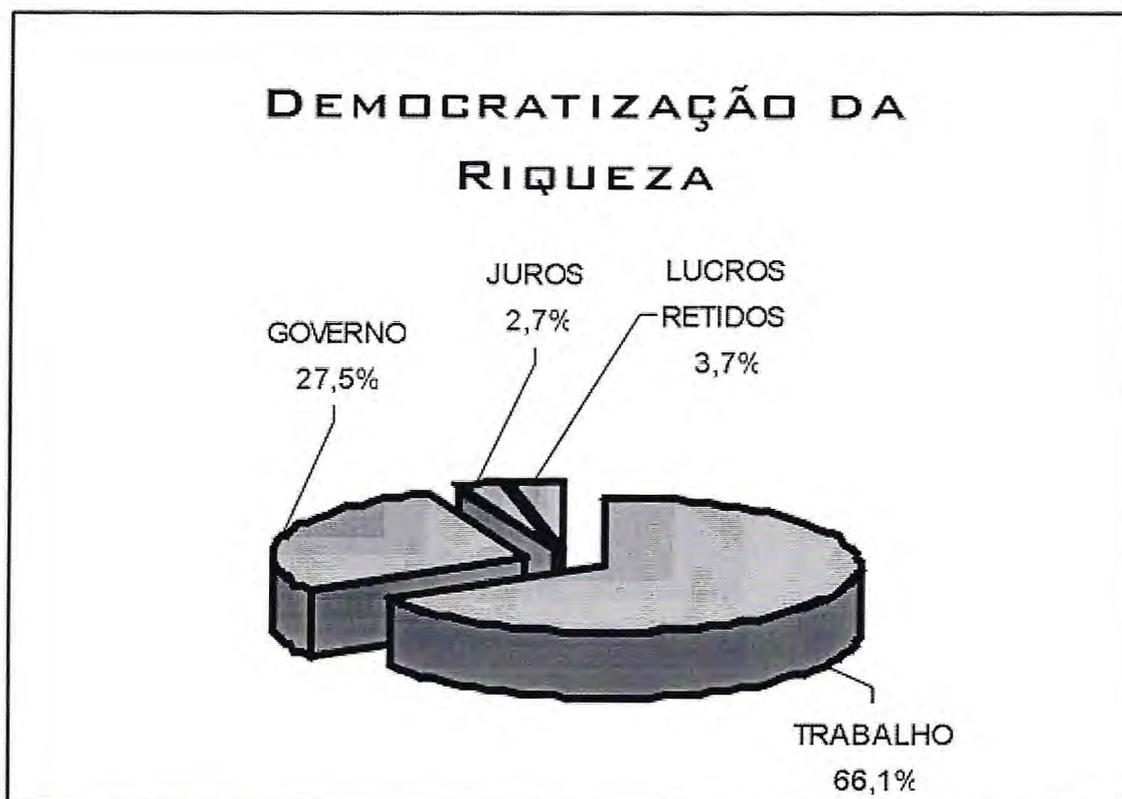
Os gastos , no exercício , com o plano de saúde privado e outros serviços assistencias alcançaram a importância de R\$ 295.000,00.

PROGRAMA CARRIS DE PARTICIPAÇÃO E PRODUTIVIDADE

A parceria firmada entre a Carris e seu quadro funcional tem por objetivo qualificar os serviços prestados aos usuários , melhorar o desempenho operacional da empresa , valorizar a participação dos servidores na formação dos resultados e compartilhar com os mesmos os ganhos obtidos com o aumento de produtividade decorrentes da sua implementação.

O aumento de produtividade do programa , que privilegia e remunera a competência e a responsabilidade , possibilitou a distribuição de R\$ 405.000,00 aos seus funcionários , no exercício de 1998 , proporcional a melhoria de seus indicadores de desempenho.

Cerimônia de premiação do PCPP (Programa Carris de Participação e Produtividade).



ANEXO L - BANCO DO BRASIL

O Banco do Brasil comemorou 190 anos de fundação em 1998. Durante esse percurso acompanhou as mudanças do Brasil, chegando ao limiar do ano 2000 com um patrimônio incalculável: a força da marca, aliada aos atributos de segurança e de credibilidade. Mas nenhuma instituição chega aos 190 anos sozinha. Quem faz esta empresa são todos os seus funcionários, clientes e acionistas, que, ao lado de milhares de brasileiros, consolidaram ao longo do tempo a parceria necessária para alcançar objetivos e cumprir tarefas fundamentais ao desenvolvimento do País.

Consciente de sua responsabilidade social, o Banco do Brasil ultrapassa o limite das exigências legais para melhor atender às demandas da sociedade brasileira. Por estar presente em todo o território nacional e conhecer as necessidades de cada comunidade — seja através das ações do seu corpo funcional, da Fundação Banco do Brasil ou Centro Cultural — promove a cidadania e contribui para o bem estar social. É com esse ânimo que o Banco completa 190 anos e se prepara para entrar no século XXI.

A partir deste Balanço Social, o BB inclui em seus demonstrativos o quadro de indicadores sociais proposto pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase. Consideramos que esse modelo é bastante representativo das ações sociais da empresa e permite o acompanhamento de sua evolução ao longo do tempo.

Indicadores Laboriais

Força de Trabalho

A gestão de recursos humanos no Banco do Brasil passou, nos últimos anos, por uma revisão profunda. O conceito de empregabilidade constitui hoje alicerce para o aprimoramento profissional dos **72.350** funcionários que compõem a força de trabalho da empresa que conta, também, com os serviços prestados por **10.914** estagiários. A remuneração passou a privilegiar a competência e a responsabilidade e não mais o tempo de serviço. O treinamento tem sido prioridade, coerente com o nível de qualificação exigido dos funcionários.

O BB implementou o Programa Provisório e Espontâneo de Participação nos Lucros e Resultados com o objetivo de incrementar os negócios e, principalmente, valorizar a participação do funcionário na formação dos resultados.

Treinamento

Em 1998, o Banco investiu, aproximadamente, R\$ 37 milhões em treinamento. Realizou cursos e desenvolveu projetos como o Programa Campeões de Atendimento, composto por quatro módulos - atendendo ao cliente, negociando com o cliente, produtos e serviços e atendimento telefônico -, e o ciclo de palestras internacionais, ministradas por especialistas de renome com temas ligados a gestão empresarial.

Os cursos de *Master in Business Administration*, MBA, são fruto de uma parceria entre o BB e instituições de ensino de excelência no País. Foram treinados 1.008 funcionários, nas mais variadas áreas, como agribusiness, auditoria, controladoria, finanças, marketing, seguros, recursos humanos e tecnologia.

Outro programa importante, que objetiva aperfeiçoar e qualificar os funcionários para o desempenho profissional de alto nível e formar pesquisadores e consultores internos, é o de Formação e Aperfeiçoamento em Nível Superior. Em 1998, concedemos 3.841 bolsas para graduação, 630 para pós-graduação, 40 para mestrado e doutorado e 38 para treinamento internacional. São 4.549 funcionários aprimorando seus conhecimentos com o auxílio do Banco. Em abril, a TV Banco do Brasil iniciou suas transmissões tornando-se a nova mídia de comunicação interna e de teleeducação.

O programa Profissionalização, em funcionamento desde 1996, produz fascículos que abordam temas relacionados com a dinâmica dos mercados interno e externo e assuntos de interesse do Banco.

Além disso, o programa ampliou sua atuação, criou o ClubePRÓ e a pesquisa de ClimaPRÓ. O ClubePRÓ é um convênio com 37 entidades, que proporciona aos funcionários descontos nas aquisições de livros, jornais, programas de computação, cursos de idiomas e outros. O ClimaPRÓ é uma metodologia que investiga a qualidade do clima organizacional.

Saúde, Assistência Social e Previdência Privada

É preocupação do Banco zelar pela qualidade de vida de seus funcionários. Nesse sentido, o BB mantém, em conjunto com seus funcionários, a Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil – Cassi, Plano de Saúde específico. No ano, foram repassados à Cassi R\$ 204.587 mil, concernentes ao valor da cota patronal.

O Plano assistiu 602.879 usuários, dos quais 406.072 pertencem ao Plano de Associados e 196.807 ao Saúde Família, plano criado em 1997 com o objetivo de atender aos familiares dos funcionários, até o terceiro grau.

Por intermédio do Programa de Assistência Social – PAS, o Banco complementa o atendimento aos 1.478 portadores de deficiências, com terapia ocupacional, fisioterapia e musicoterapia, entre outras modalidades de tratamento.

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ, através do plano de aposentadorias e pensões, garante a aposentadoria por tempo de serviço, por velhice ou invalidez e o pagamento de pensão por morte aos dependentes do associado. A manutenção da Caixa é feita pelo Banco e pelos funcionários. No ano, o Banco despendeu R\$ 622.666 mil, relativos às contribuições previdenciais dos funcionários admitidos a partir de 14.04.1967.

Segurança e Medicina do Trabalho

Para prevenir Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho - DORT, também conhecidos como Lesão por Esforço Repetitivo, o Banco desenvolveu um programa de conscientização que, com respaldo em consultoria especializada, prepara os técnicos do serviço especializado em engenharia de segurança e em medicina do trabalho para disseminar as informações e maneiras de se evitar essas enfermidades. Em caso de afastamentos prolongados, devido a doenças, o Banco acompanha a reabilitação física e profissional do funcionário.

Os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT, em 1998, passaram a atuar em 21 unidades da Federação para melhor disseminar os programas de saúde, higiene e segurança. Para a redução de risco de acidentes e de doenças do trabalho foram adotadas várias ações, como a troca de todos os guichês de caixa-executivo - resultado da avaliação ergonômica por parte de engenheiros e médicos do trabalho, com a participação de funcionários que exercem a função de caixa-executivo.

Indicadores Sociais

Fundação Banco do Brasil

Em 10 anos de atividades, a Fundação Banco do Brasil auxiliou, com aproximadamente R\$ 1 bilhão, a realização de **mais de 22 mil projetos** em todo o território nacional.

No ano de 1998, a Fundação Banco do Brasil apoiou cerca de 600 projetos, com investimentos de aproximadamente R\$ 28 milhões, dos quais 78,5% são recursos próprios e 21,5% de parceiros, como a Organização Odebrecht, Ministério da Saúde, do Trabalho e as organizações comunitárias.

Os programas Integração AABB Comunidade, Trabalho e Cidadania, Projeto Memória, Criança e Vida, Homem do Campo, Projeto SOS Seca e o apoio aos Comitês de Cidadania são alguns exemplos de soluções simples para problemas muitas vezes considerados complexos e dispendiosos.

- **Programa Integração AABB Comunidade**

Criado pela Fundação Banco do Brasil e pela FENAABB - Federação das Associações Atléticas do Banco do Brasil, o Programa Integração AABB Comunidade tem como princípio básico o direito à educação de toda criança e seu desenvolvimento para a cidadania. Inclui práticas esportivas, recreativas, de higiene e saúde, além de alimentação e atendimento médico e odontológico. Em 1998, o Programa investiu mais de R\$ 7 milhões, no benefício de cerca de 100 comunidades.

- **Programa Trabalho e Cidadania**

O Programa beneficia diretamente desempregados, trabalhadores sob risco de perda de emprego, trabalhadores autônomos, microempreendedores e outros grupos social e economicamente vulneráveis, dos meios urbano e rural. Em 1998, com a aprovação de 482 projetos, o Programa Trabalho e Cidadania esteve presente em 278 municípios do País e aplicou R\$ 15 milhões em recursos do Ministério do Trabalho e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), em prol de 50 mil pessoas.

- **Projeto Memória**

Concebido com o objetivo de celebrar fatos e personalidades que marcaram a história do Brasil, o Projeto Memória é uma iniciativa da Fundação Banco do Brasil, em parceria com a Organização Odebrecht. Em 1998, para celebrar o cinquentenário de morte de Monteiro Lobato, o Projeto desenvolveu inúmeras ações em homenagem ao escritor.

- **Projeto Criança e Vida**

A Fundação Banco do Brasil, a Fundação Orsa e o Ministério da Saúde desenvolveram o Projeto Criança e Vida, cujo objetivo é apoiar, promover, financiar e incentivar ações visando o atendimento a crianças e adolescentes com câncer.

Com custos estimados preliminarmente em R\$ 10 milhões, o Projeto tem como meta tangível implantar oito Centros de Referência em Diagnóstico de Câncer Infantil, com a ampliação da capacidade de atendimento de 35 hospitais de atendimento em oncologia pediátrica e de outras 35 entidades e casas de apoio, que prestam suporte às crianças doentes e seus familiares.

- **Programa Homem do Campo**

O Programa Homem do Campo tem por objetivo levar melhores condições de vida a comunidades rurais de municípios carentes de todos os estados brasileiros.

Desde a implantação do Programa foram desenvolvidos 525 projetos, com a utilização de R\$ 30 milhões, dos quais 50% provêm da Fundação e o restante das parcerias estabelecidas com o Ministério da Agricultura e do Abastecimento, por intermédio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, a Comunidade Solidária e o Ministério das Minas e Energia, por meio do Programa para o Desenvolvimento da Energia nos Estados e Municípios.

- **Projeto SOS Seca**

A quantidade e a qualidade da água utilizada pelas populações carentes, principalmente do Polígono das Secas, têm chamado a atenção da Fundação Banco do Brasil, que idealizou o Projeto SOS Seca, convicta de que investindo no acesso da comunidade à água potável está colaborando, efetivamente, para minimizar o problema da região. O Projeto prevê a liberação de recursos não só para a perfuração de poços e construção de pequenos açudes e outras instalações, mas também para a implantação de sistemas de dessalinização, proporcionando água de boa qualidade para a população.

Durante o ano de 1998, com a utilização de recursos da ordem de R\$ 2 milhões, foram beneficiadas aproximadamente 16 mil famílias e desenvolvidos 154 projetos.

- **Comitês de Cidadania**

Ao longo do ano de 1998, com o objetivo de apoiar as ações dos comitês de cidadania dos funcionários do Banco, a Fundação Banco do Brasil assessorou vários projetos em comunidades por todo o País, beneficiando muita gente. Destaque para Planaltina, cidade-satélite do Distrito Federal, que teve a creche Sonho de Criança reconstruída após incêndio. Em Londrina (PR), o projeto Onde Moras, de casas populares, beneficiou mais de 25 famílias. Outras iniciativas foram em Sobral (CE) e Sapucaia do Sul (RS), com projetos de profissionalização.

Centro Cultural Banco do Brasil

O Banco do Brasil sabe da importância da cultura para a integração nacional e age para que mais brasileiros tenham acesso às manifestações artísticas do país. Nosso esforço se materializou em 1989, com a criação do Centro Cultural Banco do Brasil – CCBB, que ao longo dos anos vem se impondo como referência cultural não só para a cidade do Rio de Janeiro, onde está localizado, mas para toda a nação.

No ano, o Centro Cultural promoveu mais de 50 eventos em cinema e vídeo, 12 ciclos de música erudita, experimental e regional, 27 exposições de artes plásticas (11 delas itinerantes), 49 eventos na área de cursos e palestras, 11 espetáculos teatrais e exibição de seis companhias de dança. Implantou também, desde 1990, o Programa Educativo destinado a alunos de 1º grau da rede pública e privada, proporcionando contato agradável e lúdico com as diferentes manifestações artísticas e culturais. Em 1998, 449 escolas foram recebidas, totalizando 14.821 alunos em contato direto com a arte, cultura e beleza.

Meio Ambiente

O Banco do Brasil, está patrocinando o “Projeto Brasil 2000 – 500 anos em 500 dias”, que teve início em dezembro de 1998. Trata-se de uma expedição inédita que percorre o Brasil para estudar os ecossistemas brasileiros e desenvolver um trabalho de educação

ambiental junto às comunidades que vivem ao longo dos 100 mil quilômetros do percurso e contempla todas as regiões do País. A equipe - formada pelo geógrafo Sérgio Rondelli, o fotógrafo Canário Caliarí, o cinegrafista Alexandre Krusemark e pelo historiador e motorista Antônio Carlos Figueiredo - fará 4 palestras mensais em cada Estado do itinerário. O final da expedição está previsto para 22 de abril do ano 2000, na cidade de Porto Seguro (BA).

Projetos Especiais

BB Educar

É um trabalho de alfabetização desenvolvido por funcionários do Banco do Brasil e voluntários das comunidades, aberto aos diversos segmentos da sociedade.

A partir de uma experiência bem sucedida de escolarização de funcionários da carreira de serviços gerais, o Banco resolveu colocar a serviço da sociedade, através de sua rede de dependências, um programa de alfabetização de jovens a partir de 14 anos e adultos.

As aulas são ministradas em locais cedidos por prefeituras, comitês da cidadania e outros. Desde sua criação, janeiro de 1992, o BB Educar alfabetizou 31.252 pessoas, das quais 11.129 em 1998.

O programa tem estendido suas ações também na área rural, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar, com núcleos de alfabetização nos estados do Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rondônia. Com a implementação dos núcleos, os alfabetizados participam de cursos profissionalizantes, após o processo de apreensão da leitura e da escrita.

Vôlei

No País das chuteiras, império do futebol, apostar no vôlei talvez tenha sido uma estratégia ousada demais. Em 1991, a estrutura ainda era incipiente. O tempo provou que o Banco do Brasil fez a aposta na hora certa.

O BB investe anualmente R\$ 8 milhões no patrocínio às seis seleções brasileiras de vôlei masculino e feminino nas categorias adultas, juvenis e infanto-juvenis e ao Circuito Banco do Brasil de Vôlei de Praia. Assegura, assim, ao vôlei brasileiro, todas as condições para o seu desenvolvimento — locais de treinamento, capacitação técnica, hotéis, passagens aéreas nacionais e internacionais e acompanhamento médico — e a manutenção de uma estrutura capacitada e preparada para manter o nível de competitividade do esporte.

Em 1998, na sua sétima edição, o Circuito Banco do Brasil de Vôlei de Praia realizou 12 etapas com uma moderna arena preparada para receber 3.500 pessoas nas principais capitais brasileiras. Os eventos contaram ainda com “noite de autógrafos” e exposições de fotos nos principais shoppings das cidades-sede.

Durante a realização do Circuito, garotos e garotas de 11 a 16 anos são recrutados nas escolas das cidades-sede para receberem aulas de vôlei. Na temporada de 98, as escolinhas receberam 7.200 adolescentes, que foram treinados por professores de educação física das cidades - é a comunidade participando ativamente dos eventos. Isso representa investir na constante renovação e no surgimento de novos valores, porque o BB se preocupa com a preparação de futuros ídolos do vôlei brasileiro.

Banco do Brasil Musical: o espetáculo não pode parar

Um banco com 190 anos de história sabe como é importante investir no cultivo das raízes culturais de seu país. O projeto BB Musical muito tem feito por uma das nossas mais ricas tradições — a música instrumental e popular brasileira.

Em cinco anos de realizações, foram reunidos 30 dos nossos melhores instrumentistas, com mais de 1.000 apresentações, em cidades de todas as regiões do País. Em novembro de 1998, realizamos um espetáculo especial na casa Tom Jobim, para comemorar os 190 anos do Banco do Brasil. Foram reunidos os 15 maiores músicos do projeto, que além de cantar sucessos da MPB, homenagearam Heitor dos Prazeres.

Prêmio Banco do Brasil de Música

Além de incentivar a MPB, o Banco descobre talentos dentre seus funcionários.

Lançamos um concurso em nível nacional para a gravação de um CD com músicas interpretadas e compostas por funcionários e aposentados da empresa. O certame obteve 595 inscrições e ao final, foram escolhidas dez composições e dez interpretações.

O Banco do Brasil se renovou ao longo dos últimos cinco anos para fazer frente aos desafios do século XXI. Enfatizou suas atividades empresariais e adotou uma política de resultados. A postura atual, no entanto, não minimizou o seu papel na sociedade. Ao contrário, colabora para que seu desempenho nas comunidades seja cada vez mais eficaz. É a atuação efetiva do Banco nos principais segmentos negociais que torna possível suas ações sociais. Ações que bem sabe desenvolver porque conhece as diversas realidades brasileiras.

Através de sua rede de dependências, que se estende por todo o território nacional, o BB trabalha para o cumprimento do progresso e da cidadania, em coerência com a sua missão: ser o melhor banco do Brasil, assegurar a satisfação dos clientes, atender às expectativas dos acionistas e *contribuir para o desenvolvimento do País*. A responsabilidade social presente em nossos valores é o motivo do esforço coordenado de todo o Conglomerado para a realização do bem-estar comum.

Indicadores 1998

Descrição	Em R\$ mil	
	1998	1997
1) Base de Cálculo		
1.1) Receita Líquida (RL)	36.349.907	30.072.565
1.2) Lucro Operacional (LO)	1.009.161	526.605
1.3) Folha de Pagamento Bruta (FPB)	4.669.511	4.905.521

2) Indicadores Laboriais	1998			1997		
	Valor	%sobre LO	%sobre RL	Valor	%sobre LO	%sobre RL
2.1) Alimentação	211.813	21,0%	0,58%	193.721	19,2%	0,53%
2.2) Encargos Sociais Compulsórios	981.364	97,2%	2,70%	1.054.955	104,5%	2,90%
2.3) Previdência Privada	622.666	61,7%	1,71%	575.840	57,1%	1,58%
2.4) Saúde	204.587	20,3%	0,56%	190.731	18,9%	0,52%
2.5) Educação	24.148	2,4%	0,07%	20.261	2,0%	0,06%
2.6) Creches / Auxílio Creche	24.681	2,4%	0,07%	22.346	2,2%	0,06%
2.7) Participação nos Lucros ou Resultados	60.765	6,0%	0,17%	32.725	3,2%	0,09%
2.8) Outros Benefícios	70.007	6,9%	0,19%	74.907	7,4%	0,21%
Total - Indicadores Laboriais (2.1 a 2.8)	2.200.031	218,0%	6,05%	2.165.486	214,6%	5,96%

3) Indicadores Sociais	1998			1997		
	Valor	%sobre LO	%sobre RL	Valor	%sobre LO	%sobre RL
3.1) Tributos (excluídos encargos sociais)	560.357	55,5%	1,54%	228.068	43,3%	0,76%
3.2) Contribuições para a Sociedade/Investimentos na Cidadania*:	29.309	-	-	22.718	-	-
3.2.1) Educação e Cultura	24.540	-	-	17.546	-	-
3.2.2) Saúde e Saneamento	2.000	-	-	3.011	-	-
3.2.3) Esporte e Lazer	228	-	-	60	-	-
3.2.4) Creches	1.541	-	-	1.407	-	-
3.2.5) Outros	1.000	-	-	694	-	-

S P E R T A G E

3.3) Investimentos em Meio Ambiente	Valor	%sobre LO	%sobre RL	Valor	%sobre LO	%sobre RL
3.3.1) Em Programas / Projetos Externos	22,5	0,002%	0,0001%	-	-	-
Total - Indicadores Sociais (3.1 a 3.3)	589.688,5	-	-	250.786	-	-

* Recursos investidos pela Fundação Banco do Brasil

4) Indicadores do Corpo Funcional	1998	1997
4.1) N° de empregados ao final do período	72.350	76.387
4.2) N° de admissões durante o período	2.951	-
4.3) N° de mulheres que trabalham na empresa	25.323	27.518
4.4) % de cargos de chefia ocupados por mulheres	20,21%	14,16%
4.5) N° de empregados portadores de deficiência	1.478	1.688

ANEXO M - EMBRAPA

Balanço Social da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária						
	Em Reais					
1) Base de cálculo	1998			1997		
1.1) Receita Operacional Líquida (ROL)	518.786.164,39			539.141.584,72		
1.2) Prejuízo Operacional Líquido	(59.967.745,25)			(72.556.833,57)		
1.3) Folha de Pagamento Bruta (FPB)	268.147.184,07			252.927.398,08		
1.4) Empresas Prestadoras de Serviços	5.033.061,92			5.281.510,74		
2) Indicadores Laborais	Valor	% Sobre		Valor	% Sobre	
		ROL	FPB		ROL	FPB
2.1) Alimentação	13.019.162,94	2,50	4,86	14.641.031,52	2,72	5,79
2.2) Encargos Sociais Compulsórios	86.937.312,11	16,76	32,42	84.989.694,41	15,76	33,60
2.3) Previdência Privada	22.819.291,18	4,40	8,51	23.505.202,22	4,36	9,30
2.4) Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho	7.318.547,56	1,41	2,73	4.223.105,90	0,78	1,67
2.5) Educação	15.327.728,78	2,95	5,72	16.321.258,37	3,03	6,45
2.6) Creches/Auxílio Creche	136.116,01	0,03	0,05	99.800,00	0,02	0,04
2.7) Outros Benefícios	4.862.990,45	0,94	1,81	14.217.380,28	2,64	5,62
Total Indicadores Laborais	150.421.149,03	28,99	56,10	157.997.472,70	29,31	62,47
3) Indicadores Sociais	Valor	% Sobre		Valor	% Sobre	
		ROL	FPB		ROL	FPB

3.1) Tributos (Excluídos os Encargos Sociais)	2.267.010,76	0,44	0,85	7.481.199,80	1,39	2,96
3.2) Contribuições para a Sociedade/Investimentos em Cidadania	84.731.177,62	16,33	31,60	16.414.844,00	3,04	6,49
3.2.1) Agricultura Familiar	80.000.000,00			14.153.900,00		
3.2.2) Reforma Agrária	574.586,75			326.300,00		
3.2.3) Apoio Comunitário	151.454,00			119.644,00		
3.2.4) Comunidades Indígenas	51.848,29			5.000,00		
3.2.5) Segurança Alimentar	1.104.033,00			264.300,00		
3.2.6) Educação e Formação Profissional Externa	2.849.255,58			1.545.700,00		
3.3) Investimentos em Meio Ambiente e Educação Ambiental	1.573.748,40	0,30	0,59	988.730,00	0,19	0,39
Total Indicadores Sociais	88.571.936,78	17,07	33,03	24.884.773,80	4,62	9,84
4) Tecnologias Desenvolvidas e Transferidas à Sociedade (TD)	4.763.349.000,00	918,17	1.776,39	1.792.096.000,00	332,39	708,54
5) Lucro Social (2+3+4)	5.002.342.085,81	964,24	1.865,52	1.974.978.246,50	366,32	780,85
6) Indicadores do Corpo Funcional		1998		1997		
6.1) N° de Empregados ao Final do Período		8.660		8.991		
6.2) N° de Admissões Durante o Período		155		235		
6.3) N° de Mulheres que Trabalham		1.924		1.913		
6.4) Percentual de Cargos de Chefia Ocupados por Mulheres		20,35%		22%		

ANEXO N - INEPAR

Diferentemente das instituições puramente assistenciais e das fundações de previdência complementar, a FUNDAÇÃO INEPAR procura englobar tudo que diga respeito às conquistas dos integrantes das diversas empresas do grupo, visando o constante aumento de produtividade e qualidade dos seus produtos e serviços e da qualidade de vida de todos no ambiente de trabalho e na comunidade.

A difusão da filosofia, dos valores e crenças praticadas é papel relevante e uma das principais atribuições da Fundação, colaborando para a formação consistente das diferentes culturas desenvolvidas nas nossas empresas.

A Fundação Inepar é o elo de ligação entre o Grupo Inepar e a comunidade, sendo que em 1998 foram ministradas 45 de um total de 457 apresentações sobre o modelo de gestão praticado na Inepar, tendo como públicos-alvo escolas, faculdades, universidades, empresas privadas e públicas, governos de estado, prefeituras, hospitais públicos e privados e clubes de serviço.

O enfoque da ação para com a sociedade deixa a visão filantrópica antiga para abraçar a convicção de que "dar o peixe ou ensinar a pescar" não é mais suficiente, pois precisamos "aprender a pescar juntos", acreditando que a empresa que ensina cede lugar à empresa que aprende, trilhando o caminho do sucesso de maneira mais fácil e feliz.

Renato Requião Munhoz da Rocha

balanço social 1998

○ 1. Base de Cálculo

	Valor (mil R\$)	
	1998	1997
Faturamento Bruto	989.404	412.151
Lucro Operacional	268.186	66.655
Lucro Líquido	32.144	47.158
Folha de Pagamento Bruta	97.575	65.183

○ 2. Indicadores Laboriais

	Valor (mil R\$)		% sobre Folha de Pagamento Bruta		% sobre Lucro Líquido	
	1998	1997	1998	1997	1998	1997
Alimentação	4.089	1.460	4,2	0,9	12,7	1,3
Encargos Sociais Compulsórios	47.396	23.335	48,6	35,8	147,5	49,5
Distribuição de Lucros	6.365	2.756	6,5	4,2	19,8	5,8
Saúde	3.951	1.415	4,1	2,2	12,3	3,0
Educação	1.575	1.100	1,6	1,7	4,9	2,3
Outros Benefícios	2.535	1.231	2,6	1,9	7,9	2,6

○ 3. Indicadores Sociais

	Valor (mil R\$)		% sobre Lucro Líquido		% sobre Faturamento Bruto	
	1998	1997	1998	1997	1998	1997
Imposto (excluídos enc. sociais)	100.667	39.566	313,2	83,9	10,2	9,6
Contribuições para a Sociedade	555	350	1,7	0,7	0,1	0,1
Investimentos em Meio Ambiente	218	800	0,7	1,7	0,1	0,2

○ 4. Indicadores do Corpo Funcional

	Número de Empregados	
	1998	1997
No final do período	5.146	3.483
Admissão durante o período	3.553	2.644
Mulheres Trabalhando	580	665
Portadores de Deficiência	18	13
Percentual de Cargos de Chefia		
Ocupados por Mulheres	10%	10%
Índice Interno de Alfabetização	100%	100%

Nos indicadores de nº 2, 3 e 4 não incluímos a Tele Norte Leste, considerando que no faturamento bruto consolidado foi incluído somente o percentual de 4,49% relativo à nossa participação.

Empresas que integraram o Balanço Social em 1997:

Inepar S.A. Indústria e Construções
Landis & Gyr Inepar S.A.
Sade Vigesa Industrial e Serviços S.A.
Inepar Hubbell Ltda.
Iridium Brasil S.A.
Mastec Inepar S.A.
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.
Inepar Telecom Ltda.

Empresas que integraram o Balanço Social em 1998:

Inepar S.A. Indústria e Construções
Landis & Gyr Inepar S.A.
Sade Vigesa Industrial e Serviços S.A.
Inepar Hubbell Ltda.
Inepar Energia S.A.
Iridium Brasil S.A.
Mastec Inepar S.A.
Inepar FEM Equipamentos e Montagens S.A.
IESA S.A.